

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
PPGMP



**ARQUITETURA DO ÊXODO: PATRIMONIALIZAÇÃO ASSOCIADA ÀS SECAS
NO CEARÁ (1877-1932)**

Nauhan dos Santos Dias

Pelotas, 2025

Nauhan dos Santos Dias

**ARQUITETURA DO ÊXODO: PATRIMONIALIZAÇÃO ASSOCIADA ÀS SECAS
NO CEARÁ (1877-1932)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Dr^a. Juliane Conceição Primon Serres

Co-Orientadora: Dr^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

D541a Dias, Nauhan dos Santos

Arquitetura do Êxodo [recurso eletrônico] : patrimonialização associada às secas no Ceará (1877-1932) / Nauhan dos Santos Dias ; Juliane Conceição Primon Serres, orientadora ; Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, coorientadora. — Pelotas, 2025.
129 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Memória. 2. Arquitetura do esquecimento. 3. Retirantes. 4. Políticas públicas. 5. Fortaleza. I. Serres, Juliane Conceição Primon, orient. II. Ferreira, Maria Letícia Mazzucchi, coorient. III. Título.

CDD 363.69

Em memória de Lucas Lima.

*Já tentei de tudo, eles me querem morto.
Mudei minha postura, eles me querem morto.
Não é questão de tempo, eles me querem morto.
Me querem morto, me querem morto.*

*Essa é a morte do esquecimento,
Morte colonial,
Com pressa,
Com dor,
Com sofrimento.*

*Morte sem moldura, sem retrato, sem família.
Morte sem poder se transmutar na travessia.
Morte sem poder atravessar.
Morte pra matar.
Morte prevista nas estatísticas.*

- *Pose de Malandro/ Me Querem Morto, Mateus Fazeno Rock.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu companheiro, Antônio Luciano, por compartilhar os sonhos, e também, as lutas diárias.

Ao meu querido amigo, Nicolas Hitzschky, pelo apoio que me fortaleceu nessa caminhada.

Ao meu amigo, Mayk Lenno, pelos conselhos que me motivaram a estar aqui.

Às minhas orientadoras, Juliane Serres e Maria Letícia, pela confiança e pelas experiências compartilhadas; a todos que fazem parte da coordenação do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela dedicação, pelas oportunidades e pelo auxílio durante todo o processo; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por tornar essa trajetória possível.

Ao meu pai e à minha madrastra, José Wellington e Sueli Sousa, pela força, pelo afeto, por estarem comigo nas visitas ao Centro de Convivência Antônio Diogo e pelas conversas sobre essa investigação que, de certa forma, atravessa nossas histórias pessoais.

Ao meu avô, Wilson Macambira, pelas conversas sobre suas experiências vividas no interior cearense e na capital.

A minha irmã, Thaynan Dias, pela parceria na vida.

Por fim, quero agradecer à Milena Maria, que me recebeu no Centro de Convivência Antônio Diogo, e ao seu Guilherme, que compartilhou suas memórias que tanto me sensibilizaram sobre a importância dessa pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação investigou a produção arquitetônica, seja de caráter temporário ou permanente, construída com a justificativa do assistencialismo e da *caridade* aos *retirantes* durante as secas no Ceará entre 1877 - 1932. Teve como objetivo apresentar a dinâmica de funcionamento desses lugares no contexto histórico e urbano em que se inserem e analisar os discursos e interesses que justificaram a produção arquitetônica em respostas aos deslocamentos de *sertanejos*. Teve como hipótese a premissa de que a institucionalização do Estado vinculada à essa configuração espacial, quer seja efêmera ou permanente, utilizou-se de políticas de extermínio e isolamento dos chamados *flagelados da seca*, população pobre e mestiça considerada pelas autoridades uma ameaça à ordem e ao estilo de vida das elites urbanas. Os *retirantes*, como eram identificados os refugiados da seca obrigados a sair do *sertão* em direção aos centros urbanos com a promessa dos *socorros públicos*, eram submetidos ao trabalho e migração forçados, à privação de liberdade e a baixas condições de sobrevivência nos *abarracamentos*, construídos a partir da *Grande Seca* em 1877-79; nos *acampamentos* de obras contra às secas; nos *Currais do Governo*, como eram conhecidos os *campos de concentração* construídos a partir de 1915; e nos espaços asilares para órfãos, mulheres, pobres e para os considerados insanos sobreviventes dos grandes períodos de estiagem. A pesquisa é exploratória qualitativa e utilizou a antiga *Colônia Orfanológica Christina* como estudo de caso.

Palavras-chave: Memória, arquitetura do esquecimento, retirantes, políticas públicas, Fortaleza.

ABSTRACT

This dissertation investigated architectural production, whether temporary or permanent, built with the justification of assistance and charity for the displaced people during the droughts in Ceará between 1877 and 1932. Its objective was to present the dynamics of these places in the historical and urban context in which they were inserted and to analyze the discourses and interests that justified the architectural production in response to the displacement of people from the hinterland. The hypothesis was based on the premise that the institutionalization of the state, linked to this spatial configuration—whether ephemeral or permanent—made use of policies of extermination and isolation of the so-called "flagelados" of the drought, a poor and mixed-race population considered by the authorities to be a threat to the order and lifestyle of the urban elites. The "retirantes" (drought refugees), as the displaced people from the drought were identified, who were forced to leave the hinterland and move towards urban centers with promises of public aid, were subjected to forced labor and migration, deprivation of freedom, and poor living conditions in the shelters built after the Great Drought of 1877-79; in the camps for drought relief works; in the "Currais do Governo" (Government Corrals), as the concentration camps were known, built from 1915 onwards; and in the asylum spaces for orphans, women, the poor, and those considered insane survivors of the long drought periods. The research is exploratory and qualitative, using the former Orphanological Colony Christina as a case study.

Keywords: Memory, architecture of oblivion, displaced people, public policies, Fortaleza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (1). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	23
Figura 2: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (2). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	24
Figura 3: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (3). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	25
Figura 4: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (4). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	26
Figura 5: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (5). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	27
Figura 6: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (6). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	28
Figura 7: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (7). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	29
Figura 8: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (8). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	30
Figura 9: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (9). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	31
Figura 10: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (10). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	32
Figura 11: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (11). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	33
Figura 12: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (12). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	34
Figura 13: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (13). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	35
Figura 14: Fotografias de retirantes por Joaquim Antônio Corrêa (14). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	36
Figura 15: Sermão de Lágrimas (part.1/2) , O Besouro, 4 de maio de 1878. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	41
Figura 16: Sermão de Lágrimas (part.2/2) , O Besouro, 4 de maio de 1878. Fonte:	

Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	42
Figura 17: Páginas Tristes. Scenas e aspectos do Ceará, O Besouro, 20 de Julho de 1878. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.....	43
Figura 18: O Retirante, 1º de julho de 1877, pág. 1. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1877.....	44
Figura 19: <i>Reconhecimento parcial do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité para o Rio São Francisco</i> . Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1892.....	54
Figura 20: <i>Estrada de Ferro de Baturité : Representação gráfica do andamento dos trabalhos na 2ª secção durante o semestre outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro. 1878/79</i> . Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1892.	54
Figura 21: Crianças, mulheres e <i>flagelados</i> que trabalharam na construção da E.F.F.I. Fevereiro de 1920. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.....	55
Figura 22: Grupo de crianças e mulheres dos <i>flagelados</i> que trabalham na construção da E.F.F.I. Fevereiro, 1920. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.....	55
Figura 23: <i>Flagelados</i> que trabalham na residencia do kilometro 57, na hora do almoço : construção da E. F. F. I. Fevereiro de 1920. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920...	56
Figura 24: Corpos de retirantes falecidos às margens da estrada de ferro, Jornal O Povo, 1932. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sd.....	56
Figura 25: Retirantes na Praça da Estação em Fortaleza no final do século XIX. Fonte: Fortaleza em Fotos, 2013.....	58
Figura 26: Alojamento de uma família de <i>flagelados</i> que trabalhavam na construção da E. F. F. I. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.....	66
Figura 27: Álbum da Estrada de Ferro de Baturité. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.....	69
Figura 28: Acampamento de Poço dos Paus (CE). “Residencias construidas pela I.F.O.C.S., para o pessoal encarregado das obras”. Fonte: QUEIROZ, 2020.....	72
Figura 29: Acampamento de Poço dos Paus (CE). “Residência do pessoal técnico”. Fonte: Queiroz, 2020.....	72
Figura 30: “Em primeiro plano, o povoado de Lima Campos (CE), 1939. Ao fundo, a barragem e o acampamento da IFOCS”. Fonte: QUEIROZ, 2020.....	73
Figura 31: “Vista do acampamento de General Sampaio (CE), fevereiro de 1933”. Fonte: Queiroz, 2020.....	73
Figura 32: Campo de Concentração do Buriti. Crato, 1932. Fonte: DNOCS - Relatório	

da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.....	75
Figura 33: Campo de Concentração do Buriti. Crato, 1932. Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.....	76
Figura 34: Campo de Concentração do Urubu, Pirambu. Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.....	76
Figura 35: Campo do Pirambú (Urubu). Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.....	77
Figura 36: Campo do Patu, Senador Pompeu. Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.....	77
Figura 37: Croqui - Mapa da Colônia Orfanológica Cristina. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará, sd.....	92
Figura 38: Colônia Christina: Marco do Jatobá (Justa, O.). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.....	93
Figura 39: Colônia Christina (Justa, O.) . Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.....	93
Figura 40: Colônia Christina (Justa, O.). Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.....	94
Figura 41: Leprosário Antonio Diogo, Ceará. Lotação de 300 doentes. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.....	97
Figura 42: Leprosário Antonio Diogo, Ceará, onde nunca foi resolvido o problema da água. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.....	98
Figura 43: Leprosário Antônio Diogo, Ceará. Vista geral aérea. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, 1938.....	98
Figura 44: Outro aspecto do Leprosário Antonio Diogo, Ceará, a 80 km de Fortaleza. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.....	99
Figura 45: Vista do Colégio Militar de Fortaleza, onde foi construído o primeiro Asilo de Mendicidade. Fonte: Fortaleza em Fotos, sd.....	101
Figura 46: Asilo Bom Pastor. Fonte: Acervo Nirez, sd.....	103
Figura 47: Sala Do Pânico quanto ao Contágio à Fundação do Leprosário: Os anos 20. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	107
Figura 48: Sala Terror da Internação: Memórias e Documentos. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	108
Figura 49: Sala O adoecimento em uma Instituição Total: Enfermaria. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	108

Figura 50: Sala A presença Religiosa no cotidiano da Colônia: Sala Sacra. Fonte: Acervo da Autora, 2023.....	109
Figura 51: Sala Assistência à Saúde e Trajetórias para a Cura. Fonte: Acervo da Autora, 2023.....	109
Figura 52: Sala dos Pacientes. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	110
Figura 53: CCAD, pátio do bloco administrativo. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	114
Figura 54: CCAD, portão interno. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	115
Figura 55: CCAD, entrada principal. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	115
Figura 56: Fachada bloco administrativo. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	116
Figura 57: Torre do relógio. Fonte: Acervo da autora, 2023.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Arquitetura do Êxodo. Fonte: Desenvolvido pela autora.....	105
Mapa 2: Arquitetura do Êxodo (Colônia Orfanológica Christina), Fonte: Desenvolvido pela autora.....	105

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AERVC Associação de Engenheiros da Rede Viação Cearense

CCAD Centro de Convivência Antônio Diogo

DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EFFI Estrada de Ferro de Fortaleza-Itapipoca

FUBJAD Fundação Joaquim Nabuco

IFOCS Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INSA Instituto Nacional do Semiárido

IOCS Inspetoria de Obras Contra as Secas

Metrofor Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos

MORHAN Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

RFFSA Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

RVC Rede de Viação Cearense

SEOCS Secretaria de Estudos e Obras Contra as Secas

SESA Secretaria da Saúde do Ceará

SPR Serviço de Profilaxia Rural

UECE Universidade Estadual do Ceará

Unilab Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 O Patrimônio das Secas.....	18
1.1 Usos e Discursos.....	18
1.2 A Materialidade do Discurso.....	45
1.3 Patrimônio Ferroviário x Patrimônio das Secas.....	48
2 A Arquitetura do Êxodo.....	57
2.1 Caridade e Assistencialismo.....	57
2.2 Os Abarracamentos.....	63
2.3 Os Acampamentos.....	69
2.4 Os Campos de Concentração.....	74
3 A Arquitetura do Esquecimento.....	81
3.1 Colônia Orfanológica Cristina.....	84
3.2 Memorial Leprosaria Canafistula.....	106
Considerações Finais.....	118
Fontes.....	121
Referências Bibliográficas.....	123

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste no resultado da investigação dos lugares de isolamento de *retirantes* no Ceará e da dimensão social e política associada ao período das grandes secas. A minha trajetória de pesquisa sobre os temas relacionados à memória dos *retirantes* das secas inicia no período em que cursei graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Sete de Setembro entre os anos de 2014 e 2019, partindo de um interesse pessoal e profissional pelo estudo do patrimônio histórico e cultural sensível. Com essa motivação, em 2018 viajei aproximadamente 266 quilômetros da capital cearense rumo ao sertão central, em uma jornada de pesquisa ao antigo *Campo de Concentração do Patu*, que isolou *retirantes* da Seca de 1932, no município de Senador Pompeu (CE). Além disso, buscava compreender a dimensão do patrimônio imaterial através da *Caminhada das Almas*, que há décadas leva centenas de fiéis a saírem em romaria da Igreja Matriz até o Cemitério da Barragem em um percurso de 4km pela caatinga. Essa visita me sensibilizou a pensar o patrimônio a partir dos silenciamentos, dos apagamentos, da história não contada, da arquitetura demolida que deixa suas marcas, ou simplesmente, daquela não reivindicada por carregar memórias difíceis demais de serem verbalizadas.

Neste estudo, fiz um levantamento da produção arquitetônica construída na capital cearense e região metropolitana, que teve como propósito oferecer a assistência pública aos *retirantes* que se encontravam em Fortaleza durante as principais secas do final do século XIX e início do século XX, considerando as construções discursivas que foram pano de fundo para a criação da *Arquitetura do Êxodo* e de uma memória oficial das secas, narrada pelos jornais, pela literatura, pela mídia e reproduzida pela sociedade brasileira.

Durante o processo de pesquisa, realizei uma visita ao *Memorial da Canafistula*, no *Centro de Convivência Antônio Diogo*, em Redenção (CE), a aproximadamente 45 km da capital cearense. Nesse mesmo local, existiu a antiga *Colônia Orfanológica Cristina*, um orfanato construído para crianças sobreviventes da Seca de 1877-79. Nesse primeiro contato convidei o meu pai, um caminhoneiro experiente de 54 anos, que se surpreendeu logo no trajeto, por não conhecer a estrada que levava aquele antigo orfanato. Após ouvir atentamente a mediação da pedagoga Milena Maria, que nos guiou dentro do atual centro de convivência, já no percurso de volta, enquanto conversávamos sobre a antiga colônia agrícola para órfãos da seca, ele proferiu a seguinte fala: “meu pai esteve em um desses lugares: a escola *Santo Antônio do Buraco*, no Maracanaú (CE). Lá ele aprendeu marcenaria. Lembro que eu tinha

um carrinho de madeira que ele fez e me deu”. Mesmo já tendo ouvido muitas histórias sobre a infância de meu pai, aquela era nova para mim. A escola conhecida como *Santo Antônio do Buraco*, semelhantemente a *Colônia Orfanológica Cristina*, foi idealizada com a perspectiva de abrigar menores abandonados e órfãos sobreviventes à seca de 1932.

Apesar de ter nascido na capital, para meu pai restava carregar o legado da dura realidade de pertencer a uma família que migrou do interior do Ceará em busca de meios de sobrevivência. De alguma forma, a experiência de visitar o memorial e a conversa ativaram memórias que há muito tempo estavam guardadas. Memórias que não fazem parte, apenas, das experiências de meu pai, ou do meu avô, mas que representam a realidade de incontáveis migrantes que foram levados a saírem de suas terras no interior do Ceará, muitas vezes, afastando-se de seus familiares, com a promessa de trabalho, educação, melhores perspectivas de vida na capital, entretanto, se depararam com o preconceito de uma sociedade que via o pobre como indesejável.

As narrativas sobre a fome e a pobreza enfrentada pelas pessoas que migraram do interior cearense até a capital em busca de subsistência sempre estiveram presentes nas minhas interações sociais, especialmente, nas familiares. Além disso, essas histórias estavam nos livros de literatura, estavam nas pinturas, nas telenovelas, nas músicas, e apesar disso, pareciam distantes da minha compreensão enquanto parte dessa memória. Motivada pelas lembranças e experiências em grupo que fizeram parte da minha construção identitária, iniciei a pesquisa que resultou nessa dissertação.

A memória, segundo o pensamento de Pierre Nora (1993), é um processo contínuo, “sempre carregada por grupos vivos”, “aberta a dialética da lembrança e do esquecimento”, alimentada pelas “lembranças particulares ou simbólicas” de natureza “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (p. 9). Desse modo, pode ser entendida como um fenômeno de caráter coletivo onde as memórias do indivíduo criam significado a partir das relações em sociedade, como afirma Halbwachs (2006), as lembranças individuais só são construídas por indivíduos que fazem parte de um grupo social, pois essas lembranças não são capazes de serem sustentadas sem testemunho de outros: “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (p. 29).

Nesse sentido, os relatos de minha mãe também me sensibilizaram a entender a trajetória e a memória dos camponeses cearenses. Ela cresceu no interior de Itapipoca (CE), na paisagem da caatinga, e quando ainda era criança veio até a capital cearense motivada a

trabalhar em “casas de famílias” com o objetivo de ter acesso à educação em escolas públicas da capital e superar a pobreza. Com os anos, descobri que ela não era a única. Visitando a casa de colegas da faculdade, descobri a história de outras mulheres que trabalhavam nessas casas desde a infância, semelhante aos relatos de minha mãe. Eram mulheres que vinham do interior cearense para a capital fugindo da miséria provocada pelos grandes períodos de estiagem e pelo descaso social. Essas mulheres estavam há tanto tempo nessas residências, que acabavam transformando seus trabalhos em seus lares, seus patrões em suas famílias. Muitas delas, se desvincularam de suas origens familiares de maneira que, mesmo na vida adulta, não tinham para onde ir, lhes restando morar em um pequeno quarto de empregada doméstica na casa de seus patrões. Outras delas, quando engravidavam, saíam da casa de seus patrões, mas permaneciam como funcionárias em seus trabalhos informais, que pouco lhes ofereciam condições de sobrevivência. Contudo, não possuíam muitas alternativas, devido à condição de isolamento que enfrentavam nessas residências, onde, muitas vezes, não tinham acesso à educação.

Essas narrativas provocaram em mim o interesse pela pesquisa histórica dos *retirantes* das secas. As experiências de vida dos camponeses que migraram para os centros urbanos estão fortemente associadas às questões identitárias desses grupos e a formação do território em que vivem. Nesse sentido, o objetivo foi compreender a formação do território cearense a partir da trajetória dos *retirantes* e da *Arquitetura do Êxodo*.

Esta dissertação dialogou com referenciais teóricos do campo da Memória Social e Patrimônio Cultural. A partir de um mapeamento dos lugares destinados ao abrigo dos *sertanejos* que vieram para Fortaleza durante o período das Secas de 1877 a 1932, neste estudo, analisou-se os discursos e sujeitos que influenciaram a construção desses espaços, bem como, seus usos e sentidos. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, a partir do estudo de caso da *Colônia Orfanológica Cristina*, por meio de três categorias de análise: perfil dos internos, dinâmicas de funcionamento e histórico de usos. Além disso, investiguei sobre quais circunstâncias esses lugares se contextualizaram na cidade e de que forma permaneceram na paisagem urbana e na memória coletiva, visto que é atual a problemática do silenciamento e exclusão social de migrantes do interior do Ceará, e que mesmo após décadas, seu patrimônio e memória permanecem invisíveis, indesejados, isolados e “concentrados” na malha urbana.

Para tanto, realizei pesquisa de campo, levantamento fotográfico e analisei os documentos internos do antigo orfanato. As principais fontes utilizadas nesta investigação,

foram o livro de matrículas da instituição, relatórios enviados ao presidente da província, inventário da antiga *Colônia Christina*, relatórios de falas provinciais, jornais e fotografias. Os documentos internos da colônia foram acessados no Arquivo Público do Estado do Ceará, os relatórios de falas provinciais foram acessados em arquivos digitalizados de acervos particulares e jornais e fotografias foram encontrados na Biblioteca Pública Nacional e outros acervos online. Outras informações foram encontradas em referências bibliográficas especializadas.

O Capítulo 1 intitulado de *O Patrimônio das Secas* trata das construções discursivas e simbólicas que foram pano de fundo para justificar o alistamento de *retirantes* em obras públicas e para a criação de uma *Arquitetura do Êxodo*. Contextualiza a produção arquitetônica e urbana que se desenvolveu através da força de trabalho *retirante* entre o final do século XIX e início do século XX. O Capítulo 2, *A Arquitetura do Êxodo*, aborda o período das grandes secas que levaram as migrações em massa, além disso, apresenta sob quais circunstâncias milhares de *retirantes* foram empregados em obras públicas, os abusos de poder, as tentativas de disciplinamento e violações de direitos humanos. Este capítulo apresenta os conceitos de *caridade* e *assistencialismo* difundidos por intelectuais e políticos da época, que legitimaram a criação dos lugares de isolamento de *retirantes*, como os *abarracamentos*, os acampamentos de obras e os *campos de concentração*. E ainda, como uma suposta *caridade* aos *flagelados da seca* foi sendo institucionalizada através do espaço asilar, bem como os *retirantes* sobreviventes foram sendo classificados e destinados aos asilos com diferentes funcionalidades, entre esses, orfanatos, manicômios, patronatos e asilos de mendicidade. O Capítulo 3 discorre sobre *A Arquitetura do Esquecimento*, dos usos e dos sentidos em torno da construção da *Colônia Orfanológica Cristina*, atual *Centro de Convivência Antônio Diogo* (CCAD), como lugar de isolamento e esquecimento durante mais de um século, também trata das relações de memória e esquecimento relacionando com outros espaços asilares criados para a capital cearense, refletindo a partir do *Memorial Leprosaria Canafistula*, sobre as dificuldades em resgatar experiências anteriores à construção do antigo leprosário.

1 O PATRIMÔNIO DAS SECAS

Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio (Benjamin, 1985, p. 203).

As secas no Semiárido brasileiro estão associadas a um fenômeno climático natural e recorrente. Apesar disso, em condições extremas, as secas podem impactar diretamente a vida das populações, sendo assim, os efeitos dos grandes períodos de estiagem atingem dimensões sociais, econômicas e políticas. Tais efeitos podem ainda repercutir na construção do território, assim como na arquitetura e no urbanismo.

Por outro lado, a seca no Semiárido brasileiro também é uma construção discursiva fruto da exploração midiática, dos discursos políticos, das políticas públicas assistencialistas e da filantropia. Nesse sentido, o discurso construído sobre a seca pode representar o interesse de diferentes grupos.

Neste capítulo, trataremos sobre as construções discursivas da seca e os diferentes grupos envolvidos, assim como, o processo de materialização desses discursos em uma política de socorros públicos baseada no controle social, na instrução moral, na exploração e no disciplinamento dos *retirantes*.

Usos e Discursos

Em *O Narrador*, Walter Benjamin (1985) aponta para os riscos da forma de comunicação denominada de *informação*, enquanto uma ameaça à *narrativa*. Segundo o crítico alemão, a *informação* é “uma fórmula famosa” (p. 202) alheia a experiência e de compreensão rasa, na medida em que “os fatos já são acompanhados de suas explicações” (p. 203), pouco aberta à dinâmica da interpretação e da troca com o interlocutor. Para Benjamin (1985) “a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele” (p. 204).

Neste ensaio, Walter Benjamin expressa sua preocupação com os perigos dos ideais de progresso do capitalismo, que marginalizam a experiência humana em prol da modernização. A *informação* é compreendida como a forma de comunicação que está a favor de seus próprios interesses ou daqueles que a produzem/reproduzem. Nesse sentido, possui

pouco/nenhum comprometimento com a realidade, sendo incapaz de se perpetuar através da memória.

Dessa mesma maneira, ao longo das décadas foi se construindo o conceito de *Nordeste* e se difundindo através dos jornais, da literatura, do cinema e dos discursos políticos. Segundo Albuquerque Júnior (2009), “o termo Nordeste foi utilizado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)” (p. 68) através do Decreto 13687 de 09/07/1919, durante o governo transitório do presidente da república Delfim Moreira Ribeiro (1918-1919). O IFOCS surge em consequência das secas de 1915 e 1919, sendo uma reformulação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) criada em 1909 pelo Decreto 7619, de 21/10/1909. Para o autor, o fenômeno das secas, desde quando é descoberto em 1877, torna-se “arma política do discurso regionalista nortista” (p.71) usada como argumento para exigir recursos financeiros, construções de obras, cargos no Estado, entre outros; consolidando-se como política “mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos estados do Norte” (p.71), estratégia para compensar a decadência na produção do açúcar e do algodão e o desequilíbrio econômico entre Norte e Sul.

A construção discursiva da seca e da fome era capaz de criar grande comoção e passou a ser explorada por intelectuais e políticos com esse objetivo. Para sustentar o discurso, era necessário criar uma série de símbolos que representassem a imagem que estava sendo construída para o *Nordeste*, tais como os conceitos de *sertão* e *sertanejo* (Albuquerque Junior, 2009).

O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte preciso; é uma imagem força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, ou garimpagem, o cangaço, o latifúndio, o messianismo, as pequenas cidades, as secas, os exodus, etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea (Albuquerque Júnior, 2009, p.67).

De acordo com o historiador Frederico de Castro Neves (2012),

[...] ao falarmos de nordeste, não falamos apenas de um ponto no mapa, entre o norte e o leste, mas fazemos referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram um espaço como culturalmente peculiar. Nordeste é um conceito e, como todo conceito, não é inocente. Trata-se de uma construção histórica (Neves, 2012, p. 7).

A partir disso, o conceito de *Nordeste* é, muitas vezes, usado como estigma identitário e estereótipo relacionado ao modo de ser e de viver do *nordestino*, pautado em uma imagem fragmentada do Semiárido¹ como lugar de miséria e de morte, onde a figura do *sertanejo* está associada à seca e ao assistencialismo governamental. Entretanto, o território Semiárido deve ser compreendido através de suas complexidades e diversidades culturais e paisagísticas. Nesse sentido, é necessário a resignificação e reorganização socioespacial do Semiárido brasileiro, a partir de novas narrativas e da compreensão de sua estrutura territorial, não reforçando preconceitos.

Essas *narrativas*, que possibilitam a compreensão do território, se manifestam através da tradição transmitida pelas experiências coletivas. De acordo com Walter Benjamin (1985), a forma de comunicação através da experiência vivida “conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (p. 204). Para o filósofo, a difusão de *informação* resulta na perda da *experiência*, criando sujeitos cada vez mais automatizados e destituídos de *sabedoria*.

Neste sentido, este capítulo propõe a compreensão do território das Secas a partir da trajetória do *retirante* que, até os dias atuais, é invisibilizado no espaço urbano, nas políticas públicas e na memória oficial. Problematizou-se as construções discursivas, tentando não reforçar os estereótipos que criaram os conceitos de *retirantes*, *flagelados da seca*, *desvalidos*, *sertanejos*, *sertão*, *nordeste*, *nordestino*, etc, com o objetivo de possibilitar novos significados e usos a esses termos, chamando a atenção para a dimensão social e política do fenômeno das secas, que vai além da questão ambiental e climática.

Alguns dos discursos que antecederam a “invenção do Nordeste” (Albuquerque Júnior, 2009), frequentemente difundidos pelos jornais, pelas falas políticas e pela literatura no final do século XIX e início do século XX, foram os conceitos de *desvalido*, *retirantes* e *flagelados*. Segundo José Weyne de Freitas Souza (2015), o termo *desvalido* foi utilizado a partir da primeira metade do século XIX para designar vítimas de violência no contexto do coronelismo², onde as disputas por território e poder político nos *sertões* se intensificaram, e os ataques às propriedades e assassinatos se tornaram recorrentes. Diante desse cenário, as mulheres, crianças e idosos eram considerados *desvalidos* pela incapacidade de defesa. A expressão também era empregada para referir-se aos alvos de violência devido à insegurança

¹ O Semiárido Brasileiro se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%). Fonte: Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

² Período em que o domínio econômico e político esteve entregue nas mãos dos coronéis, grandes proprietários de terras que usavam de repressão violenta e troca de favores aos seus subordinados para manter-se no poder.

pública, entretanto, a partir da seca de 1877-79, passa a ser utilizado, quase exclusivamente, para designar as vítimas da seca. Já o termo *retirante*, que fazia analogia a retirada de rebanhos de gado, se referia ao *desvalido* que migrava e recebia assistencialismo em um município diferente de sua origem (Souza JWF, 2022).

Na matéria intitulada *Sermão de Lágrimas* do dia 04 de maio de 1878, escrita pelo farmacêutico e jornalista brasileiro José do Patrocínio, foram feitas as primeiras descrições de quem seria a figura *retirante*, conhecida por todos nas províncias do Norte. O artigo foi publicado no jornal ilustrado e humorístico *O Besouro*, criado no final do século XIX no Rio de Janeiro pelo caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro. Nas palavras de José do Patrocínio, “o retirante que symbolisava uma calamidade, passou a ser o emigrado, que symbolisa uma iniquidade”³, utilizando o termo não apenas como sinônimo do camponês, que em consequência das secas, migrava em busca do assistencialismo governamental, mas daquele que se corrompia moralmente para sobreviver à fome.

José do Patrocínio partiu para o Ceará no dia 10 de maio de 1878 e retornou ao Rio de Janeiro no dia 12 de agosto do mesmo ano. O jornalista fazia a cobertura da Grande Seca que resultou na publicação de dez matérias na coluna *Folhetim*, na primeira página do *Gazeta de Notícias*, entre 1º de junho e 12 de setembro de 1878 e que carregava o título de *Viagem ao Norte*. Durante a viagem, José do Patrocínio encomendou catorze fotografias de *retirantes* ao fotógrafo da capital, Joaquim Antônio Corrêa, que possuía ateliê instalado na rua Formosa nº 31. Duas das fotos obtidas por Joaquim Antônio Corrêa foram publicadas em formato de charge no jornal *O Besouro*, em 20 de julho de 1878, onde um esqueleto de paletó segura duas das fotografias (Andrade; Logatto, 2015). A charge carrega o seguinte título: “*Páginas tristes – Scenas e aspectos do Ceará (para S. Majestade, o Sr. Governo e os Senhores Fornecedores verem)*”. Andrade e Logatto (2015) afirmam que a matéria que continha fotos de vítimas da Grande Seca no jornal *O Besouro* foi uma das iniciativas pioneiras da imprensa brasileira na utilização de fotojornalismo.

Segundo Albuquerque Júnior (2022)⁴, as fotografias de Joaquim Antônio Corrêa foram compradas e adquiridas pelo próprio Imperador Dom Pedro II, desse modo, juntamente com as matérias escritas por José do Patrocínio foram significativas no que tange a propagação da situação que se vivia nas províncias do Norte para as demais províncias

³ Jornal *O Besouro*, *Sermão de Lágrimas*, 4 de maio de 1878. p. 38. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do retirante: sertão, sofrimento dos corpos e história do Brasil I História do Brasil TV. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E91blZ3L_2s. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

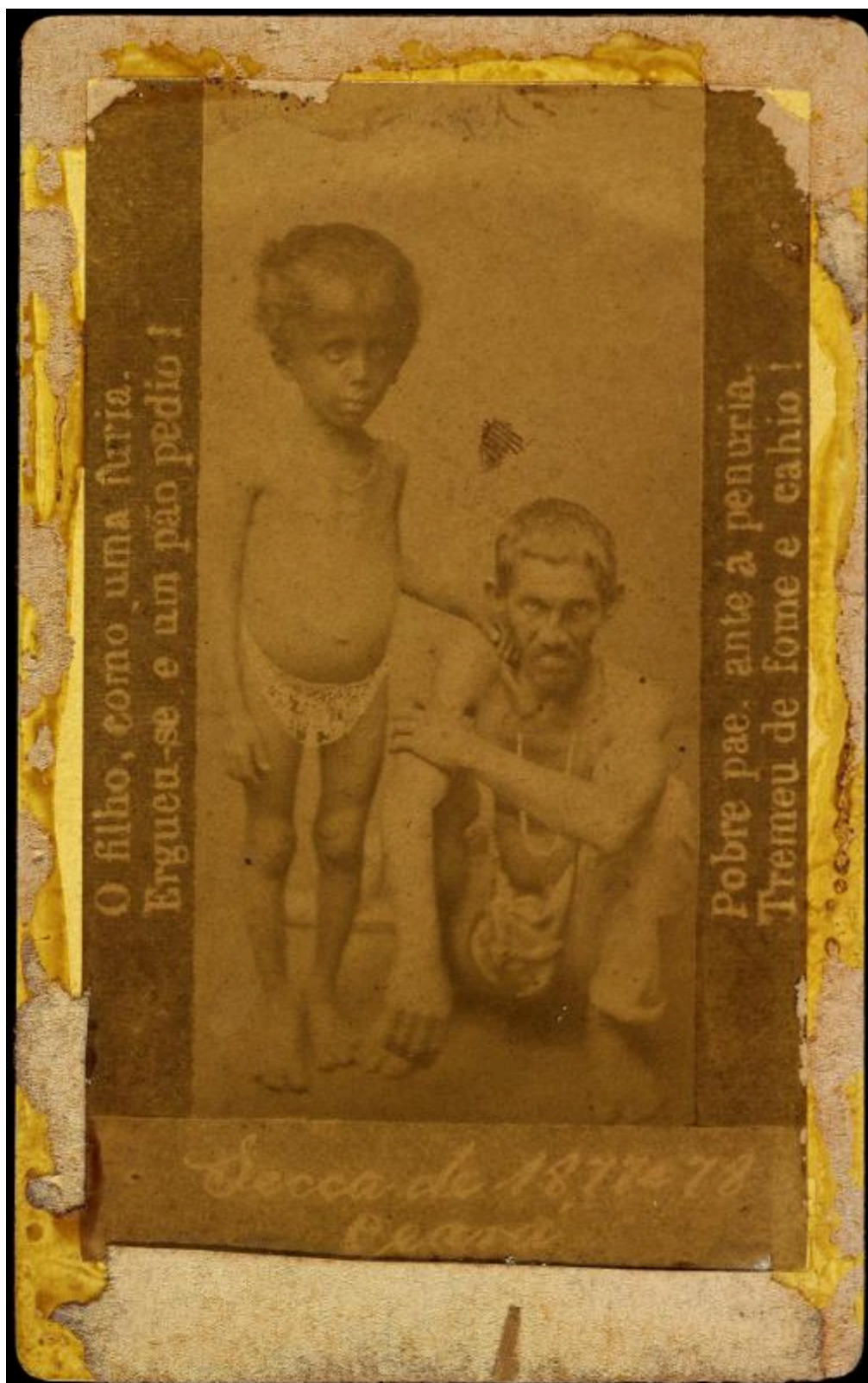
brasileiras e na difusão da figura conhecida como *retirante*. As fotografias, registradas em estúdio e dirigidas por Joaquim Antônio Corrêa, eram em sua maioria de crianças e pareciam denunciar sobretudo a situação de orfandade em consequência da Grande Seca. Por detrás dos registros fotográficos havia uma seleção dos *retirantes* que deveriam compor a cena, e com isso, uma intencionalidade na composição das imagens que carregavam também versos tristes em sua moldura.

Figura 1: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (1).



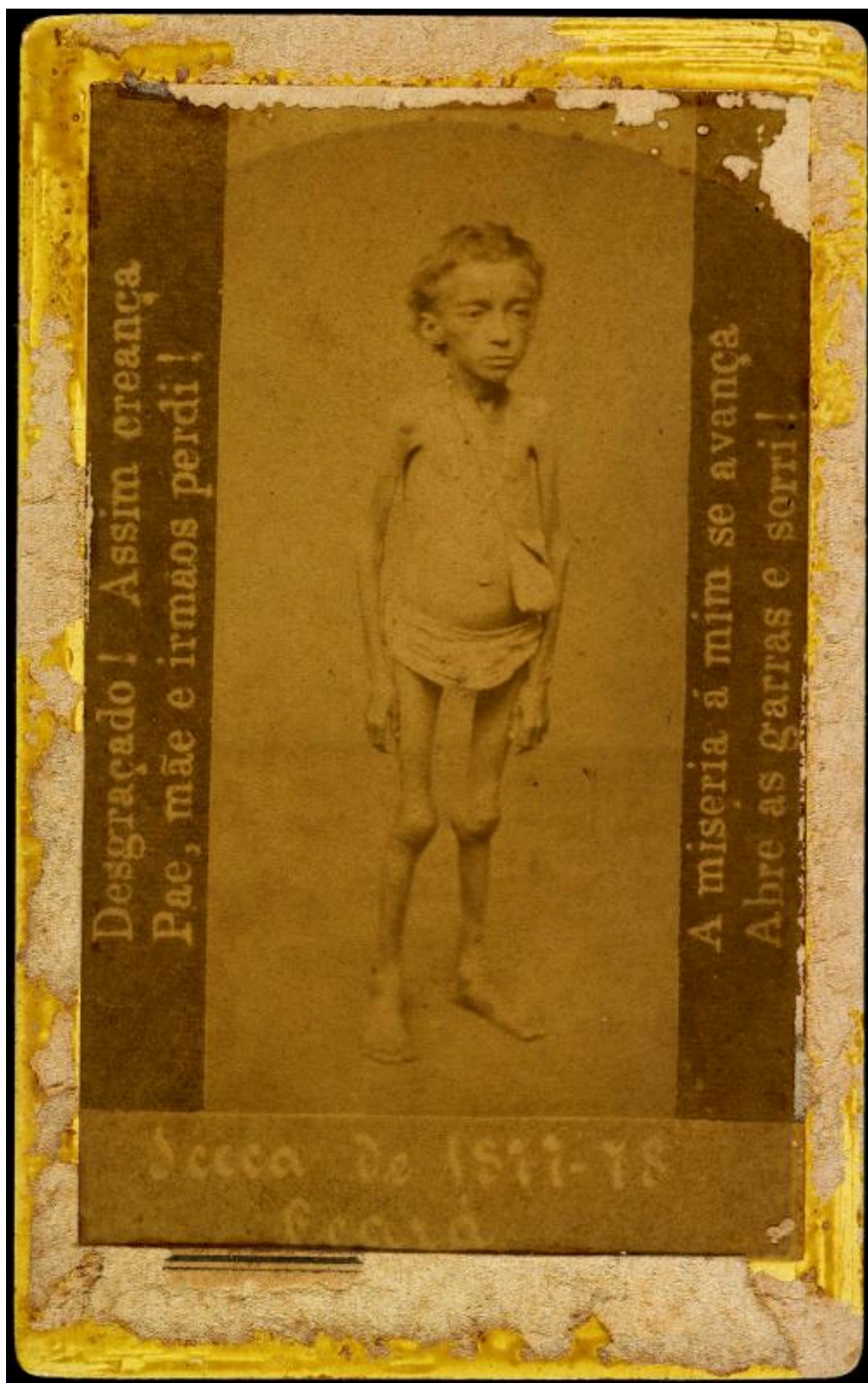
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 2: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (2).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 3: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (3).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 4: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (4).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 5: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (5).



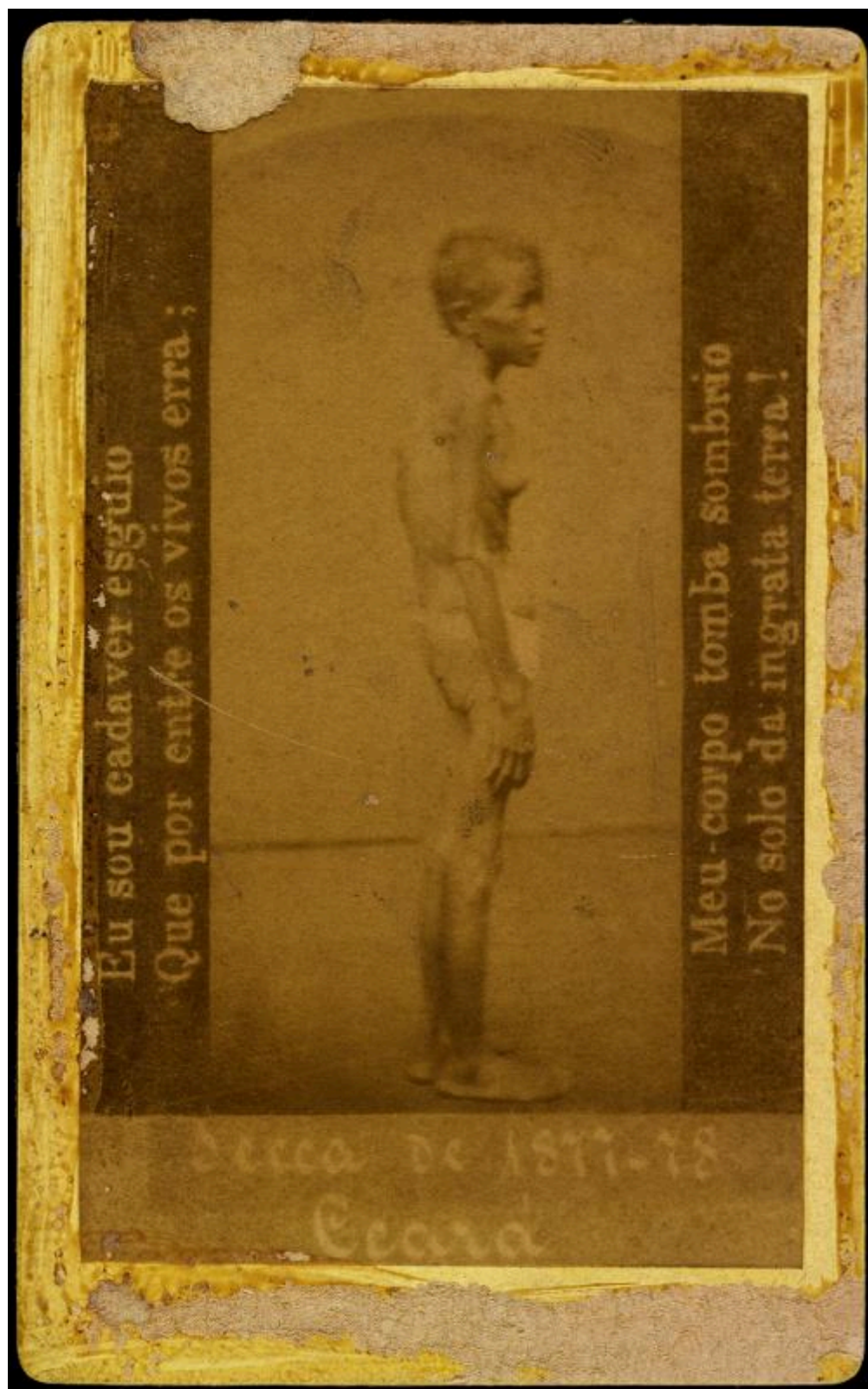
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 6: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (6).



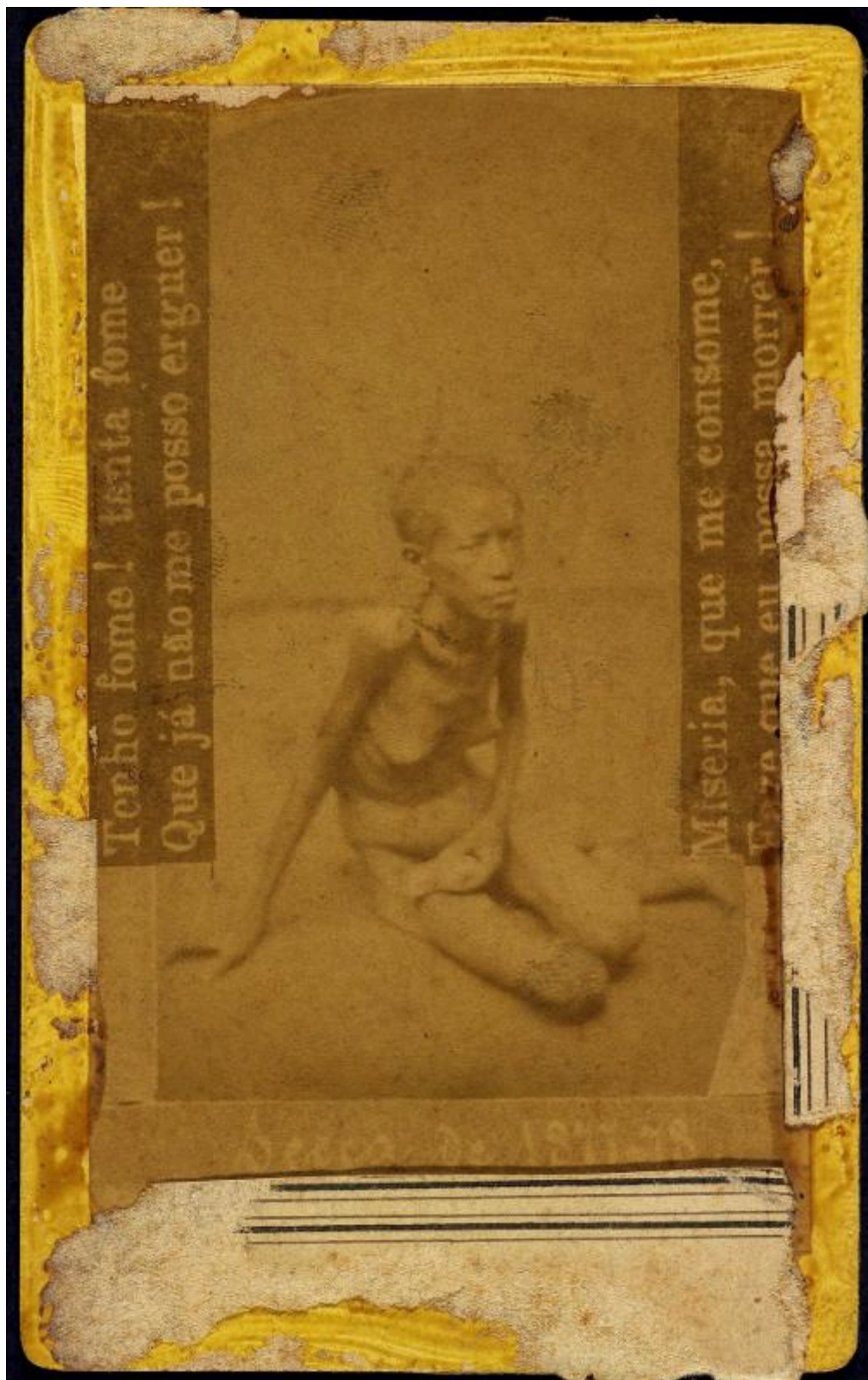
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 7: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (7).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 8: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (8).



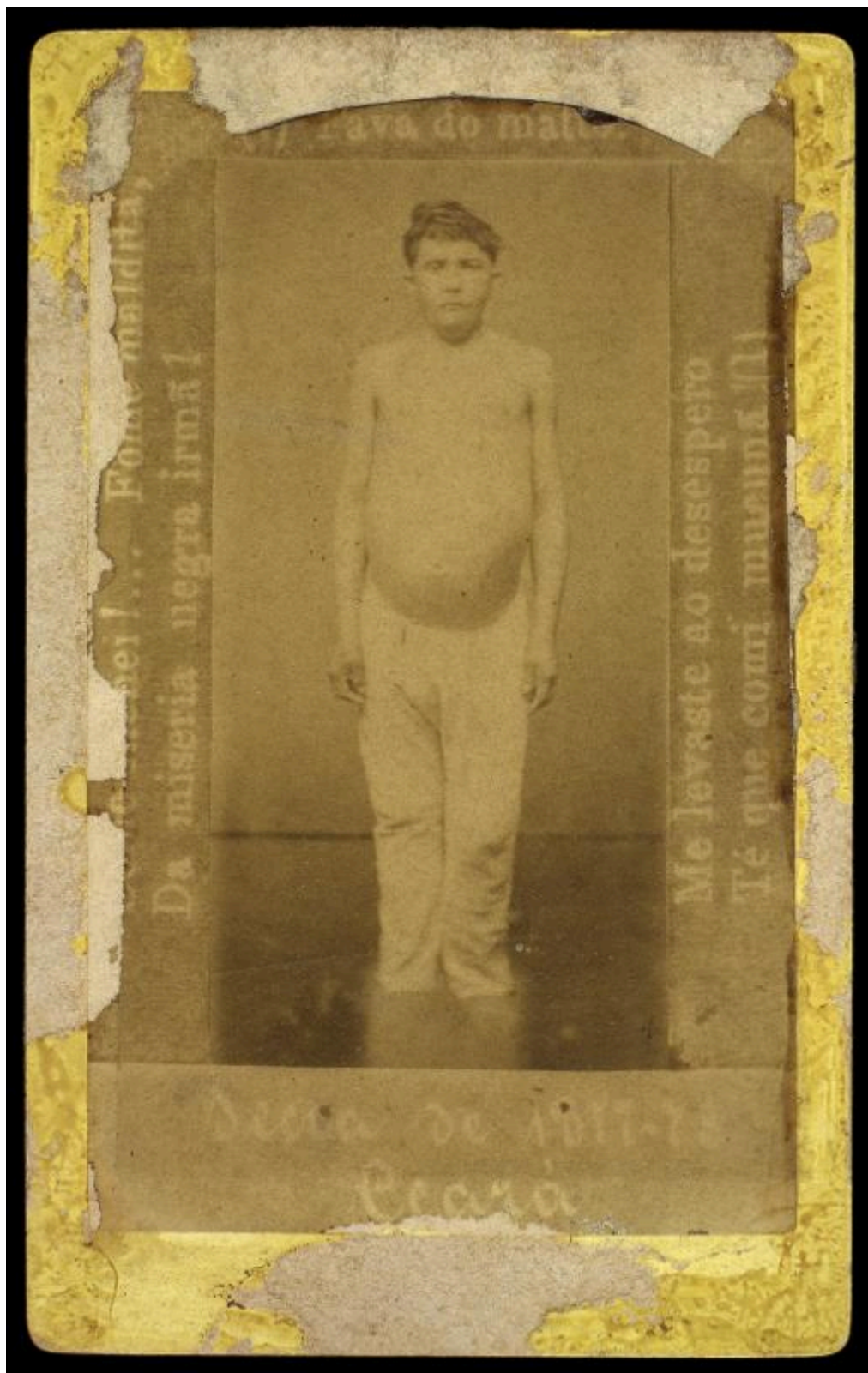
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 9: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (9).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 10: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (10).



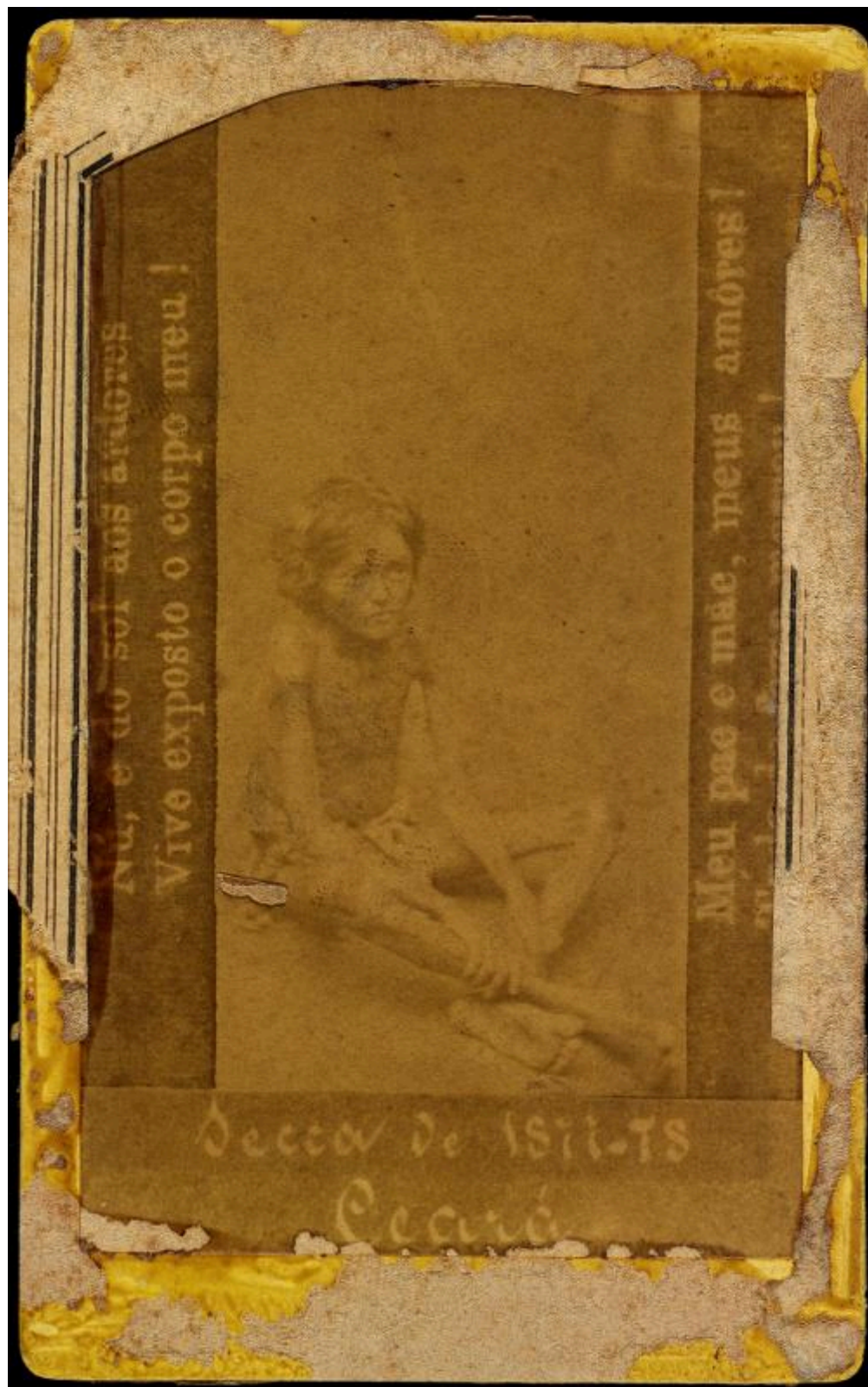
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 11: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (11).



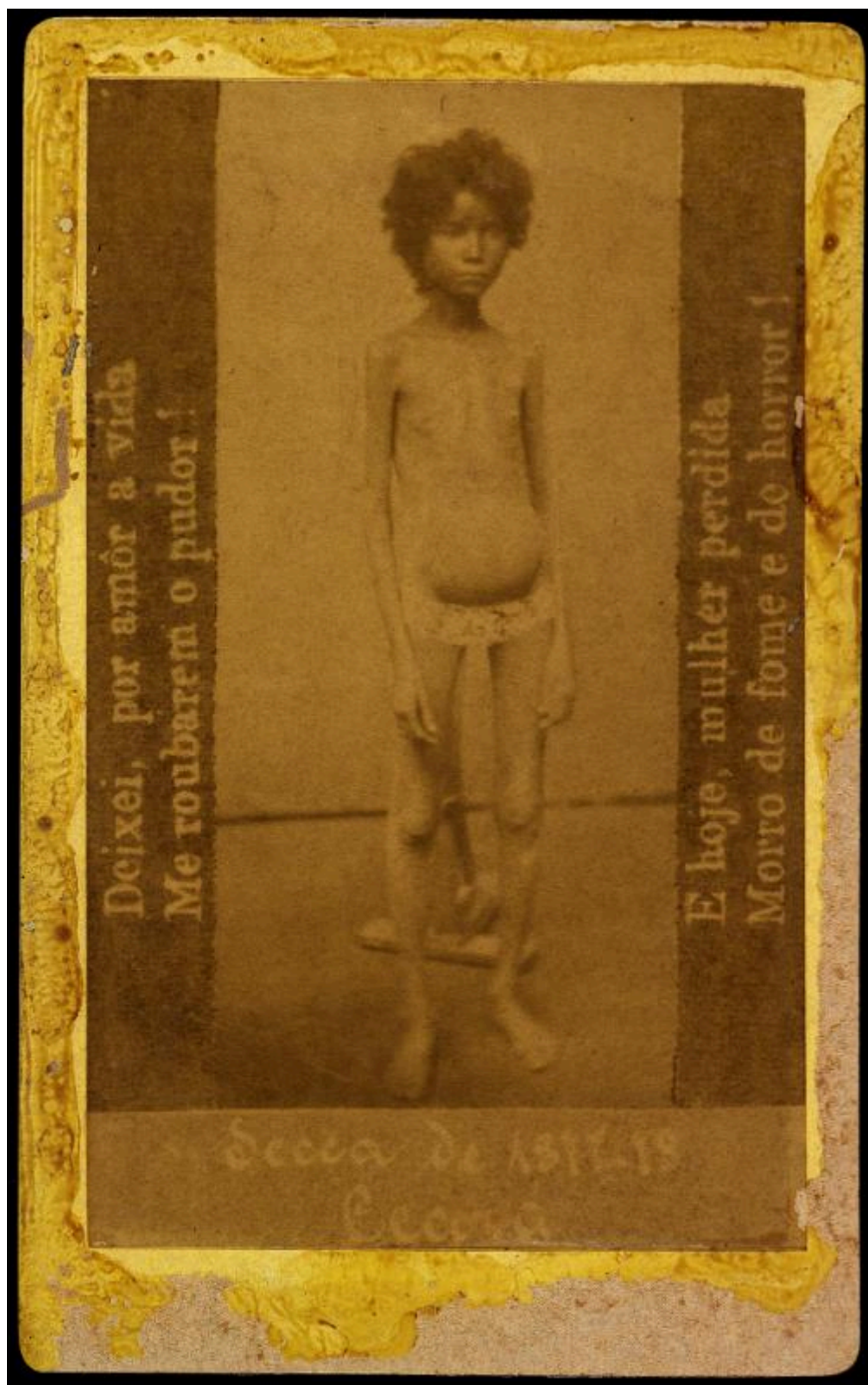
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 12: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (12).



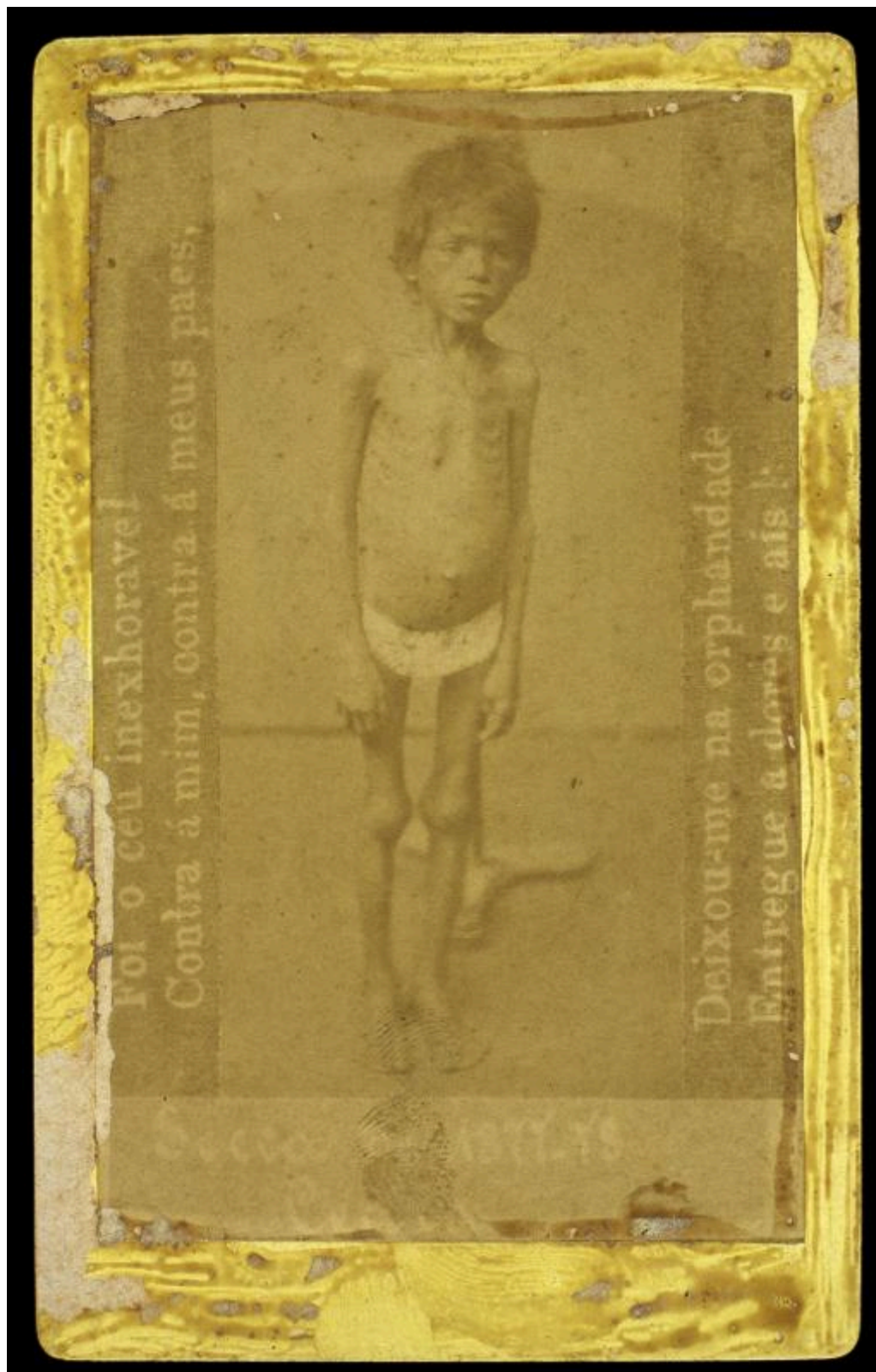
Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 13: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (13).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 14: Fotografias de *retirantes* por Joaquim Antônio Corrêa (14).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Na matéria publicada no dia 6 de junho de 1878 no *Gazeta de Notícias*, José do Patrocínio narra sua chegada à Maceió (AL) e o encontro com os *retirantes* nas ruas, praças e estradas da capital da província, fazendo uma primeira descrição, sobretudo física, de quem supostamente seria a figura: “Logo ao desembarcar encontrei n’um bond um velho pardo, descalço, vestido com uma roupa de algodão crú immunda, tendo entre mãos um chaperão de couro curtido, traje comum dos retirantes”⁵. José do Patrocínio segue fazendo descrições corporais dos *retirantes*, que em suas palavras, possuíam “rostos escaveirados”, pele de “colorido icterico”, “cabellos emmaranhados”, pernas e pés inchados e cabeça curvada. Por detrás dessa descrição violenta estava a ideia de deterioração de um corpo humano de pele mestiça e pertencente a mais baixa camada social. Entretanto, sabe-se que o fenômeno das secas não atingiu apenas a população pobre do interior da província. Devido às difíceis condições de vida e trabalho no interior, os grandes proprietários de terras e agricultores saíam de suas moradias com os familiares em direção aos centros mais populosos e prósperos, apesar disso, os jornais pouco retratam essa realidade ou a desassocia da imagem que se estava tentando construir do *retirante*.

Em Fortaleza, no mesmo ano em que se inicia a Grande Seca, é fundado o jornal de nome *O Retirante* com o objetivo de tratar sobre a problemática da seca e denunciar abusos e violências praticadas contra *retirantes*. O jornal que esteve sob a redação de Luiz Miranda era impresso pela Typographia Imparcial e circulava aos domingos, se autodenominando apartidário (Oliveira, 2021). Nesse sentido, *O Retirante* trazia uma ótica diferente sobre a questão da seca e sobre a imagem do *retirante*, uma vez que, as publicações partiam dos relatos e das denúncias dos próprios migrantes, aproximando-se de uma autorrepresentação e opondo-se aos interesses das elites e do governo.

Na edição do jornal publicada no dia 1º de julho de 1877, na primeira capa, faz-se uma descrição das “victimas da secca”, nomeando essas pessoas nos termos “peregrinos”, “coitados”, “irmãos” e “proletário”.

[...] Tristes e afflitivas são as notícias, que nos trazem do centro todos os *peregrinos*, que anhelantemente, de nós se aproximam. Coitados, trazem nos tropegos e ávidos passos, na pendida e amarellecida frente, no incerto e desvairado olhar, nas rôlas vestes, que lhes cigem o corpo, na face deprimida e livida - o verdadeiro cunho da miséria e da fome.

⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, *Folhetim: Viagens ao Norte*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1878. p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

-Sangue, que circulava nas veias e corava as faces d'aquellas improtegidas victimas, onde estaes? Para onde fugistes?
 -Acaso seria absorvido pelos d'este sol tropical, que incendia o dorso d'esta parte do Imperio?
 Lindas e palidejadas creancinhas, o que fizeste da vossa nativa alegria e do riso que ha bem pouco tempo vos borbilhava nos labios carmizins?
 [...] ⁶

As matérias publicadas no jornal *O Retirante* também expõem o processo de desumanização enfrentado pelos *retirantes*, tratados como indignos da própria vida dentro dos *abarracamentos*, sujeitos a todo tipo de violência por aqueles que detinham qualquer poder. No artigo *Crime Horrroso* do dia 2 de fevereiro de 1878, o jornal denuncia a contaminação proposital da farinha entregue pelo governo imperial. Segundo *O Retirante*, a farinha estava misturada a cal, levando à morte várias pessoas

Foi já chamado atenção do público e da inspetoria de saúde pública, sobre a farinha misturada com cal, que está sendo fornecida pelo governo aos famintos retirantes cearenses.
 Há ainda pouco tempo foi arcabusado um chefe do estado maior do exército Russo. por ter cometido igual crime, portanto, é de equidade, que também o seja o chefe da commandita Livramento, Aguiar & C, igualmente fornecedor de farinha calcarea!
 Amaldiçoamos o infame triunvirato em nome das victimas da secca, e d'aquelles, que tem succumbido envenenado pela cal!... ⁷

Em *Experiência e Pobreza*, o judeu alemão Walter Benjamin (1985) afirma que, após a Primeira Grande Guerra, “os combatentes tinham voltado silenciosos dos campos de batalha” (p. 115) e mais destituídos de “experiências comunicáveis” (*ibidem*). Segundo o autor, isso ocorria em consequência do sequestro de uma geração da paisagem em que crescera e abandono nos campos de batalhas que se assemelhavam apenas nas nuvens aos seus lugares de origem. Os combatentes se viam “num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava frágil e minúsculo o corpo humano” (*ibidem*). Em circunstância semelhante se encontravam os *sertanejos*, uma vez que foram deslocados de suas terras e abandonados em um cenário de calamidade. Os *retirantes* estavam suscetíveis a violência das autoridades locais. O grande número de mortos pela fome e pelos trabalhos exaustivos tornava a vida efêmera. As condições de sofrimento e exploração resultaram em mortes frequentes e precoces, tornando a vida curta, passageira, transitória. É possível supor que as memórias dos sobreviventes fossem excessivamente difíceis de serem comunicáveis.

⁶ Jornal *O Retirante*, 1º de julho de 1877, p. 1. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

⁷ *Ibidem*, *Crime Horrroso*, 2 de fevereiro de 1878, p. 2. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Ademais, o discurso identitário em formação em torno da figura do *retirante* configurava-se como um legado dissonante e de complexa transmissibilidade.

Diante disso, o termo *flagelo* passa a ser frequentemente usado nos discursos de intelectuais, cientistas e jornalistas para referir-se ao problema da seca no Semiárido entre os anos de 1920 e 1930. Desse modo, a expressão *flagelados da seca* surge para designar os *sertanejos* que sofriam e morriam com os efeitos dos longos períodos de estiagem (Clemente, 2020).

Segundo o historiador Albuquerque Júnior (2017), o discurso construído na literatura para tratar do fenômeno das secas no Semiárido teve influências de duas narrativas bíblicas: “a narrativa do êxodo e a narrativa da via sacra” (p. 225). Assim, os termos *flagelo* ou *flagelados*, que se difundiram através da “literatura das secas” (*ibidem*) podem ter suas origens na narrativa bíblica do *Êxodo*, onde a expressão *flagelo* remete a uma praga, doença ou calamidade enviada como punição associada à justiça ou à correção divina⁸. Já no novo testamento, a *flagelação* remete a ideia de *açoite* e se refere ao sofrimento de Jesus, momentos antes de sua crucificação⁹.

Dessa forma, a utilização da expressão *flagelado* assumia um caráter pejorativo, na medida em que reforçava a associação da pobreza a supostos vícios morais, vinculando-a, ainda, às noções de *pecado* e *punição divina*. A expressão depreciativa reforçava a posição de subalternidade dos refugiados da seca, sua condição de pobreza extrema e peregrinação. Uma nova identidade estava sendo imposta para os *retirantes*. Cada vez mais à margem dos direitos constitucionais. O livro do escritor, professor, sanitarista e farmacêutico, Rodolfo Teófilo, que retrata a Seca de 1915 narra a mudança da denominação *retirante* para *flagelado*

Os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no alagadiço, o futuro “abarracamento”, o qual tomou num sei porquê, nome de “campo de concentração”¹⁰, e o povo batizou de “curral”. O retirante perdeu o seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se “flagelado” (Teófilo, 1980, p. 55).

⁸ **Êxodo 9:14:** Porque desta vez vou descarregar todos os meus *flagelos* sobre tua pessoa, tua gente e teu povo, a fim de que saibas que não há ninguém semelhante a mim em toda a terra; **Números 16:49:** Os que morreram por causa do *flagelo* foram 14.700, além dos que morreram por causa de Corá; **Salmo 91:10-11:** Nenhum mal te atingirá, nenhum *flagelo* chegará à tua tenda, porque aos seus anjos ele mandou que te guardem em todos os teus caminhos; **Isaias 10:26:** O SENHOR dos Exércitos os *flagelará* com um chicote, como fez quando feriu Midiã na rocha de Orebe; ele erguerá o seu cajado contra o mar, como fez no Egito; **Apocalipse 15:1:** Vi no céu outro sinal grande e admirável: sete anjos tendo os sete últimos *flagelos*, pois com estes se consumou a cólera de Deus.

⁹ **Mateus 27:26:** Então soltou-lhes Barrabás, e tendo mandado *açoitar* Jesus, entregou-o para ser crucificado. **Marcos 15:15:** Porém Pilatos, querendo satisfazer a multidão, soltou-lhes Barrabás e, tendo *açoitado* Jesus, o entregou para que fosse crucificado. **João 19:1:** Então, Pilatos mandou *açoitar* Jesus.

¹⁰ O livro *A seca de 1915* de Rodolfo Teófilo teve sua primeira edição publicada em 1922.

Todas essas construções discursivas preparavam o cenário que viria a se instalar na capital e que resultariam no preconceito de classe, social e étnico contra a população migrante de Fortaleza. Preconceito que legitimou o uso da mão de obra gratuita de *retirantes*, as políticas de migrações forçadas, de isolamento e de extermínio da população pobre e mestiça.

Segundo o historiador Neves (2005, p. 119), três aspectos influenciaram essa discriminação contra a população pobre de Fortaleza, sobretudo, os *retirantes*. O primeiro está relacionado à ideia de que a pobreza carrega características próprias de “vícios morais e físicos”, como o crime e doenças; o segundo aspecto, aproxima-se de uma “psicologia das multidões”, onde os indivíduos passam a agir de forma impulsiva em resposta aos estímulos externos; e o terceiro, ao medo generalizado de uma revolta das multidões de pessoas em situação de pobreza contra as difíceis condições de existência.

Já o historiador Albuquerque Júnior (2022)¹¹ afirma que a criação da figura *retirante* é fundamentalmente cearense, e por isso, as características físicas associadas aos *retirantes* eram descrições de pessoas mestiças que viviam no interior da província, e que por sua descendência indígena eram considerados *violentos* e *preguiçosos*, estereótipos que os povos originários carregavam desde as primeiras invasões europeias.

O discurso construído sobre a seca no Semiárido brasileiro alinhava-se a um projeto de *modernização* e construção da identidade nacional pautada em uma perspectiva de progresso do capitalismo, que silencia a *experiência* e desvaloriza a existência humana em prol de seus próprios interesses. Para Benjamin (1875), “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica” (p. 115). O projeto de *modernização* brasileiro alinhado à propagação de *informações* distorcidas e tendenciosas resultou na exclusão dos *retirantes* do discurso hegemônico sobre a história do Ceará e no silenciamento de suas narrativas. Difundir as *narrativas* e *experiências* marginalizadas significa a preservação da memória social e a não perpetuação de discursos violentos contra grupos sociais historicamente oprimidos.

¹¹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do retirante: sertão, sofrimento dos corpos e história do Brasil I História do Brasil TV. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E91bLZ3L_2s. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

Figura 15: Sermão de Lágrimas (part.1/2) , O Besouro, 4 de maio de 1878.

4 DE MAIO DE 1878.

O BESOURO.

35

ZUMBIDOS.



avra a discordia nos campos de Agramonte, isto é, dos escriptores em geral e dos folhetinistas em particular.

Do *Cruzeiro*, Sic e Amen atiram as mais aguçadas setas contra os seus collegas da *Gazeta*: n'esta apresenta-se um substituto do Tral-gadabas a dirigir o seu fino sorriso de mofa contra o escriptor dos *Sem malicia* e o descobridor do maior defeito do *Primo Basilio*; o *Bezouro* ataca o *Cruzeiro* e propõe-se a concertar o par de botas rotas — sem par — do illustre Eleazar; a *Revista* vai ao pello do *Diario do Rio*, este mostra que ainda o tem..., e assim vai tudo em uma balburdia, uma confusão, como jámas se viu aqui, n'esta cidade de S. Sebastião, a sede do governo e da sociedade do Elogio Mutuo do Imperio.

E' de se notar, porem, que no meio d'essa azafama, fica só e indifferente a essas cousas, assim como quem não é peixe nem carne, o *Jornal do Commercio*, que não dá a confiança de se intrrometer nas brincadeiras dos pequenos....

Tambem estes têm tanto medo do *tutú* da rua do Ouvidor! A gente nem tem coragem de dizer ao Sr. das *Cousas de Casa* que elle é mesmo a cousa mais inossa da casa, e que aquella casa tem cada *cousa*!... Nem isso.

Pois se a gente tem medo!....

E' causa d'esta quebra de relações amigaveis entre elles, principalmente, o *Primo Basilio*, que aqui appareceu como um verdadeiro pomo de discordia.

Desde então não ha um accordo entre os Srs. escriptores; e o motivo é um e unico: é que todos querem manifestar-se *sobre* elle — como se isso facil fosse. Alguns já o tomaram completamente para o seu uso particular, e já agora o disputam como cousa que é de sua propriedade, d'elles: tal já escreveu 5 — cinco! — estirados artigos a respeito, e ainda não está saciado e parece querer mais.... Pois se é do seu uso particular, o *Primo Basilio*!

Isto não é romance, é uma epidemia; parece mesmo uma sensação nova! Agarrou-se á cabeça dos Srs. litteratos, e tem d'alli extrahido, como um verdadeiro unguento *puxativo*, uma serie interminavel de artigos, de que já não ha mãos a medir. Aquelle primo não se devia chamar *Basilio*, mas sim — *Basilicão*!

Elle é no Castellões, e no ponto das Barcas, e no hotel, e na rua, e no theatro, e em toda a parte — o primo Basilio e o Sr. Eça de Queiroz.

— E' demais, ouve-se gritar pelas esquinas, aos que já estão sufficientemente amolados pela conversa; qual Eça nem meio Eça! Não é com *essas*... que se vae a feira!

E olhem que é mesmo!

Uma cousa ainda não viram os Srs. folhetinistas accommettidos do *basilismo*; é a criada Juliana, posta em scena com a maior verdade e talento, pela Sra. Vicencia de Moura, no theatro das Variedades.

Vão vel-a na comedia *Caprichos do acaso*, e dir-me-hão se não está alli em carne e osso — em osso principalmente — a Juliana tão magistralmente descripta por Eça de Queiroz e tão magistralmente interpretada por Vicencia de Moura: lá está o balão, e a cuia, e os vestidos exquisitos, e as chics botinas, e a voz esganiçada, e tudo o mais. Pois até o aneurisma parece que vem alli dentro, e em ouvindo-se a sua proprietaria soltar aquelles guinchos, está-se a ver a hora em que vai elle romper-se e fazer experimentar ao publico uma verdadeira sensação... nova.

Vão e verão nos *Caprichos do acaso*, como o acaso é caprichoso!

E' talvez a um dos seus caprichos que se deve o espirito encontrado, sexta-feira ultima, na carta do mano Felipe. Está de uma fertilidade pasmosa!

Vejam só a originalidade no modo de annunciar o beneficio do Vasques: « O Vasques é um desengraçado, é mesmo um estúpido! »

E note-se: isto é um agrado, é um brincado, é originalidade.

E se pega a moda, em a gente querendo dizer lá na do mano Felipe, que as *Cartas do Caipira* tem graça, é assim que deve ser:

— Aquillo é mesmo uma babuzeira, uma passoca; uma posta de arraia; uma *pestia*; reles mesmo. (Olhem que isto é brincado — é para agradar!)

D. FILHO.



Sermão de lagrimas.



odos presentemente conhecem a significação desta palavra — o *retirante*, que esconde nas suas quatro syllabas a historia de lagrimas pungentes e desesperada penuria de uma parte da população brasileira.

As sete syllabas do neologismo da desgraça recordam quadros horrorosos como poucos ha de memoria de

homens.

A virgindade soffrendo em seu pudor na semi-nudez andrajosa da miseria; grinaldas ven-

Figura 16: Sermão de Lágrimas (part.2/2) , O Besouro, 4 de maio de 1878.

didadas por um punhado de farinha, como a primogenitura bíblica por um prato de lentilhas; a maternidade sacrificada nos seus mais santos devotamentos, buscando em vão sucrestar de seu amor uma gota de leite, para com ella illudir a seccura vesana e a consumpção da fome que lhes assassinam impiedosamente os filhos.

Ainda mais; o zelo santo dos deuses lares extinto e a profanação dos mais castos sentimentos conjugaes sem o protesto ao menos da parte dos deshonrados.

Todas estas scenas de lamentosa anormalidade desdobradas pelos caminhos na promiscuidade extenuadora do infortunio, tiveram como complemento o abandono da terra natal, e a emigração para outros climas, outros costumes, outra educação.

O *retirante* que symbolisava uma calamidade, passou a ser o emigrado, que symbolisa uma iniquidade.

Emquanto os desventurados filhos do norte veem a ganancia envenenar com cal a farinha, especulando assim torpemente com a infelicidade de um povo; nós os moradores da corte vemos o governo consentir que as provincias desoladas sejam offendidas nos seus brios de honestidade.

E' voz publica que todos os dias sahem do asylo de immigrants grande numero de donzellas cearenses, cuja boa fé é illaqueada por individuos que lhes fallam como contractadores de trabalho e que por fim as transformam em mulheres perdidas.

Parece que era dever publico velar pela sorte d'aquelles que sahindo do meio de costumes simples foram inopinadamente arremessados em uma capital, que absorveu já todos os vicios do mundo.

Os infelizes recém-chegados não podem de forma alguma prever quantos males lhes póde causar a confiança plena á que estão habituados, depositada em certos habitantes da capital.

A consequencia de tal confiança é serem tiradas do seio das infelizes familias, moças que se resgatam da fome pela prostituição, e isto sem que ao de leve reflectam na baixeza em que vão cahir.

O *Besouro* abre um parenthesis aos seus zumbidos alegres, a sua jovialidade innata, para pedir um pouco de attenção para semelhante facto.

Este reclamo deveria partir dos jornaes sérios, dos que têm a pretensão de dirigir os nossos cerebros e as nossas consciencias e que em ultima analyse não aspiram senão a apanharmos o annuncio e a bile da mofina.

Socorrer o povo nas calamidades não é sómente arrancal-o da morte, é tambem preservar a moral social dos profundos golpes que os egoismos facinorosos costumam desfechar-lhe então.

Não basta trancar a bocca dos tumulos, é mister tambem impedir que se satisfaça a voracidade dos prostibulos.



Fió.



ob a razão social G. Vianna & C., o orgam da *memoranda*, é, confessamol-o nós, dizem-n'o todos, o poço da sociologia.

Não ha questão que elle não decida immediatamente com uma pennada; encontra solução irrefutavel para todos os problemas no fundo do seu tinteiro.

Isto é que é ser!

Desde que elle existe, marcham em invejavel progressão crescente a civilização brasileira e o consumo da tinta roixa, e tão grande successo dá-lhe jus igualmente a um logar na historia e a um annuncio do Monteiro da tinta.

Conceituoso, profundo, com os deslumbrantes laconismos do genio, o orgam icterico da razão G. Vianna affirma-nos, e é força acredital-o, que — progredir é mudar.

Antes porém engrinalda com a sublime corôa da resignação áquelles homens que, embora de principios mais adiantados, submettem-se « a certos usos, que nada tem de humiliante, porque são puramente convencionaes e não atacam por forma alguma os principios de quem os adopta. »

Principios não atacados são principios que os seus possuidores conservam integralmente: principios que não mudaram.

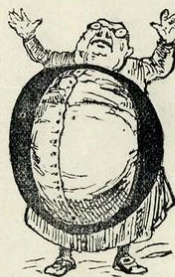
Ora sem mudança não ha progresso, logo a *propriedade de uma sociedade anonyma* usa e abusa da tinta roixa.

Ou isto ou rhuibarbo para a ictericia.

ZÉ.



A cal.



telegrapho, esse frio e indifferente portador das mais tristes e das mais alegres novidades, deu-nos ha dias a noticia de que os nossos patricios do Norte, acossados pela secca e pela fome, estavam sendo mais dizimados porque com a farinha que d'aqui lhes fôra enviada ia de mistura uma porção de cal, insufficiente, é verdade, para caiar convenientemente todas as peças das habitações

d'elles patricios, mas bastante para estragar-lhes as diversas dobras dos intestinos, e fazel-os, como cal que é, ficarem *calados* — e por uma vez.

Esta noticia, recebida friamente aqui na capital, actualmente occupada com a discussão dos problemas os mais difficeis e distrahida com o estudo das questões as mais importantes, foi esquecida e posta de parte um momento depois de ser lida nos jornaes.

Figura 17: Páginas Tristes. Scenas e aspectos do Ceará, O Besouro, 20 de Julho de 1878.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1878.

Figura 18: O Retirante, 1º de julho de 1877, pág. 1.

O RETIRANTE.

ORGAM DAS VICTIMAS DA SECCA

PUBLICAÇÕES E ANNUN-
CIOS: GRATIS.

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS.



Anno I. Fortaleza — Domingo, 1.º de Julho de 1877.

O RETIRANTE.

FORTALEZA, 1.º DE JULHO DE 1877.

Contempla-nos pasmo o seculo XIX e o pre-
cito anno de 1877.

Lentamente trucidada-nos n'um horrivel cortejo
de angustias.

Já não é uma illusão a secca n'esta desditosa
provincia.

A ampolheta polluidora dos seculos acaba de
recolher seis mezes d'esta era, para as dobras de
um sombrio passado.

Tristes e afflictivas são as noticias, que nos
trazem do centro todos os peregrinos, que, anhe-
lamente, de nós se approximam.

Coitados, trazem nos tropeços e avidos pas-
sos, na pendida e amarellecida frente, no incerto
e desvairado olhar, nas rötas vestes, que lhes
cingem o corpo, na face deprimida e livida—o
verdadeiro cunho da miseria e da fome.

—Sangue, que circulava nas veias e corava as
fases d'aquellas impregadas victimas, onde es-
taes? Para onde fugiste?

—Acaso seria absorvido pelos ardores d'este
sol tropical, que incendia o dorso d'esta parte
do Imperio?

Lindas e palidejadas creancinhas, o que fi-
zeste da vossa nativa alegria e do riso que ha
bem pouco tempo vos borbulhava nos labios car-
mizins?

Não vos ouvem os vagidos?

Que de vossos papaes, que vos não satisfazem
o pedido, que entre soluços lhe fazeis, de uma
migalha de pão?

Lamentam-se filhos enfermos, recordam-se
com saudade infinita filhos que a morte levou;
mas quando filhos choram de fome não ha con-
solação.

De um lado o sentido pranto da indigencia e
do outro lado os estertores da agonia.

Vacilam e fraquejam por toda a parte os nos-
sos desalentados, desprotegidos e macerados ir-
mãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neo-
phito passageiro, no tombadilho de um navio ar-
rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso.

Como verdadeiros embriagados tombam, ca-
hem e morrem em aluvião nas estradas publicas,
sem encontrar um marco miliario para repouzar
por um instante sequer a cabeça transtornada.

Os seus esquelitos corpos servem de alimento
aos vorazes abutres, que, funebremente atemo-
risados baixam a terra e com elles se banqueteam
da mesma forma, que os vermes sob as lages
campanarias.

Humanos caritativos, alerta!

Não deixai perecer mais um só de vossos ir-
mãos á carencia de uma migalha.

Egoistas, phalanges de estultos fanaticos, mer-
cenarios e ricos inhumanos, saciai a vossa cobiça
com o crescido numero de victimas, já ceifadas
pela fome e pela abundancia de vossa ingenero-
sidade.

Reconcentrai-vos um pouco. Lembrai-vos,
que a grande niveladora do cemiterio—a morte
—respeitar-vos-ha tanto quanto ao infeliz prole-
tario, que se debate n'esta lugubre quadra, nas
convulsões da agonia, e sem achar quem deposi-
te um abulo na mão, que tremula se estende.

A dôr é o tributo fatal da humanidade.

Para que riqueza além tumulo?

Agora nós, senhores do governo:

O que pretendeis fazer do povo que de vosso
apoio necessita?

Quereis acaso deixal-o morrer á fome por
vossa, já não dizemos maldade, mas incuria e
inacção?

A iniciativa particular trabalha continuamente,
é incançavel, haja visto os esforços da distinc-
ta directoria do Gabinete de Leitura.

E vós dormis por essa indifferença dos Cresos;
por essa immobilitade da mulher de Loth.

Pouco vos importa o soffrimento do povo,
d'esse inditoso povo que, em bons tempos, enche
com o producto do suor de sua fronte, os vossos
vorazes cofres.

Porque fazei-vos surdos aos gemidos angus-
tiosos e dilacerantes das victimas que se debatem
n'um leito de horrores?

Vampiros do suor do povo cumpri o vosso
dever.

O direito do povo.

I.

« Barbaros do norte, erguei-vos! »

Basta! agitado é o somno, porque de horro-
res são os sonhos do carcere. Levantai-vos!

O sol é ardente; o furacão atira para o ar as
vociferações mirradas do deserto.

A materialidade do discurso

Os edifícios comportam uma dupla forma de recepção: pelo uso e pela percepção. Em outras palavras: por meios táteis e óticos (Benjamin, 1985, p. 193).

Em *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica*, o autor Walter Benjamin (1985) traz reflexões sobre o que a arquitetura - e consequentemente a cidade moderna -, enquanto uma das mais antigas formas de *recepção*, pode comunicar para as *massas*. Segundo a tese levantada pelo filósofo, a arquitetura possui “recepção que se dá coletivamente, segundo o critério da dispersão” (p. 193), onde “o hábito determina em grande medida a própria recepção ótica” (*ibidem*).

Dessa forma, a arquitetura é tradicionalmente recebida pelo hábito, uma vez que o sentido tátil (ou o corpo) percebe e se adapta mais facilmente aos estímulos da arquitetura, do que o sentido ótico (ou a mente) consegue processar e elaborar.

Algumas interpretações possíveis para a proposição de Walter Benjamin são de que a arquitetura carrega usos e sentidos, ou funções e discursos. Nessa perspectiva, os edifícios e as cidades estão longe de serem construções neutras ou imparciais, possuem valor político e social. Além disso, o entendimento que o filósofo alemão atribui a arquitetura revela o caráter disciplinador de corpos que os edifícios e as cidades podem ter, na medida em que “o modelo da arquitetura, tem em certas circunstâncias um valor canônico” (*ibidem*).

A partir dessa ideia, é possível compreender como o discurso civilizatório que criou a imagem do *retirante* e da seca no Ceará se materializou em um patrimônio edificado às custas da força de trabalho quase gratuita dos refugiados. Não apenas isso, os *retirantes*, que se tornaram protagonistas no processo de modernização e urbanização do estado do Ceará, jamais foram reconhecidos como tal, sendo confinados e silenciados em lugares de isolamento e esquecimento. Como se verá no capítulo seguinte.

Neste tópico, assim como ao longo deste capítulo, são apresentados os acontecimentos precursores do fenômeno das grandes secas, bem como o discurso legitimador do cenário que se configurou na capital cearense no final do século XIX e início do século XX. Com o objetivo de introduzir e contextualizar alguns dos aspectos estruturantes da chamada *Arquitetura do Êxodo*, se fez uma breve descrição cronológica das secas e das principais construções assistencialistas do período analisado.

De 1877 a 1932 ocorreram cinco grandes secas no Semiárido brasileiro, sendo a maior delas a de 1877-79, que durou três anos e ficou conhecida como a Grande Seca. Após

esse período, houveram as secas de 1888, 1915, 1919 e 1932. Os relatórios provinciais apontam a ocorrência de outras secas dentro desse período, mas acredita-se que as mais severas foram essas cinco, pois resultaram em uma série de medidas de caráter assistencialista.

É a partir da Seca de 1877-79, onde já se contabilizavam 986 mil pessoas no Ceará (Souza JWF, 2015), que se iniciam as preocupações em prestar assistencialismo aos *retirantes*. Nesse sentido, começam a surgir as instituições com fins caritativos. Dentre elas, as mais importantes construções do final do século XIX, foram a *Colônia Orfanológica Cristina* (1880) destinada aos órfãos, o *Asilo dos Alienados São Vicente de Paula* (construído entre 1878 - 1886), aqueles considerados insanos, e o *Asilo de Mendicidade* (1886). Estas eram instituições asilares que objetivavam resolver a situação de mendicância na capital resultante do grande *flagelo* da seca e que faziam parte de um plano *civilizatório* para a capital.

Essas construções utilizaram da força de trabalho dos *retirantes* que recebiam em troca os gêneros alimentícios prometidos pelo governo imperial. Posteriormente, eles mesmos foram abrigados nas edificações que estavam construindo.

Segundo Oliveira (2021) essas três instituições foram projetos de um mesmo plano de assistencialismo, e por isso, possuíam semelhanças entre si, tais como, a conjuntura social marcada pela extrema pobreza em decorrência da grande seca que assolava a província, os terrenos em localidades distantes dos centros de poder em Fortaleza e a proximidade estratégica das estações da linha Férrea de Baturité, onde se estabeleciam as relações entre interior e capital, sendo possível o transporte de pessoas e mercadorias. Sobre a construção de um asilo para insanos diante do cenário que se apresentava na capital no final do século XIX, Oliveira (2021) afirma que é possível “considerar que nem todas as pessoas denominadas loucas poderiam de fato receber tal nomenclatura se a condição social, epidêmica e climática fosse de regularidade social” (p.124).

A partir da seca de 1915, outras obras foram edificadas com o mesmo propósito, como o *Patronato de Maria Auxiliadora* (1922), cujo público alvo eram mulheres jovens, e o *Asilo Bom Pastor* (1925), destinado às mulheres pobres cuja conduta era considerada inadequada aos moldes da época, pois engravidavam antes do casamento.

Ainda sob os efeitos da seca de 1932, é criado por meio do decreto de nº. 1.163, de 11 de dezembro de 1933, o Instituto Carneiro Mendonça, popularmente conhecido como *Escola Santo Antônio do Buraco*, no atual território de Maracanaú, sendo a primeira instituição

Estatual de caráter assistencialista e correccional de crianças e adolescentes pobres considerados vadios e delinquentes (Silva Junior, 2018).

Não obstante, é relevante compreender que essas instituições faziam parte de um conjunto de medidas de caráter permanente adotadas no contexto das secas de 1877-1932, ou seja, as edificações ainda permanecem no contexto urbano da cidade, mesmo que com novos usos. Outros equipamentos de cunho assistencial temporário foram implementados no Ceará, dentre eles, os *abarracamentos* (1878), nos quais os *retirantes* eram recebidos ao chegar à capital e distribuídos nas obras públicas, os *lazaretos da Jacarecanga e Lagoa Funda*, onde recebiam o tratamento contra a varíola a partir de 1878, os *acampamentos*, construções nas beiras de estradas onde os *retirantes* empregados nas obras públicas se alojavam com seus familiares, e os *Campos de Concentração* (1915-1932), conhecidos como *Currais do Governo*. Apenas o *Campo do Patu*, instalado nas edificações da antiga obra paralisada da Barragem do Patu, possui as edificações que remanesceram na paisagem de Senador Pompeu (ver mapa 1 e 2).

Para compreender melhor as ações construtivas influenciadas pelos efeitos da seca no Ceará, podemos separá-las em três tipos: as *obras de assistencialismo*; as *obras de infraestrutura pública* e as *obras contra as secas*.

Vale ressaltar que o conceito de assistencialismo, diferentemente do conceito de assistência pública, é resultado de um processo histórico associado a práticas filantrópicas e imediatista das autoridades governamentais, que tornam os indivíduos dependentes das ações paliativas do poder público, sem que hajam meios para autonomia dos indivíduos através de políticas efetivas que garantam os direitos dos cidadãos (Farias, 2013). Nesse sentido, na província do Ceará foram autorizadas diversas obras de caráter assistencialista, como os *abarracamentos*, os *lazaretos*, os hospitais, os cemitérios, os asilos para órfãos, insanos, mulheres pobres, entre outros.

Paralelamente, os *retirantes* estavam sendo empregados em obras de infraestrutura pública e na fabricação de materiais de construção, como telhas, tijolos e cal. Essas obras eram principalmente reformas em prédios públicos, calçamento, construção de pontes, da Estrada de Ferro de Baturité, ruas, entre outros. Havia também obras consideradas necessárias para minimizar o impacto dos longos períodos de estiagem, como os projetos de açudagem e irrigação, que posteriormente ganhariam maior força com a criação da inspetoria que administraria as obras contra as secas.

O presidente da província cearense, José Júlio de Albuquerque Barros, afirmou diante da Assembleia Provincial em 1880, em fins da Grande Seca, que foram contabilizadas as obras de “Açudes 73, Igrejas 64, Cemitérios 50, Estradas e Ladeiras 60, Cadeias 48, Poços de Alvenaria 31, Escolas 29, Pontes 19, Calçamentos de estradas e ruas 23, Aterros 27, Mercados 14, Canos de esgoto 7, Quartéis 3, Asylos 3, Obras diversas 30”¹².

Dentre as obras de assistencialismo, ou seja, aquelas compreendidas como emergenciais diante dos deslocamentos em massa, algumas edificações se destacam por adotarem políticas de isolamento e esquecimento, onde o objetivo de eliminar a presença da pobreza para lugares distantes se alinhava ao interesse em fazer com que *órfãos, loucos, pobres, mendigos e meretrizes* caíssem no esquecimento da sociedade até que se tornassem “civilizados” ou, até mesmo permanentemente.

Essas edificações asilares revelam ainda uma outra questão social: o saldo de mães solas, de crianças órfãs e de viúvas na capital cearense. As possíveis razões seriam a morte de muitos *retirantes* homens devido a exaustão dos trabalhos nas obras públicas do Ceará e o intenso fluxo migratório de homens para as regiões amazônicas e para as terras ao sul, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, com o fim das secas, mulheres e órfãos não eram obrigados a retornar às terras sertanejas por serem considerados inválidos, assim, ficavam na capital cearense, onde se tornavam alvo das ações de controle social e combate à mendicância do governo (Gadelha; Lima, 2017).

Nesse sentido, grande parte desses lugares foram idealizados com o objetivo de recolher mulheres e crianças *desvalidas*, como é o caso da *Colônia Orfanológica Cristina*, do *Patronato Maria Auxiliadora*, do *Asilo Bom Pastor* e do *Instituto Carneiro Mendonça*. Para a institucionalização dos lugares de isolamento e esquecimento de *retirantes* durante as grandes secas do final do século XIX e início do século XX, descrita neste capítulo, daremos o nome *Arquitetura do Êxodo*.

Patrimônio Ferroviário x Patrimônio das Secas

O final do século XIX foi marcado por um conjunto de discursos, projetos e ações que objetivavam a modernização do Brasil através da integração das suas extensas terras e a construção de uma identidade nacional do território brasileiro. Dentro desse plano de progresso, como materialidade do discurso, anunciava-se a construção das vias férreas.

¹² Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1880.

Nessa conjuntura, a primeira estrada de ferro do Ceará é idealizada por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Gonçalo Batista Vieira, Joaquim da Cunha Freire, o negociante inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante. A estrada de ferro deveria ligar o porto de Fortaleza às regiões serranas de Pacatuba e Maranguape, Baturité e Araripe, onde existiam condições climáticas propícias para a produção do café, da cana de açúcar, do algodão e para a criação de gado (Assis; Sampaio, 2010).

Em 1870 foi constituída a *S.A. Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité* e assinado o contrato entre a mencionada Companhia e o Governo Provincial do Ceará. A Estrada de Ferro de Baturité, que levava o nome da companhia, teve sua obra iniciada em 1872, completando a extensão de 33 km em 1875. A essa altura, era possível fazer o transporte de pessoas, mercadorias e dinheiro de Fortaleza a Pacatuba, entretanto ainda estava longe de atingir o destino desejado e levar o “progresso” para os *sertões* cearenses. Nos anos que se sucederam, a companhia da via-férrea de Baturité anuncia dificuldades financeiras para dar continuidade à obra (Ferreira NSA, 1989).

Logo, no ano de 1877, instaura-se o cenário que favoreceu a continuidade às obras paralisadas, em decorrência da Grande Seca. Já no ano seguinte, ocorreu a “encampação assinada entre o Governo Imperial e a Companhia [...] Por este ato o Governo assume domínio total” (Ferreira NSA, 1989, p. 33) sob a construção da estrada de ferro. A força de trabalho *retirante* seria amplamente utilizada para viabilizar o projeto de modernização para o Ceará idealizado por Senador Pompeu. Em troca, os operários da seca recebiam o “pagamento diário de cerca de 500 réis, a maior parte desse valor oferecido em comida” (Cândido, 2014, p. 39).

Segundo Cândido (2014), quando a obra da estrada de ferro foi retomada e os comissários de socorros públicos de Fortaleza convocaram os *retirantes*, estes demonstraram grande resistência em se alistarem, pois temiam voltar para os *sertões* e perderem os subsídios alimentícios que recebiam na capital, mesmo que precariamente. O historiador afirma que os primeiros grupos de *retirantes* que foram trabalhar nas obras da ferrovia eram compostos por homens solteiros ou de famílias pequenas, pois devido aos trabalhos pesados nas vias férreas, muitos operários da seca recusavam com a justificativa de que suas famílias necessitavam de seus serviços. Apesar do medo e da apreensão, centenas de *retirantes* eram levados diariamente para as obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité em Pacatuba.

O historiador Cândido (2014) ainda afirma que mulheres e crianças que iam para as obras da ferrovia, carregavam pedras até as estações de trem para serem transportadas até a capital e distribuídas nas obras de calçamento. Além disso, também carregavam tijolos para obras do prolongamento da via férrea. Assim,

Havia uma divisão de trabalho segundo o sexo e a idade. Homens eram empregados nos serviços da linha enquanto as mulheres cozinhavam, serviam nas enfermarias e carregavam materiais. As crianças, além de transmitirem recados, levavam a preciosa água para matar a sede dos operários (Cândido, 2014, p. 35).

Entre 1878 e 1880, cerca de 5.000 a 10.000 operários da seca que trabalhavam na estrada de ferro

movimentaram 700.000 metros cúbicos de terra, construíram 9 pontes, 7 pontilhões, 127 bueiros, 7 estações, 2 oficinas, diversas casas para engenheiros, guardas e depósitos. dezenas de poços, açudes, montagem de máquinas para o tráfego, estenderam 59 km de linha férrea e outros 59 km de fio elétrico para o telégrafo (Cândido, 2005, p. 100).

Em 1882, a via férrea chegaria a Baturité e no mesmo período se iniciaram as obras da Estrada de Ferro de Sobral, ainda sob o reinado de D. Pedro II. A próxima seca que viria a se instaurar em 1888, possibilitaria a ligação do trecho entre a Serra de Baturité com o *sertão* de Quixeramobim, concluído em 1891, já no contexto da República. Naquele momento, já haviam sido construídos cerca de 189 km de vias férreas com a força de trabalho dos *retirantes* no enquadramento das secas de 1877-1879 e 1888-1889, com o pretexto dos socorros públicos (Assis; Sampaio, 2010).

Cândido (2014) afirma que os *retirantes* tinham que cumprir longas jornadas de trabalho, que iam das seis da manhã às seis da noite, além disso, eram acusados de desobediência pelos chefes de turma e engenheiros autoritários e estavam sujeitos a não receberem parte ou todo o pagamento das diárias. Havia situações de escassez total dos gêneros alimentícios nos acampamentos de obras. As péssimas condições geravam revoltas, apesar disso, alianças se formavam entre os operários que voltavam aos trabalhos em turmas nas obras da estrada de ferro após o surgimento de uma nova seca. É possível que tenham sido “forjadas estreitas relações entre parceiros de trabalho que construíam às vezes amizades consolidadas ao longo da vida” (*ibidem*, p. 41).

No ano de 1909, em circunstâncias de uma nova seca, é criada a Rede de Viação Cearense (RVC), a partir da fusão da Estrada de Ferro de Sobral (ligação entre Camocim e Ipu) e a Estrada de Ferro de Baturité, sendo arrendada à empresa inglesa *South American*

Railway (Mendes; Silva, 2019). Em 1915, já com a extensão 760 km (Queiroz, 2020, p. 99), a RVC passa à administração federal, sob o comando do engenheiro Enrique Eduardo Couto Fernandes. Entre os anos de 1915 e 1916, as obras de prolongamento da estrada de ferro ocupariam “oito mil retirantes” (Cândido, 2014, p. 189).

Pelos relatórios da RVC fica-se sabendo do alistamento de mais de três mil operários em apenas três dias: *entre estes muitos o foram em condições de não poderem prestar o menor serviço, por não permitir a idade ou o estado precário de saúde* (Cândido, 2014, p. 189).

A partir de 1920, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas assume a administração da RVC em função das obras de barragens, açudagem e irrigação do Nordeste, permanecendo sob seu comando até 1924.

O ápice de construção da Estrada de Ferro de Baturité ocorre em 1926 ligando o trecho de Fortaleza até a cidade do Crato, e a Estrada de Ferro de Sobral chega ao seu extremo em 1932 no distrito de Oiticica, em Crateús, na divisa com o Estado do Piauí. (Mendes; Silva, 2019, p. 107 e 108).

Subordinar a RVC à inspetoria significava explorar ao máximo os operários das secas nas obras de prolongamento da malha ferroviária cearense. O IFOCS - desde a sua criação em 1909 com o nome de Inspetoria de Obras Contra a Seca - foi responsável pela exploração de milhares de *retirantes*, em condições de extrema precariedade, nas obras de irrigação dos *sertões* cearenses. Segundo Queiroz (2019, p. 132), quando se iniciou a Seca de 1932 “o número de trabalhadores nas obras da IFOCS saltou de 7.000 em março para 220.000 em novembro” (p. 132). Essa questão será abordada posteriormente neste texto.

Cabe aqui refletir sobre as circunstâncias que viabilizaram a construção da malha ferroviária cearense, símbolo material do discurso civilizatório de “modernização” e de “progresso”, haja vista que quase toda a sua extensão resultou da violência contra os operários da seca e um saldo de incontáveis mortes. A inauguração das estações de trens a cada trecho, que contava com a presença das lideranças políticas da época e da elite em seus belos trajes de *Belle Époque*, mascaravam as condições opressivas em que milhares de homens, mulheres e crianças trabalhavam em troca de gêneros alimentícios e roupas.

Atualmente, a antiga Estação Ferroviária Dr. João Felipe desativada no dia 13 de janeiro de 2014, abriga o Complexo Cultural Estação das Artes Belchior, onde existe o Museu Ferroviário Estação João Felipe, que salvaguarda o patrimônio ferroviário do Ceará a partir do acervo dos objetos remanescentes do antigo Museu do Centro de Preservação da História Ferroviária do Ceará, instituição que funcionou entre os anos de 1982 até 1999, nas antigas

oficinas da Estrada do Urubu (oficinas Demosthenes Rockert), na atual avenida Francisco Sá, no bairro Carlito Pamplona, sob coordenação da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e com o apoio da Associação de Engenheiros da Rede Viação Cearense (AERVC) (Instituto Mirante, sd.).

O Museu Ferroviário Estação João Felipe foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 2023, com a exposição de longa duração intitulada “*Nos trilhos do tempo. Histórias da ferrovia do Ceará*”, com curadoria assinada por André Scarlazari e Marcus Braga. Em um dos painéis expositores de título “Impactos Sociais” pode-se ler o seguinte texto

Na Grande Seca de 1877 a 1879, que dizimou cerca de um terço da população do Ceará, o governo de D. Pedro II encapou a obra da ferrovia em 1878. O trabalho em obras públicas - ferrovias, açudes, estradas, reformas de ruas e edificações - torna-se, na visão das autoridades, estratégica para a manutenção da ordem. A extensão da ferrovia foi uma alternativa para o controle dos flagelados que, transformados em operários, assentaram os trilhos e ergueram plataformas até Baturité, cuja estação foi inaugurada em 1882.

A construção da Estrada de Ferro de Sobral, por exemplo, foi iniciada em 1878, por ocasião da seca. Em 1881, foi aberta ao tráfego a linha de Camocim a Sobral e, em 1894, chegou ao Ipu. Outros ciclos de estiagem como os de 1888, 1900, 1915 e 1932, contribuíram para a extensão da estrada de Baturité, a chamada linha sul, que rasgou sertões até chegar ao Crato, no Cariri, em 1926. Também às custas de sangue e suor sertanejo, foi construída a Estrada de Ferro Fortaleza-Itapipoca - EFFI, depois denominada Ramal de Itapipoca ou “Estrada de Ligação”, por conectar as ferrovias de Sobral e Baturité.

O Museu Ferroviário João Felipe revela as tensões de um passado carregado de sofrimento e violências perpetradas pelo estado. Violências que nunca foram reconhecidas. Diante do discurso hegemônico sobre o processo histórico de urbanização do Ceará, os *retirantes* sempre estiveram invisibilizados como principais construtores do Patrimônio Ferroviário Cearense. Apesar disso, a força de trabalho de milhares de refugiados da seca foi responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura urbana do Ceará para além das ferrovias e estações de trem. Segundo o historiador Albuquerque Júnior (2022)

[...] Estrada de Ferro que em grande medida foi construída com mão de obra dos retirantes. É isso que não se conta na história do Brasil: Os retirantes construíram grande parte das linhas de ferro, das estradas de rodagem. Construíram cadeias, câmaras, açudes, pontes, igrejas. Construíram cadeias para depois eles mesmos habitarem as cadeias. Uma mão de obra absolutamente gratuita de exploração máxima. Trabalho em troca de uma ração diária. Uma ração, normalmente, de farinha. Quando muito com uma carne de última qualidade. *A Fome* trata disso: os retirantes de Fortaleza são colocados para explorar uma

pedreira para produzir paralelepípedos para o calçamento e embelezamento da própria cidade¹³.

Talvez o conhecido Patrimônio Ferroviário Cearense esteja dentro de um patrimônio mais amplo e marginalizado: o *Patrimônio das Secas*.

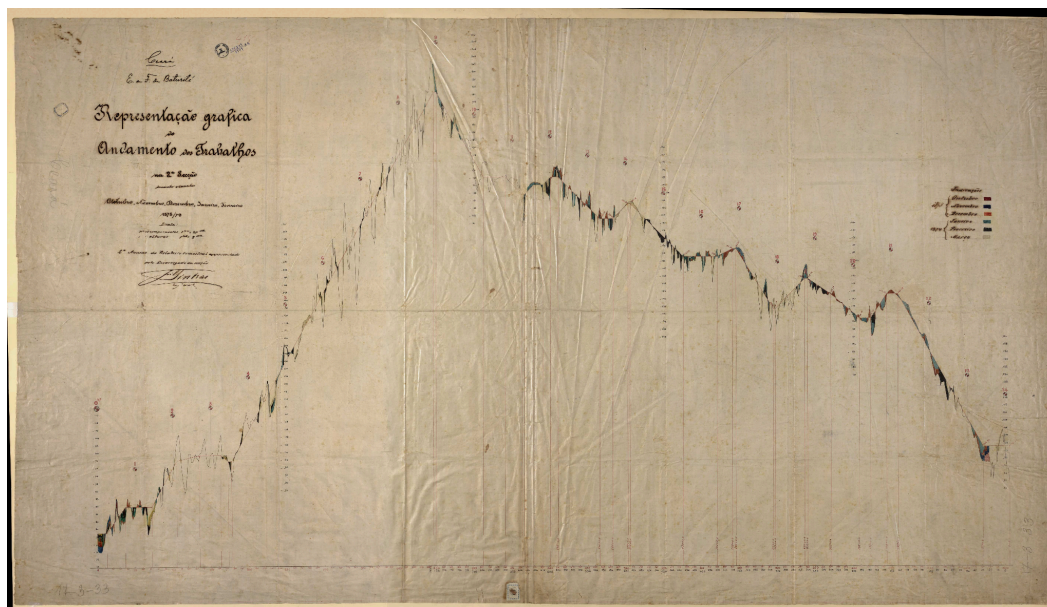
¹³ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do retirante: sertão, sofrimento dos corpos e história do Brasil I História do Brasil TV. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E91blZ3L_2s. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

Figura 19: Reconhecimento parcial do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité para o Rio São Francisco.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1892.

Figura 20: Estrada de Ferro de Baturité : Representação gráfica do andamento dos trabalhos na 2ª secção durante o semestre outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro. 1878/79.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1892.

Figura 21: *Crianças, mulheres e flagelados que trabalharam na construção da E.F.F.I.*
Fevereiro de 1920.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.

Figura 22: *Grupo de crianças e mulheres dos flagelados que trabalham na construção da E.F.F.I.* Fevereiro, 1920.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.

Figura 23: *Flagelados que trabalham na residencia do kilometro 57, na hora do almoço : construção da E. F. F. I. Fevereiro de 1920.*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.

Figura 24: *Corpos de retirantes falecidos às margens da estrada de ferro, Jornal O Povo, 1932.*



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sd.

2 A ARQUITETURA DO ÊXODO

O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (Foucault, 1987, p. 167).

Segundo o dicionário Michaelis de língua portuguesa, o termo “êxodo” refere-se a “emigração de um povo” ou “Êxodo” ao “Segundo livro do Pentateuco de Moisés, que narra a saída dos hebreus do Egito” em busca da terra prometida. Para Albuquerque Júnior (2022)¹⁴, parte das narrativas da literatura que se consolidaram como obras sobre as secas e as trajetórias *retirantes* fazem analogia a narrativa do êxodo bíblico onde a massa de peregrinos se deslocam do “deserto”, o *sertão*, em busca da “terra prometida”, o litoral. Segundo o historiador, esse discurso moldou a percepção que se construiu no Ceará em torno da ideia de *sertão* como lugar “incivilizado” e litoral como lugar “civilizado”. A partir dessa compreensão, a dualidade de sentidos do nome *Arquitetura do Êxodo* problematiza a ideia de “civilização”, entendida pelo estado e pelas elites da época, que alicerçou as políticas de extermínio através da criação de lugares de isolamento e esquecimento na capital cearense.

Além disso, o que chamaremos de *Arquitetura do Êxodo* denomina toda a construção efêmera ou definitiva, em resposta aos deslocamentos dos camponeses, edificada com a justificativa da “Caridade” aos *flagelados da seca*.

Neste capítulo, conceitua-se a ideia de *caridade* e *assistencialismo* adotados no contexto das grandes secas no Ceará. A difusão desses conceitos pelas autoridades e intelectuais da época foram determinantes para sistematização e implementação dos socorros públicos. A partir de um levantamento da produção arquitetônica de caráter emergencial adotada com a justificativa do combate às secas no Semiárido, neste capítulo, se buscou compreender as motivações e o contexto em que tais medidas foram tomadas, assim como, se discutiu os usos e sentidos em torno da *Arquitetura do Êxodo*.

Caridade e Assistencialismo

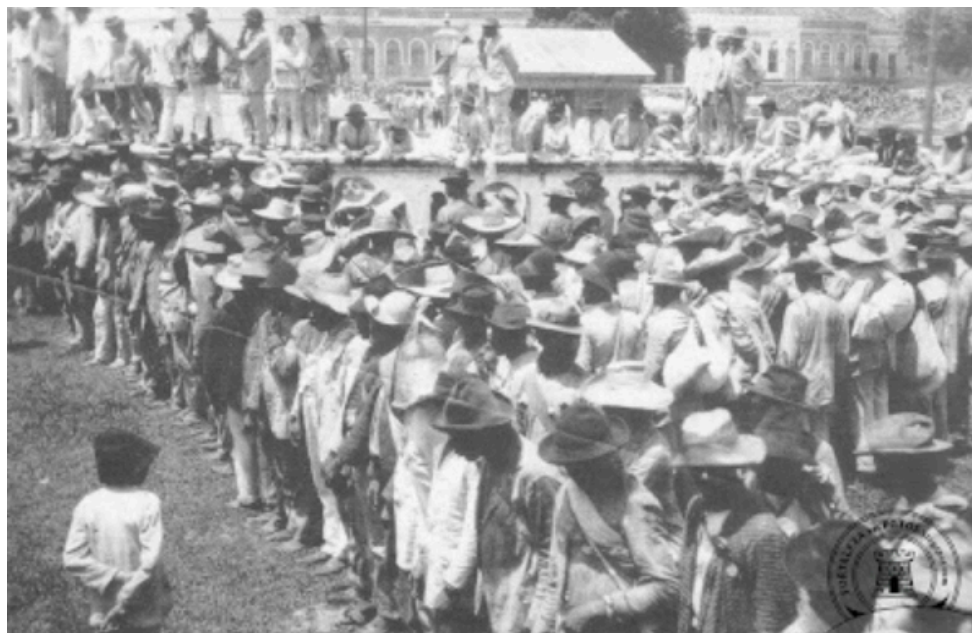
O longo período de estiagem no Semiárido entre 1877 e 1879 foi devastador para os camponeses cearenses. Milhares de *sertanejos* chegavam todos os dias à capital da província levados pela promessa dos socorros públicos. A população da capital, que em 1876 era de 30

¹⁴ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do retirante: sertão, sofrimento dos corpos e história do Brasil I História do Brasil TV. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E91blZ3L_2s. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

mil habitantes, já ultrapassava os 130 mil em 1878 (Ponte, 1999). As caravanas de *retirantes* se aglomeravam nas ruas, praças e prédios públicos dos centros urbanos em busca de alimento, vestimenta e abrigo.

As motivações que levariam à peregrinação dos camponeses podem ser entendidas através da aprovação da Constituição do Brasil de 1824, no art. 179, § 31, que previa a garantia à assistência pública. Além disso, em consequência da seca de 1824-1825, foi aprovada pela Assembléia Geral do Império uma lei assinada por D. Pedro I e pelo Ministro da Fazenda, Marquez de Queluz, que autorizava a distribuição gratuita de alimentos, sementes e cereais, embora esse auxílio só tenha chegado às mãos dos camponeses cearenses no fim de 1826, ou já em 1827 (Aguilar, 1983). Anos depois, em 1844-45, uma nova seca veio a assolar a província, sendo permitida a entrega de feijão, farinha, arroz e carne seca à população em situação de indigência. Desse modo, já no início da Grande Seca, os *sertanejos* saíram de suas terras em direção a capital a fim de receber os socorros do governo, entretanto, a chegada de centenas de *retirantes* chamou a atenção das autoridades no que tange a disponibilidade de mão de obra dos *flagelados*, pois aos olhos daqueles que detinham o poder, esse cenário representava uma oportunidade de desenvolvimento urbano para a capital.

Figura 25: *Retirantes* na Praça da Estação em Fortaleza no final do século XIX.



Fonte: Fortaleza em Fotos, 2013.

Dessa maneira, já no final do século XIX e início do século XX, os *retirantes* começam a ser empregados nas obras públicas em troca da assistência pública como parte de

um plano de progresso para as províncias do norte, idealizado por Tomás Pompeu e o senador João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, este último forneceu os recursos financeiros necessários para execução do projeto durante sua permanência na presidência do Conselho de Estado da Coroa. Tal plano tinha como objetivo “corrigir o desequilíbrio econômico entre Norte e Sul” (Souza JWF, 2015, p. 179) através da organização de comissões de socorros públicos com centralidade na capital, que além de oferecer assistência aos camponeses que chegavam todos os dias, era responsável pela convocação e alistamento daqueles considerados “indigentes válidos” para o trabalho.

No mesmo ano em que se inicia a Grande Seca, o engenheiro André Rebouças escreve um documento contendo uma série de artigos que traziam estatísticas e previsões sobre as secas no Ceará, sendo divulgados no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro. Seu objetivo era convencer o Governo Imperial a adotar essa nova estratégia de assistencialismo aos *retirantes*. Para ele, tudo que havia sido feito pelos *indigentes* não passava de “esmola, da aviltante e depravadora esmola” (p. 42). Rebouças afirmava que existia uma grande diferença entre a *caridade* e a *esmola* e que era “uma das fraquezas da raça latina confundir Caridade com esmola” (*ibidem*). No artigo 1, o engenheiro cita que em fala do Senador Pompeu, o Governo Provincial havia sido *imprudente* e “commetteu o grande erro de preferir dar ao povo esmolas, em vez de serviço e salário” (p. 8) durante a seca de 1827, afirmando ter o presidente da província consentido na aglomeração de centenas de migrantes, que durante muitos meses viveram da distribuição diária de farinha, havendo “muitos abusos e perda de um grande capital que podia ser muito melhor aproveitado em obras públicas” (Rebouças, 1877, p. 8).

Em Fortaleza, a primeira grande obra de assistência à pobreza foi a Santa Casa de Misericórdia iniciada em 1847 e inaugurada em 1861, ou seja, a população da capital cearense já estava familiarizada com um conceito de *caridade* ligado a instituições que dependiam de doações de particulares, entretanto, com as secas, surge uma nova ideia de assistencialismo ligado a ações do Estado Imperial. Paralelo ao projeto de assistência pública do Império, essas instituições caritativas tiveram importante influência durante a Grande Seca, a exemplo, a Santa Casa de Misericórdia que abrigou “uma camada populacional heterogênea da capital considerada indigente” (Oliveira, 2021, p. 24).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender o conceito de assistencialismo adotado nas políticas de socorros públicos no Ceará e presente nas falas de intelectuais da época, para compreender como se deu o funcionamento das instituições assistencialistas. Mas afinal, quais seriam as diferenças entre *esmola* e *caridade*, termos frequentemente encontrados nos

documentos históricos do período? Quais as reais motivações que levaram o Governo Imperial empregar os *retirantes* nas obras públicas? E depois, o que levaria a criação dos *campos de concentração* como meio de “assistência” aos *flagelados da seca*? O pensamento de André Rebouças traz algumas respostas.

Segundo estatística apresentada pelo engenheiro, em todas as províncias do Norte, se contabilizavam 2.147.000 vítimas a socorrer, sendo “150.000 pessoas no Piahy, 700.000 no Ceará, 117.000 Rio Grande do Norte, 400.000 na Parahyba, 200.000 em Pernambuco, 50.000 em Alagôas, 30.000 em Sergipe e 500.000 na província da Bahia”. Para Rebouças (1877), os recursos do Governo Imperial seriam insuficientes para socorrer 2.147.000 *flagelados* em toda as províncias do Norte, a menos que empregasse os *retirantes* e lhes oferecesse salário, ressaltando que *esmolas* só deveriam ser dadas “a enfermos e inválidos, em condições de não poder, de modo algum, simular ao menos que o benefício recebido é a justa remuneração dos serviços feitos” (p. 43).

O engenheiro define como “esmola oficial e particular” (p. 48) as estratégias anteriores de dar grãos e sementes aos camponeses de modo gratuito, e as doações particulares que eram destinadas a combater a calamidade, respectivamente. Nas secas anteriores a 1877-79, em localidades onde não se conseguia encontrar nada para comprar, houve ocasião em que foi distribuído dinheiro aos *retirantes*. Segundo o engenheiro, esse “erro prático” (p.48) era resultado do “preconceito de confundir Charidade com esmola” (p.48), ou seja, a “verdadeira Caridade” (*grifo meu*) consistia em dar suposta dignidade aos *flagelados da seca* por meio do trabalho e salário. Esse pensamento defendido por intelectuais e pela elite da época, definiu os rumos da política assistencialista dos socorros públicos e influenciou as instituições caritativas de combate à mendicância.

O cenário que se apresentou em Fortaleza, a partir de 1877, foi um divisor de águas no que se refere ao estigma que recairia sobre a seca e a imagem do *retirante*. Neves (2005, p. 114) afirma que “a caridade e a solidariedade se confundem com a repugnância diante das cenas de barbárie presenciadas pelas famílias horrorizadas - crimes, prostituição, morte, suicídio, antropofagia, epidemias, etc”. Ao que parece, essa conjuntura contribuiu para uma “desumanização” da figura do *sertanejo* migrante, quer fosse órfão, viúva ou homem.

Aliado a esse sentimento, estava o interesse por trás dos discursos e relatórios oficiais de utilizar a mão de obra *retirante* para o desenvolvimento urbano e econômico das províncias do Norte. Contudo, se os *retirantes* eram camponeses que iam buscar os socorros nos centros urbanos em período de estiagem retornando para suas terras após a queda das chuvas, para

que fosse possível implementar o progresso na capital cearense era necessário incentivar que esses novos operários fixassem residência nas regiões centrais, com essa finalidade, os socorros públicos e alistamento dos operários deveria ocorrer em Fortaleza. Nesse sentido, Rebouças (1877) sugere que

fixar os retirantes nessas terras, subdivididas em lotes coloniais, é irrecusavelmente o melhor dos projetos para combater e minorar a calamidade atual, e prevenir sua repetição no futuro (*ibidem*, p. 54).

Diante disso, é possível compreender porquê as comissões de socorros públicos foram centralizadas em Fortaleza, assim como os *abarracamentos* foram sendo construídos nos subúrbios da capital, embora o discurso oficial fosse de “que toda a população do Ceará pôde se fixar em terras, livres das atrozidades alternativas de secas e de inundações” (Rebouças, 1877, p. 55). Na prática, esse plano resultaria na mobilização e revolta dos operários *retirantes* frente aos abusos de poder.

Por outro lado, a condição de indigência de milhares de *sertanejos* nos centros urbanos gerava grande medo e preocupação para as elites, que consideravam a situação uma ameaça à ordem, segurança e saúde pública. Dessa forma, empregar *retirantes* em obras como a da expansão da malha ferroviária, além de uma oportunidade para implementar o progresso na província, significava a ocupação e o distanciamento dos *flagelados* da capital. Para o presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, era “urgentíssimo retirar da cidade para o campo uma parte da população adventícia, a fim de manter a ordem e melhorar o estado sanitário.”¹⁵ Segundo ele, as obras públicas em construção na província durante o ano de 1878 “podem ser consideradas todas obras de socorro; porque em todas elas são empregados operários indigentes”¹⁶.

Obras como a Estrada de Ferro de Baturité, o prolongamento da Estrada de Sobral e o Açude do Cedro, em Quixadá, foram grandes empreendimentos que utilizaram da força de trabalho *retirante*. Segundo Cândido (2019), a Estrada de Ferro de Baturité foi a mais significativa obra do século XIX, utilizando da mão de obra de cerca de 30 mil operários *retirantes*. Para o presidente José Júlio de Albuquerque Barros, este era o serviço de maior aproveitamento para a província, onde se poderia “empregar maior número de braços

¹⁵ Fala com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Item: Assistência Pública, p. 44.

¹⁶ *Ibidem*. Item: Obras Públicas, p. 58.

possível”¹⁷ e que mais prometia retribuir os “sacrifícios”¹⁸ do estado. Os migrantes também eram empregados na indústria, na fabricação de tijolos, telhas e produção de cal. Além disso, os *retirantes* trabalhavam em obras de construção de instituições asilares de combate à mendicância, para onde, posteriormente, seriam levados os sobreviventes da calamidade.

A lista de obras públicas em andamento na província em 1878 era grande, segundo fala provincial de José Júlio de Albuquerque Barros, todas empregavam *retirantes* e eram autorizadas pelo Governo Geral, pela Presidência e muitas pelas comissões de socorros “por deliberação própria para aproveitar o trabalho das pessoas socorridas e os materiais por elas fabricados”¹⁹.

As obras autorizadas pelo Governo Geral são: as do Quartel da força de linha, a do Paio da Pólvora desta capital e as duas Estradas de Ferro de Baturité e Sobral. As autorizadas pela presidência são: o Asilo de Mendicidade, o Hospício de Alienados, reparos em vários edifícios públicos desta capital, calçamento de ruas e estradas, açudes, poços, algumas escolas, cadeias, cemitérios, casas de câmara, reparos de templos, estradas e ladeiras em várias localidades. As comissões tendo recomendado desde o princípio da seca dar trabalho aos indigentes “válidos”, começam a empregá-los em açudes de terra, na construção de tijolo, telha e fabricação de cal, e depois passam a dar aplicação a esses e outros materiais por eles preparados em diversas obras públicas locais, solicitando a maior parte das vezes a aprovação, mas nem sempre aguardando-a²⁰.

Em relação às comissões de socorros, os *indigentes* eram divididos em quatro classes: os recém chegados do interior, os que quisessem migrar para fora da província, os moradores da capital e os “abarracados” da periferia. As comissões eram organizadas em quatro categorias: a comissão de pronto socorro, encarregada de fornecer rações aos *retirantes* recém chegados e distribuí-los nos *abarracamentos* do subúrbio; a comissão de emigração, responsável por dar comida, roupa e facilitar o embarque junto ao porto daqueles que desejassem emigrar para fora da província; a comissão domiciliar, sendo dividida em alistadora e distribuidora, fazia o levantamento das famílias que necessitavam dos socorros e distribuição dos socorros autorizados, respectivamente; por último, a comissão de *abarracamentos*, dividida em diretoras e distribuidoras, a primeira sendo responsável pelo alistamento dos indivíduos, identificando seus nomes, naturalidade, idade, procedência,

¹⁷ *Ibidem*. Item: Estrada de Ferro de Baturité, p. 58.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Fala com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Item: Obras Públicas, p. 58

²⁰ *Ibidem*.

número de familiares, se eram homens, mulheres ou meninos, classificando-os em “válidos” e “inválidos” quanto às condições físicas para alistamento nas obras públicas, e a segunda responsável pela distribuição semanal dos socorros as famílias *abarracadas*²¹.

Inicialmente, o projeto previa empregar predominantemente operários do gênero masculino, entretanto, a população que chegava à capital possuía grande quantidade de mulheres e crianças que aos poucos foram sendo distribuídas nas obras em razão do número crescente de mulheres e crianças ociosas nas ruas da capital e da demanda de braços necessária para implementação do “progresso” na província.

Os Abarracamentos

O historiador José Weyne de Freitas Souza (2019) afirma que, foi o capuchinho italiano Frei Serafim de Catânia, durante a seca de 1845-46, que teve a iniciativa de abrigar *retirantes*, desde que trabalhassem em obras da Igreja Católica. Para o historiador, é provável que esse tenha sido o primeiro *abarracamento* de *retirantes* construído no Ceará, e também o modelo replicado nas províncias do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir da seca de 1877-79.

Sua configuração arquitetônica remontava os aldeamentos jesuíticos empregados nos séculos anteriores, durante a colonização portuguesa para gerenciar o trabalho indígena. Porém, sendo construída no lugar da oca, a palhoça do retirante e no lugar da capela do vigário, o barracão do chefe da comissão (Souza JWF, 2019, p. 53).

Na arquitetura, o termo “palhoça” se refere a construção de cabanas de determinadas populações indígenas composta por “armações em madeira cobertas com palha ou folhas, fincadas no chão e se entrecruzando na cumieira, de modo que telhado e parede são uma continuidade” (Carneiro, Saft, Piza, 2018, p. 3703). Essas cabanas eram construções próprias de estações mais quentes. Em alguns territórios, com os anos, as técnicas construtivas originais foram se perdendo e se adequando ao modelo europeu, sobretudo, com a implantação das políticas indigenistas do século XIX.

A “palhoça do retirante” que viria a ser chamada de “abarracamento” era um modelo de construção temporária e improvisada, que servia de abrigo. Sobre a situação em que se encontravam os *sertanejos* nessas construções, a matéria publicada no dia 12 de agosto de

²¹ *Ibidem*. Item: Assistência Pública, p. 48 e 49.

1877, intitulada *As Palhoças dos Retirantes* do jornal *O Retirante*, escreve sobre o *abarracamento do Pagehu*.

Vê-se ali desordenadamente agrupada uma população numerosa, em cinco ou seis palhoças sem compartimentos, construídas em torno da antiga cavalaria da policia, cujas as águas lavam o chão dos ranchos durante as chuvas; confundidas as idades, os sexos, as famílias; e palhoças ha que são verdadeiras esperas de caçadores de emas.

A fome está ali *concentrada*, mas não mitigada, em proveito dos felizes fornecedores que, até se o chão de *posse do privilegio* de serem obrigatório receberem os pobres retirantes - em generos, - todos sabem de que qualidade e de que preço - o dinheiro enviado pela caridade alheia!²²

Os *abarracamentos* eram construídos no subúrbio pelos próprios *retirantes* e consistia em um conjunto de centenas de barracas feitas em palha, carnaúba e adobe. Esses alojamentos fizeram parte da paisagem urbana de Fortaleza a partir de junho de 1877. Dos 12 *abarracamentos* existentes, 9 foram desativados após a Grande Seca, outros foram a pedra de fundação de alguns bairros da capital, como o Jacarecanga, Aldeota e Parangaba (Garcia, 2006).

No século XIX, a disposição urbanística era definida pelo Código de Posturas, legislação sancionada por Dom Pedro I e principal documento de diretrizes urbanas brasileiras da época. Fortaleza teve seu primeiro Código de Posturas aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial em 1835. As autoridades locais e a Câmara Municipal eram responsáveis por aperfeiçoar a legislação e autorizar as construções que deveriam seguir o alinhamento do traçado urbano fortemente influenciado pelo saber médico sanitário (Cavalcante, 2017). Em 1878, os *abarracamentos* tinham uma comissão composta por médicos responsáveis por definir a localização dos alojamentos e a disposição dos ambientes internos. Como acreditava-se que as epidemias e doenças eram transmitidas pelo vento, os *abarracamentos* vão sendo cada vez mais afastados do centro da cidade e das regiões de barlavento. A comissão médica foi nomeada pelo então presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, para orientar as medidas de higiene pública dos *abarracamentos*.

Imediatamente tractei de promover por todos os meios a meu alcance a limpeza da capital, de retirar para fóra dela os indigentes, e de obter dos profissionaes a indicação das medidas mais convenientes à hygiene pública. Para este fim nomeei uma comissão médica composta do Dr. Inspector da saúde pública, do Delegado do cirurgião-mor do exército e do Dr. Antonio José de Mello.

²² Jornal *O Retirante*. *As Palhoças Retirantes*, 12 de Agosto de 1877, p. 3. Biblioteca Nacional Digital.

De accordo com suas indicações, mandei remover para sotavento da cidade todos os abarracamentos existentes do lado opposto; fix construir em lugares abertos e arejados os novos alojamentos, dispostos de modo a formarem grandes quadriláteros com uma área central de 200 a 300 metros, estabelecendo em cada um delles, uma enfermaria, depositos de generos, cosinha com capacidade para preparar o alimento diario de duas a tres mil pessoas, lavanderias e outros acessórios indispensaveis ao asseio; autorizei o fornecimento de carne verde e dietas aos enfermos; mandei limpar as bacias do Pagehu, a lagoa do Garrote, extinguir os charcos da praia, e abrir poços que supprissem a população de água potavel de boa qualidade ²³.

No final de novembro de 1878, encontravam-se *abarracadas* nos subúrbios da capital 27.518 famílias, totalizando 114.404 pessoas, distribuídas nos seguintes *abarracamentos*: Meireles (11.435); São Luiz e Aldeiota (10.102); Pagehu (5.996); Boa Esperança (2.476); Alto da Pimenta (20.035); Bemfica (23.750); São Sebastião (13.800); Tejubana (6.237); Alto do Moinho (9.213); Alagoa-Secca (2.236); Jacarecanga (7.039); Via-Férrea e dos Engenheiros (2.085). Desses indivíduos, 29.944 trabalhavam como operários nas obras públicas (COSTA MCL, 2004).

Entre 1877 - 1932, esses alojamentos vão ganhando novas funções e sentidos. Nas secas posteriores a 1877-79, eles voltam a surgir. Os camponeses operários na Estrada de Ferro de Baturité e na Estrada de Ferro Fortaleza-Itapipoca construíam a mesma tipologia de alojamentos em acampamentos improvisados nas proximidades dos trilhos.

²³ Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Item: Saúde Pública, p. 37.

Figura 26: Alojamento de uma família de *flagelados* que trabalhavam na construção da E. F. F. I., fev. 1920.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 1920.

Já em 1932, as cabanas improvisadas dos *flagelados da seca* passaram a ser conhecidas como os “currais do governo” ou os *campos de concentração*. Sobre essas construções, Araújo (2021) afirma

Os campos de concentrações eram construídos com materiais improvisados, barracas eram feitas para cada núcleo familiar, colocando-se apenas algumas “estacas” para segurar a estrutura do teto feitas de palha de carnaúba, uma construção rudimentar. Os concentrados dormiam no chão ou em redes. Cozinham a ração recebida dos encarregados dos campos, após horas em longas filas, em fogões de lenha feita com três pedras ou tijolos alinhados no chão, onde se colocava a lenha, usando as latas de querosene como panelas, bebiam água de cacimba e usavam a mata de banheiro (Araújo, 2021, p. 66).

Com o fim da seca de 1877-79, os sobreviventes que não eram expulsos de volta ao *sertão* com brutalidade por policiais - majoritariamente mulheres, viúvas e órfãos - iam ocupando as periferias de Fortaleza (Souza JWF, 2015). Esses sobreviventes edificavam pequenas habitações rústicas semelhantes aos *abarracamentos*. Rodolfo Teófilo (1997), farmacêutico que no início do século XX lutava contra a varíola no Ceará, descreve em seu livro as residências da periferia como “choupanas”

Senti calafrios, confesso, quando entrei na primeira choupana. Imagine-se as proporções da choça, que para eu entrar nela tive de me abaixar até quase ficar de cócoras. Era um pequeno quadrado tendo uns três metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos secos dando entrada franca ao sol, à chuva, ao vento e aos olhares dos

transeuntes. O teto não resguardava melhor o único compartimento de que se compunha aquela espelunca (Teófilo, 1997, p. 108).

As cabanas de palha, adobe, chão batido e madeira eram construções frágeis, sem muita privacidade e segurança, onde os sobreviventes estavam suscetíveis à violência, sobretudo ao abuso sexual, não diferente do que já vinha ocorrendo nos *abarracamentos* desde 1877. Além disso, as cobertas de palha facilitavam a expansão rápida de incêndios, que frequentemente ocorriam nessas habitações do subúrbio (Souza JWF, 2015).

A mesma tipologia arquitetônica vai se adequando na malha urbana de Fortaleza, assim como no estilo de vida precário dos *retirantes*, ganhando novos usos e sentidos, diferentes nomes, “palhoça”, “choupana”, “abarracamento”, “curral”, “cabana”, entre outros; mas a semelhança não está apenas no modo de construir. Essas moradias, ao longo de décadas, retratam a discriminação e o descaso social com os *retirantes*. De acordo com Cavalcante (2017), os hábitos, as crenças, as superstições e os modos de habitar dos *sertanejos* eram compreendidos pelas elites urbanas como uma ameaça potencial à higiene, à segurança e à moralidade pública, e nesse sentido, após o fim das secas, a preocupação das autoridades e das elites se volta à fiscalização e regulamentação das habitações populares da periferia, pois considerava-se que a residência das pessoas em condições de pobreza era um dos principais focos de disseminação de doenças e epidemias. Em contraposição, sobre o custo de muito suor e lágrimas, os *retirantes* trabalhavam para o aformoseamento de uma cidade onde ocupavam lugar de indesejáveis, vivendo distante dos olhos das elites urbanas.

Vale ressaltar, que os *sertanejos* sempre dominaram as técnicas construtivas que possibilitaram a vida no Semiárido brasileiro, apesar disso, a precariedade desse espaço construído compreendido como *Arquitetura do Êxodo* não está relacionada meramente às técnicas de construção, considerando que essa produção é aprimorada no decorrer dos anos como será apresentado mais adiante, mas aos interesses e as possibilidades fornecidas pelos grupos detentores do poder que disciplinaram e moldaram as condições de vida dos *retirantes*.

A produção do espaço em pauta nessa discussão deve ser entendida sob uma perspectiva que Milton Santos (2008) define como meio em constante transformação, onde os objetos naturais ou fabricados são inseparáveis da ação humana, e o espaço é moldado de forma estratégica, considerando as necessidades e interesses dos grupos que controlam a sociedade e onde cada parte do território assume função específica em detrimento dos atores hegemônicos. Segundo ele, “o mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões” (*ibidem*, p. 24).

Outros lugares que carregam o legado da exclusão e do isolamento dos *retirantes* são os *lazaretos*, assim denominados em analogia à figura bíblica conhecida como Lázaro. Os *lazaretos* eram locais de isolamento de indivíduos que apresentavam doenças contagiosas e onde se fazia a desinfecção de pessoas e mercadorias vindas de outras localidades. Por essa razão, os *lazaretos* costumavam estar próximos aos portos.

Essa prática de isolamento era embasada na teoria médica “contagionista”, que acreditava que o vírus era transmitido através do ar, das roupas e objetos. Os médicos orientavam o isolamento nos *lazaretos* e a vacinação. Para isso, existiam ainda, algumas condições que deveriam ser consideradas na sua construção. Esses lugares de quarentena deveriam estar isolados da cidade e com ventilação adequada. Além disso, deveriam ter uma estrutura arquitetônica adequada que permitisse a vigilância contínua, uma vez que os indivíduos poderiam ser internados e vacinados contra a sua vontade. Em Fortaleza, existiram dois *lazaretos*: o da Lagoa Funda e o da Jacarecanga (Martins, 2013).

A criação do *lazareto da Jacarecanga* data de 1814 e o da Lagoa Funda de 1855. Apesar disso, esses lugares tiveram importante papel em 1878, no auge da epidemia de varíola, quando o *lazareto da Lagoa Funda* comportava em suas instalações a capacidade máxima de enfermos, sendo 300 o número de isolados (*ibidem*).

No livro *Varíola e Vacinação no Ceará*, o farmacêutico Rodolfo Teófilo narra o dia em que mais de mil pessoas foram enterradas no cemitério da Lagoa Funda:

Ainda não vão muito longe os tormentosos dias de 1878, em que em dois meses aquella terrível moléstia matou sómente em Fortaleza vinte e sete mil trescentos e setenta e oito pessoas, sendo que em um só dia, 10 de Dezembro, foram inhumados no cemitério da Lagoa-Funda 1004 cadáveres de variolosos.

Pela assombrada cifra de mil e quatro pessoas falecidas de varíola em Fortaleza em um só dia, pode-se muito bem avaliar a intensidade desta epidemia, a mais mortífera talvez que registra a historia destas pestes (Teófilo, 1997, p.154).

Os *lazaretos* eram edificações precárias de caráter temporário, passavam por constantes reformas e eram abandonados e depredados em períodos em que não havia surtos epidêmicos.

Os Acampamentos

Durante a Grande Seca, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro foi o principal responsável em discutir o problema das secas e buscar soluções. Segundo Alves (2003), as discussões se davam em torno da implementação do Plano Gabaglia, que objetivava a construção de açudes, estradas, portos e o reflorestamento. Entretanto, o Plano Gabaglia não chegou a ser executado. Após a Grande Seca, o Açude do Cedro em Quixadá foi a primeira grande obra de açudagem do período oitocentista, sendo concluída em 1906. A partir de 1906, os socorros públicos e as obras contra as secas passam a ser oferecidos por instituições criadas com essa finalidade, como a Secretaria de Estudos e Obras Contra as Secas (SEOCS), a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945.

Figura 27: Álbum da Estrada de Ferro de Baturité.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.

A partir da institucionalização das obras contra as secas, iniciou-se a instalação de acampamentos de obras de açudagem pública no Semiárido brasileiro. Segundo o arquiteto

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz (2020), essas construções foram mais notórias no início das décadas de 1920 e nos anos 1930, onde se tornaram mais do que *abarracamentos* de uso temporário. Com isso, alguns acampamentos foram criados de forma “planejada e controlada” (p. 165), possuindo residências higiênicas, escolas, hospitais, distribuição de ruas e quarteirões, arborização, eletricidade, água encanada, esgotamento sanitário e rede de telefonia.

O objetivo era promover desenvolvimento urbano e econômico dessas regiões por meio da política de barragens, além disso, buscava-se atrair e fixar operários, sobretudo, os mais qualificados nos acampamentos. Queiroz (*ibidem*) afirma que para os camponeses expulsos do campo pelos longos períodos de estiagem restava buscar trabalho nas obras da inspetoria, transformando “muitos desses lugares em polos de atração, retenção e assistência de contingentes flagelados” (p. 166). Para Queiroz (*ibidem*), a demanda de mão de obra e os movimentos populacionais nos canteiros de grandes projetos de açudagem no *sertão* definiriam as “formas de ocupação e os tipos de moradia dos assentamentos, oscilantes entre o permanente e o efêmero, o qualificado e o precário, o cuidado e o abandonado, o verde dos jardins domésticos e a aridez das paredes de taipa” (p. 167). Sobre a estrutura sistemática desses acampamentos, Queiroz (*ibidem*) afirma que o modelo de urbanização da época foi replicado e havia uma hierarquização do espaço e da arquitetura conforme os cargos profissionais dos indivíduos, com isso, havia um zoneamento das funções e das classes sociais, onde o objetivo era de manter o controle e a vigilância dos operários ou, mais especificamente, dos pobres que carregavam o estigma dos vícios morais e das doenças.

Nesse ponto, nota-se uma transição de uma arquitetura efêmera para uma de caráter permanente, entretanto, os sentidos se repetem. Se por um lado, a primeira significava o isolamento, o disciplinamento e controle dos *flagelados*, na segunda, esse objetivo se repetia. Desse modo, os canteiros de obras da inspetoria seguiam um modelo de “urbanismo disciplinar”, onde a estrutura e divisão espacial seguia a funcionalidade, cujo principal intuito era de controle e vigilância do camponês operário. Nos acampamentos de obras de empresas estrangeiras, Queiroz (*ibidem*) afirma que “os documentos evidenciam uma hierarquização e segregação social de acordo com os cargos, estado civil, qualificações profissionais e nacionalidades, expressas nos tipos, dimensões, materialidades e localizações das habitações” (p.173). Segundo o arquiteto, o objetivo era fazer dos acampamentos “difusores de práticas sanitárias e educativas capazes de formular o sertanejo moderno” (p. 173). Nesse sentido, a

malha urbana era pensada com a premissa da salubridade, da facilidade aos serviços médicos e da moradia higiênica, evitando as epidemias e garantindo o ritmo das obras.

Com o fim do governo de Epitácio Pessoa, a partir de novembro de 1922, as obras de irrigação no Semiárido brasileiro foram suspensas e isso resultou no abandono dos acampamentos, sendo retomados somente em 1930, com o projeto de execução de grandes barragens públicas financiado pelo governo Getúlio Vargas. Nesse período, foram instaladas no Ceará as vilas de operários do Choró, General Sampaio, Joaquim Távora e Lima Campos, que se somam aos acampamentos já existentes, como o do Poço de Paus (Cariús), do Patu (Senador Pompeu), Quixeramobim e Orós. Entretanto, a seca de 1932 trouxe consequências devastadoras para a realidade dos trabalhadores das secas, que viviam um cenário de miséria, onde a fome e as epidemias logo resultariam na alta mortalidade de adultos e crianças. Diante desse cenário, decidiu-se adotar amplamente a política assistencialista dos *campos de concentração* no interior do Ceará, em algumas localidades, aproveitando as instalações das vilas de operários existentes, como foi o caso do *Campo do Patu* e do *Cariús* (Poço de Paus) (*ibidem*). Apesar disso, os primeiros *campos de concentração* foram instalados durante a seca de 1915, na capital cearense.

Figura 28: Acampamento de Poço dos Paus (CE). “Residências construídas pela I.F.O.C.S., para o pessoal encarregado das obras”.



Fonte: Queiroz, 2020.

Figura 16: Acampamento de Poço dos Paus (CE). “Residência do pessoal técnico”.



Fonte: Queiroz, 2020.

Figura 17: “Em primeiro plano, o povoado de Lima Campos (CE), 1939. Ao fundo, a barragem e o acampamento da IFOCS”.



Fonte: Queiroz, 2020.

Figura 18: “Vista do acampamento de General Sampaio (CE), fevereiro de 1933”.



Fonte: Queiroz, 2020.

Os Campos de Concentração

Para o isolamento dos camponeses assolados pelas secas, o governo construiu pelo menos sete *campos de concentração*²⁴, também conhecidos como “currais do governo”. Os primeiros foram levantados em Fortaleza no ano de 1915, eram os denominados *Campo do Urubu* (Pirambu) e *Campo do Matadouro* (Otávio Bonfim), os demais viriam a surgir em 1932 (Rios, 2014). O objetivo dessas instalações era impedir que os *sertanejos* migrassem para os centros urbanos. Nesse sentido, os campos deveriam estar nas proximidades das estações ferroviárias. Com a promessa de trabalho, distribuição de gêneros alimentícios e assistência à saúde, os camponeses eram atraídos para esses alojamentos. O decreto de 11 de fevereiro de 1931 de nº 19.687, previa assistência imediata das vítimas da seca no Semiárido por meio da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca:

Art. 3º Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Departamento Nacional do Povoamento, incumbirá a organização e direção dos centros agrícolas e linhas coloniais, promovendo a subdivisão das terras, a construção de habitações rurais e a assistência médica das pessoas localizadas.

Além disso, durante as secas prolongadas, o Art. 6º do mesmo decreto, concedia ao IFOCS permissão para construir “hospedarias de retirantes em zonas de cada Estado não sujeitas aos efeitos da calamidade”, onde receberiam os primeiros socorros e posteriormente seriam encaminhados às colônias de trabalhadores. Por meio desse decreto, a inspetoria passa a ter autorização para instalar os *campos de concentração* durante a seca de 1932.

No interior do Estado, foram instalados cinco *campos de concentração*: *Campo do Patu* (Senador Pompeu), *Campo do Buriti* (Crato), *Campo do Ipu*, *Campo do Quixeramobim* e *Campo do Cariús*. Destes, o *Campo do Cariús* e do *Patu*, segundo o arquiteto Queiroz (2020), se aproveitaram das construções de vilas de operários do IFOCS para isolamento dos *retirantes*. A proximidade dos *campos de concentração* com as estações de trem facilitava, ainda, a locomoção dos operários da seca e distribuição nas obras públicas.

Em depoimento ao documentário “Campos de Concentração Patu, Cariús e Buriti” de Valdecy Alves (2018), o sobrevivente do *Campo do Cariús*, João Carneiro, afirma que os *flagelados* se alimentavam de feijão, farinha, massa e carne de gado que “não era sadia”.

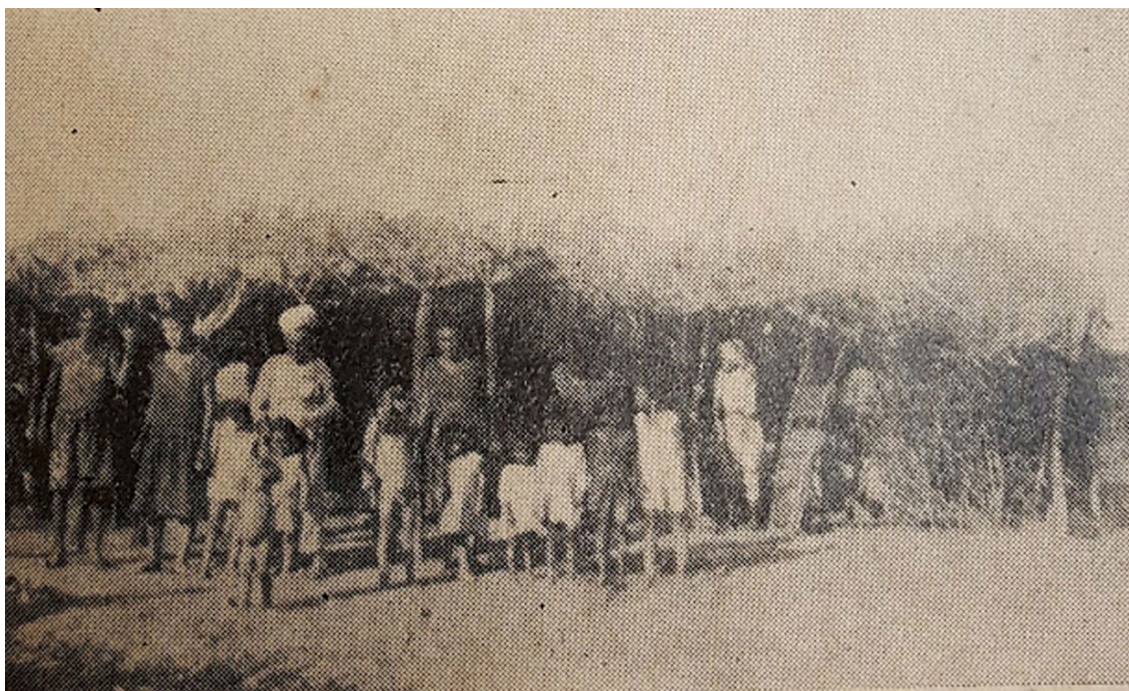
²⁴ O termo *campo de concentração* no contexto das secas aparece no livro *A Seca de 1915*, do farmacêutico e sanitarista Rodolfo Teófilo, cuja primeira edição foi publicada em 1922 e no livro *O Quinze*, da escritora e jornalista brasileira Raquel de Queiroz, primeira edição publicada em 1930.

Segundo ele, as pessoas morriam por falta de remédio. Sobre o isolamento e disciplinamento nos campos, João Carneiro, continua

Nós chegando lá tinha os guardas para os meninos da rua não atravessarem o rio para lá e nem os de lá atravessarem para cá. Era proibido o flagelado ir para a cidade e o da cidade ir para o campo, só o infeliz que eles ordenaram para fazer aquele trabalho. Em todo canto tinha guarda. Se desobedecesse, prendiam. Lá o povo tinha medo. Era uma sujeição cruel, era uma vida ordenada, uma vida horrorosa²⁵.

Entre os concentrados eram escolhidos aqueles “encarregados” da guarda dos *campos de concentração*. Esses eram responsáveis pelo controle e disciplinamento, usavam cassetetes e recebiam as ordens diretas do administrador do campo. Em troca de seus serviços, tinham como pagamento rações extras que distribuíam com seus familiares (Araújo, 2021).

Figura 33: Campo de Concentração do Buriti, Crato.



Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.

²⁵ ALVES, Valdecy. Campos de Concentração Patu, Cariús e Buriti, 23 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2FX8aTakjQ>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

Figura 34: Campo de Concentração do Buriti, Crato.



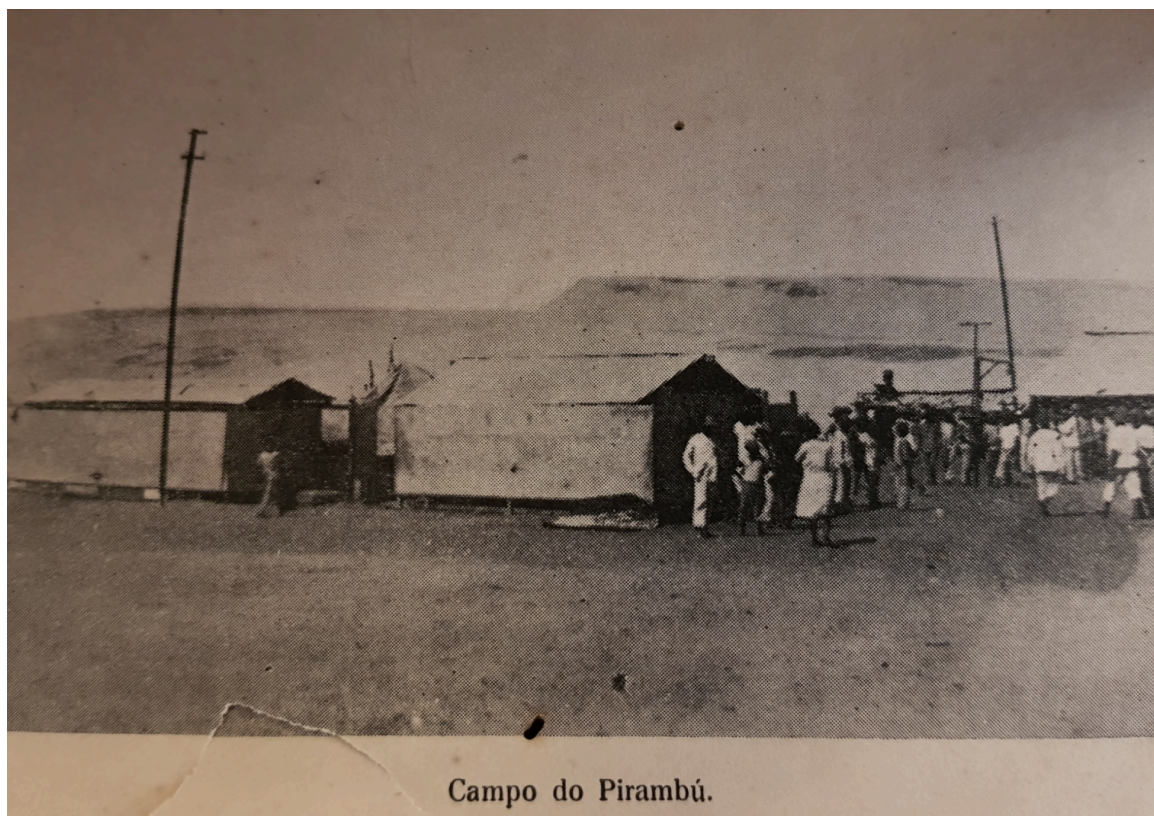
Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.

Figura 35: Campo de Concentração do Urubu, Pirambu.



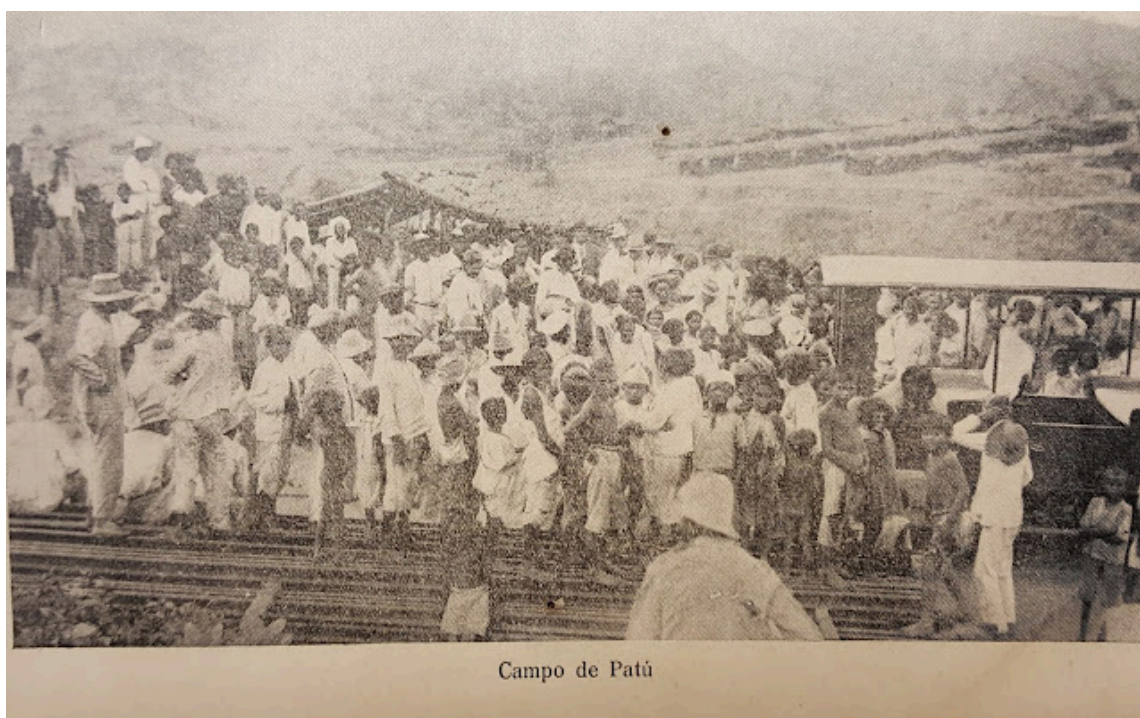
Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.

Figura 36: Campo do Pirambú (Urubu).



Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.

Figura 37: Campo do Patu, Senador Pompeu.



Fonte: DNOCS - Relatório da Comissão Médica. Fotografia: José Bonifácio P. Costa, 1932.

As instalações dos campos “eram barracos de folhas coberto de ramos em todo canto e multidão de pessoas” (Giovanazzi apud Lima; Souza, 2016). Em 20 de junho de 1932, o jornal *O Povo* divulga que havia 8.507 *flagelados* no *Campo de Concentração do Ipu*, 1.800 em Fortaleza, 4.542 no *Campo do Quixeramobim*, 16.221 no *Campo do Patu*, 28.648 no *Campo do Cariús* e 16.200 no *Campo do Buriti*.

Segundo o arquiteto Mayk Lenno Henrique Lima (2021), “a vida dos flagelados no campo era marcada pelo isolamento total da sociedade, sob um regime de retenção onde todos eram vigiados dia e noite”. Com a justificativa dos socorros públicos, os *campos de concentração* eram verdadeiras prisões, e não apenas isso, eram campos de extermínio em massa, pois não existiam condições mínimas para sobrevivência. Muitos morriam de exaustão, devido às péssimas condições de trabalho, fome ou doenças, além disso, os que faleciam eram enterrados em grandes números em valas rasas e cemitérios improvisados (Lima MLH, 2021).

Portanto, a criação dos Campos de Concentração das secas do Ceará, em 1932, sendo os flagelados, justamente o mestiço indesejado, era uma das formas de extermínio por negligência, não sem primeiro utilizar as forças do mestiço, antes que se esvaíssem de todo, sendo seres descartáveis, tão logo cumprissem seus trabalhos. Enterrados em valas coletivas sem identificação (Araújo, 2021, p. 104).

A instalação dos *campos de concentração* no Ceará representa um marco na forma de tratamento dos corpos dos *retirantes*, que antes eram disciplinados e controlados, com as imposições de trabalho e migração, e que agora passam a ser completamente isolados e esquecidos. Com a intenção de eliminar a pobreza, os camponeses não eram apenas submetidos ao trabalho análogo a escravidão, uma vez que o pagamento era feito através da troca de alimentos e roupas (Cândido, 2002), eram também privados do direito de ir e vir garantido pela Constituição de 1891, isolados em barrações improvisados, e sem assistência médica adequada, estavam entregues à morte.

Nesse sentido, a *Arquitetura do Êxodo* remete ao conceito de panóptico. O inglês, Jeremy Bentham, foi o idealizador desse modelo arquitetônico reproduzido nas prisões européias do século XVIII. Foucault (1987), filósofo francês que se aprofunda no estudo dessas instituições, descreve como

[...] uma construção em anel, no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz

atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (Foucault, 1987, p. 165-166).

Nesta tipologia arquitetônica, pela torre central é possível ter visão para todas as celas e prisioneiros, pois a iluminação atravessa toda a estrutura. Nesse sentido, “a visibilidade é uma armadilha” (Foucault, 1987, p. 166), pois os indivíduos submetidos à constante observação, não são capazes de identificar quem ou quando os vigiam. Desse modo, a arquitetura funciona como uma arma de controle e poder, onde os sujeitos isolados podem ser facilmente disciplinados.

De acordo com Foucault (2000), o conceito de *dispositivo* pode ser definido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Nesse sentido, a *Arquitetura do Êxodo* faz parte de uma rede de mecanismos que se articularam para implementação do *dispositivo panóptico*, de controle e disciplinamento, não apenas através da arquitetura, mas também do espaço urbano, dos discursos, das políticas públicas, das ações beneficentes e do saber médico higienista. Alguns atores foram protagonistas nesse processo de segregação e controle social: o poder público legitimador e fiscalizador das políticas de isolamento; a Igreja Católica, que administrou grande parte desses espaços de segregação e formou condutas através de seus valores morais; o saber médico higienista, que determinou o desenvolvimento urbano das capitais brasileiras; as autoridades de policiamento, responsáveis pela punição e recolhimento dos pobres; e as autoridades intelectuais, que defendiam seus próprios ideais de progresso em detrimento dos menos favorecidos.

Com o fim da seca de 1932, os *campos de concentração* foram desativados e os concentrados liberados. Entretanto, o mesmo modelo arquitetônico panóptico, disciplinador, que esteve por trás dos ideais dessa arquitetura efêmera, se revela em uma arquitetura asilar

do final do século XIX e início do século XX, construída com a força de trabalho *retirante*, sob a justificativa do combate à mendicância e do assistencialismo ao *sertanejo* sobrevivente.

3 A ARQUITETURA DO ESQUECIMENTO

O traçado da vila refletia um modelo de organização urbana caracterizada pela expansão linear, desenvolvida ao longo de rios e caminhos, consoante uma tipologia morfológica comum nos vilarejos medievais europeus (Castro, 1994, p. 44).

Para o arquiteto José Liberal de Castro (1994), no início do século XIX, a estrutura urbana da “vila-capital” fortalezense “não passava de umas poucas ruas arenosas, formadas por um casario de baixa qualidade material, ruas nascidas ao pé do Forte e cujo o desenvolvimento acompanhava as curvas do Riacho Pajeú, em sua margem esquerda” (p. 44).

Ainda nos primeiros anos do século XIX, o engenheiro português Antônio José da Silva Paulet ofereceu à Câmara Municipal uma proposta, imediatamente aceita, de traçado urbano e organização física para Fortaleza. Naquele contexto, a contribuição do engenheiro se deu no desenvolvimento urbano da parte plana da capital. O traçado xadrez do Plano de Paulet, que ocupava uma pequena área, “constava de duas ou três *ruas* perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do Quartel de Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por *travessas*” (*ibidem*, p. 50).

Nas décadas que se sucederam, a capital cearense passaria por intensas mudanças advindas com o enquadramento das cidades brasileiras nos moldes de progresso do capitalismo e de modernização europeu. Fortaleza estava se desenvolvendo materialmente às custas do comércio de algodão e da exploração da mão de obra escravizada (Ponte, 1999).

Já na segunda metade do século XIX, em 1857, a Câmara Municipal manifesta seu interesse em expandir a malha urbana proposta por Paulet, e com esse propósito, contrata o engenheiro da província Adolfo Herbster. As ações de ampliação da cidade eram tomadas mutuamente por vereadores e pelo engenheiro da Câmara, e em 1875, Adolfo Herbster concluiu a *Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios*. O Projeto de malha urbana em xadrez proposto por Herbster dava continuidade ao Plano de Paulet. O projeto era possivelmente inspirado no projeto do Barão Eugène Haussmann na remodelação de Paris, entre 1853 e 1870, cujas obras foram de “repercussão e influências universais” (Castro, 1994, p. 81).

Naquele contexto, os planos diretores das cidades brasileiras eram orientados pelas “grandes realizações internacionais do momento” (*ibidem*, p. 83), demonstrando marcadamente uma “preocupação com saneamento urbano, derrubadas de morro, aberturas de canais, execução de aterros nos alagados” (*ibidem*, p. 83), em outras palavras, essas

preocupações estavam associadas a um urbanismo sanitista, de controle social e de ordenamento moral através da infraestrutura urbana.

De acordo com a geógrafa Maria Clélia Lustosa Costa (2004), no século XVIII, as cidades europeias chamavam a atenção por suas intensas transformações. As mudanças na produção rural e urbana resultaram na redistribuição de populações para as cidades e agravamento de problemas sociais e econômicos, tais como, epidemias, violência, revoltas de operários, entre outros. Nessa conjuntura, muitos profissionais da medicina refletiam sobre as formas de habitar a cidade a partir do ordenamento e da salubridade. Entre os séculos XVIII e XIX, as intervenções urbanas realizadas pelo poder público passaram a ser fortemente influenciadas pelo discurso médico.

As teorias médicas elaboradas a partir do discurso higienista, que dominaram a Europa no século XIX, também influenciaram as práticas urbanas na capital cearense. Para Maria Clélia Lustosa Costa (2004), as explicações estão na bibliografia médica baseada em livros estrangeiros e na existência de médicos formados no exterior. Nesse sentido, um olhar mais atencioso ao código de posturas da cidade, planos diretores, relatórios e discursos oficiais também revelavam suas inspirações nos saberes médicos higienistas.

Dentre as teorias médicas existentes, havia uma corrente médica que acreditava que as doenças eram provenientes do solo; outra afirmava que as enfermidades eram determinadas pelo clima, meteorologia e fenômenos naturais; uma outra corrente sugeria que o ambiente produzia miasmas²⁶ que provocavam o aparecimento das doenças; outra teoria acreditava que as doenças eram transmitidas por um vírus contagioso que se reproduzia no corpo humano e era transmitido através do ar, vestimentas e objetos. Para a teoria dos miasmas, o combate às doenças se dava através da exclusão de ambientes insalubres, saneamento e reorganização das habitações, já para a teoria do contágio, os médicos recomendavam isolamento em *lazaretos* e vacinação (Costa MCL, 2004).

Nesse contexto de organização do espaço urbano pela medicina higienista no Ceará, se sucedem as grandes secas do final do século XIX e início do século XX. A política de socorros públicos seria fortemente influenciada por essas discussões. Os lugares de recolhimento para os *retirantes* seriam estrategicamente localizados e a arquitetura dos alojamentos seria definida a partir do saber médico higienista. Diante de uma série de construções de caráter assistencialista que se sucederam com a mão de obra *retirante* e para os

²⁶ Acreditava-se que miasmas eram todas as emanções nocivas que contaminavam o ar e atacavam o corpo humano (Costa, 2004).

retirantes, uma tipologia arquitetônica chama a atenção, pois parece se consolidar como política pública durante as décadas: o espaço asilar.

De acordo com a cientista social Francisca Ilmar de Sousa (1997), esses espaços asilares de combate à pobreza eram instituições beneficentes de moralização social resultantes do processo de remodelação da capital cearense em fins do século XIX e início do século XX, cuja a intenção era “afastar e esconder a miséria da sua sociedade” (p. 17). Essas instituições, criadas em nome do progresso e da civilização, mas, discursivamente, em razão da filantropia e da *caridade*, reforçavam a segregação socioespacial entre ricos e pobres na capital, e para tanto, recebiam ação conjunta do poder público, da polícia, da Igreja e das famílias de intelectuais católicos (Ponte, 1999).

O isolamento da população pobre em asilos era realizado por categorias, dentre elas, órfãos, moças, *meretrizes* e insanos, e para Sousa (*opus citatum*) essa distribuição facilitava a vigilância e higienização urbana da “presença incômoda dos que não se adequaram ao estilo de vida nas grandes sociedades” (p. 17).

Neste capítulo, iremos refletir sobre a construção de espaços asilares como política pública e filantrópica de combate à pobreza e a mendicância na capital cearense, que se encontrava sob os efeitos das grandes secas e da influência do saber médico higienista. As instituições asilares para *retirantes* da seca foram perdendo seus usos de fundação com o passar dos anos, diante de novas demandas urbanas que surgiam, entretanto muitos desses lugares receberam novos usos de segregação espacial, como é o caso da *Colônia Orfanológica Cristina*.

Como estudo de caso, abordaremos a *Colônia Orfanológica Christina*, um asilo agrícola para os órfãos da seca de 1877-79. Foram consideradas três categorias de análises para essa discussão: perfil dos usuários, dinâmicas de funcionamento e histórico de usos. Além disso, abordo o processo de memorialização da antiga *Colônia Cristina* e as dificuldades em resgatar as experiências anteriores à construção do antigo leprosário (um dos usos posteriores à *Colônia Orfanológica Cristina*, como será abordado no próximo capítulo).

O sítio histórico que abrigou o asilo agrícola para órfãos foi o primeiro, dentre as instituições assistencialistas das secas, que passou por processo de musealização. Apesar disso, o silenciamento das comunidades *sertanejas* que migraram para a capital cearense parece se revelar como resultado da repressão diante dos discursos oficiais, permanecendo presente nas narrativas dos grupos historicamente marginalizados. Por outro lado, os ex-pacientes do *Leprosário da Canafistula*, representam um grupo historicamente esquecido e

silenciado pelas políticas de sequestro social, estando sujeito ao processo de esquecimento pelo silêncio das difíceis memórias.

Colônia Orfanológica Cristina

A escritura de doação das terras denominadas *Canafistula* ao governo da Província para construção da *Colônia Orfanológica Cristina* data do dia 10 de abril de 1880. As terras foram doadas por Luiz Ribeiro da Cunha e sua esposa Maria Carolina Vieira Cunha²⁷. O terreno compreendia cerca de quatro léguas quadradas e ficava nas proximidades de uma das estações da Estrada de Ferro de Baturité. Além das terras foi doado todo o gado existente na fazenda²⁸.

Luiz Ribeiro da Cunha era natural de Arcos de Valdevez, Portugal. Segundo Barão de Studart (1922), veio muito jovem para o Brasil, entregando-se à carreira comercial no Ceará. Naturalizou-se cearense e casou-se no dia 1º de dezembro de 1854 com a filha do importante negociante da capital, José Maria Eustachio Vieira. Recebeu honrarias por seu donativo em prol dos órfãos da seca, o título *Dignitaria da Ordem da Rosa* pelo governo imperial²⁹. Em 1871, Luiz Ribeiro da Cunha controlava a navegação costeira entre as províncias do norte por meio de serviços de “cabotagem a vapor” (Rodrigues, 2018, p. 72) e foi um dos principais traficantes de escravizados no Ceará. A partir de 1880, dedicou-se à regulamentação das “relações entre patrão e empregado, promovendo um controle da mão de obra dos pobres cidadãos, sobretudo daqueles que seriam absorvidos pelos trabalhos domésticos” (*ibidem*, p. 66).

No dia 14 de abril de 1880, a *Colônia Orfanológica Cristina* foi criada por ato provincial, através do art. 18 § 8 da lei Provincial n. 1876 de 11 de Novembro de 1879, para atender a “urgente necessidade de dar asylo e educação aos orphãos que as calamidades da secça e da peste, flagellando esta provincia durante tres annos, deixou entregue a protecção do Governo”³⁰.

A instituição que era organizada e mantida pela caridade privada foi inaugurada no dia 13 de junho de 1880. Nessa ocasião, o presidente da província José Júlio de Albuquerque

²⁷ Studart. Tomo II. Colônia Cristina. Coleção Biblioteca Básica Cearense, Fortaleza, 2001. p. 270.

²⁸ Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1880, Colônia Orphanologica, p. 30.

²⁹ Studart. *Extrangeiros e Ceará* (continuação). Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1922. p. 381 - 389.

³⁰ Studart. Tomo II. Colônia Cristina. Coleção Biblioteca Básica Cearense, Fortaleza, 2001. p. 274.

Barros assentou a primeira pedra da *Capela de Santa Thereza*. A cerimônia de inauguração da colônia de órfãos contou com a presença de várias autoridades políticas, militares e civis trazidos de trem através de trem expresso da estrada de ferro de Baturité.

Collocada a pedra com todas as ceremonias do estylo, alguns cidadãos proferiram discursos e poesias analogas ao acto, que terminou por vivas do presidente da provincia às Suas Magestades Imperiaes, à Nação Brasileira, ao Governo Imperial e a todos os protectores da Colonia, que forão correspondidos com vivo enthusiusmo por todas as pessoas presentes, que ergueram tambem vivas ao Presidente da provincia e ao Commendador Luiz Ribeiro da Cunha e à sua Excellentissima consorte³¹.

Os órfãos presentes na inauguração foram recolhidos aos cuidados do diretor nomeado, Padre José Thomaz de Albuquerque, e as orfãs foram entregues aos cuidados da Regente Soror Maria Magdalena³². Naquela conjuntura, foram recolhidos 57 órfãos, a ala direita era dedicada às órfãs e a esquerda aos órfãos. A estrutura da colônia era composta por pequenas casas para os colonos, capela, enfermaria, escola e oficinas (Madeira, 2003). As meninas eram instruídas pela professora e sete órfãs maiores, e do outro lado, os meninos moravam em uma edificação da antiga fazenda e eram instruídos pelo diretor do asilo, um mordomo e um cozinheiro (Lima ACP, 2019). Os ofícios oferecidos para os meninos eram de ferragem, carpintaria, sapataria e alfaiataria. Além disso, os meninos deviam se empenhar em atividades agropecuárias, como a plantação, descaroçamento de algodão, fabricação de farinha, criação de gado e cavalos. As meninas realizavam atividades domésticas e trabalhos de agulha, fiação, tecelagem e flores artificiais (Madeira, *opus citatum*).

Além do investimento do governo provincial para a construção das casas e dois açudes, as obras que se seguiram foram financiadas por doações e pelo trabalho dos órfãos na extração de lenha para a Estrada de Ferro de Baturité (Lima ACP, 2019).

[...] em oito meses as crianças dessa instituição já haviam extraído mais de 900 toneladas de lenha. As meninas produziam rendas, costuravam e fabricavam meias encomendadas, além de frequentarem as aulas. As maiores de 14 anos tinham aulas noturnas e trabalhavam o dia inteiro na fiação de algodão. Os meninos da Colônia, além de fabricar tijolos e cortar lenha, trabalhavam nas oficinas de ferreiro, carpinteiro, torneiro e sapateiro; os maiores dormiam no edifício destinado às mesmas oficinas (*ibidem*, p. 15).

³¹ *Ibidem*, p. 279.

³² *Ibidem*.

O trabalho e a educação eram estabelecidos de acordo com o gênero, uma vez que os meninos recebiam o ensino primário e secundário e as meninas apenas o ensino primário (Souza JL, 1999).

Após a direção do Padre José Thomaz de Albuquerque, a colônia orfanológica foi administrada até 1885 pelo frei capuchinho Miguel Ferreira de Mello, e posteriormente, entre 1886 e 1889, pelo médico Manoel Theophilo da Costa Mendes. (Gadelha; Lima, 2017).

A colônia seguia o modelo de um *Asilo Agrícola* e era inspirada na *Colônia Orfanológica Isabel*, que funcionou entre 1874 e 1904, para receber crianças órfãs, *desvalidas* e filhos libertos dos escravos na província de Pernambuco (Arantes, 2004).

De acordo com a pedagoga Arantes (2004), na Colônia Isabel “todos os alunos deveriam receber educação moral e religiosa e instrução literária, artística, agrícola e industrial” (p. 4). Para Bediaga (2016), os asilos agrícolas revelavam o propósito do governo imperial em “aprimorar as relações com os proprietários de terras, sua sustentação política e econômica” (p. 106).

Nesse contexto, os proprietários rurais se encontravam insatisfeitos com o fim do tráfico escravizados a partir de 1850 e com a *Lei de Terras*³³, desse modo, as instituições agrícolas que estavam sendo criadas tinham papel de propor melhorias na agricultura e nas dinâmicas da lavoura “com a incorporação de princípios científicos e a introdução de máquinas e instrumentos agrícolas nas atividades rurais, porém sem grandes alterações no modelo agroexportador vigente no país” (*ibidem*).

Em um estudo sobre o *Asylo Agrícola de Santa Isabel* construído em 1880 no Rio de Janeiro, a historiadora Schueler (2000) afirma que para o Império, a instituição asilar agrícola para crianças órfãs significava, sobretudo, manter o poder de decisão dos antigos senhores sobre as vidas dos “indivíduos livres e libertos pobres” (p. 131), além de concentrar a força de trabalho dos descendentes de escravizados nas zonas rurais.

Para a antiga província do Ceará, a criação da *Colônia Orfanológica Cristina* ganhou sentido de iminência diante do cenário de calamidade que se apresentava com a Grande Seca, uma vez que “visava oferecer ocupação útil aos órfãos da seca, por meio da promoção do ensino profissional e do incentivo aos plantios de cereais, legumes, algodão e mandioca” (Oliveira, 2019, p. 134) e não eram poucas as crianças órfãs que estavam no *abarracamento* do Jacarecanga à espera de recolhimento. O livro de matrículas da instituição revela o grande fluxo de entrada e saída de crianças nos anos de funcionamento da instituição, muitas delas

³³ Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, que proibia a concessão de nova sesmaria a proprietários de terras.

vindas do *abarracamento* da Jacarecanga, apesar disso, são poucos os registros que atestem a causa ou destino das evasões.

O livro de matrículas da antiga colônia orfanológica, disponível no Arquivo Público do Estado do Ceará, registra que no ano de sua inauguração foram recolhidos 57 órfãos. Um segundo registro do mesmo ano, aponta a existência de pelo menos 148 crianças menores de 12 anos matriculadas no asilo agrícola, e 66 órfão maiores de 12 anos vindos do *abarracamento* do Jacarecanga. No ano seguinte, mais 29 órfãos foram matriculados na Colônia Cristina.³⁴ Em 1884, existiam 20 órfãos na colônia e mais 13 novos registros de matrículas. Em 1885, são 11 o número de matriculados, no ano seguinte, 26 novos alunos são matriculados e em 1887, são registradas mais 2 matrículas. Em um levantamento de 1889, são registradas a existência de 19 alunos no asilo e no ano posterior, mais 3 entradas de alunos. Sendo esse o último registro de matrículas.

Além disso, no livro de matrículas constam informações como nome, idade, cor, naturalidade, filiação, situação de vacinação e casos de varíola. A partir desses registros é possível traçar um perfil dos internos que eram predominantemente do gênero feminino, em maioria, meninas pardas e pretas.

Em 1882, o presidente da província, Senador Pedro Leão Velloso, expediu a portaria do dia 7 de outubro que estabelece no artigo 1º que o asilo agrícola passa a administração da *Mesa Protectora da Colônia Orphanológica Christina* composta por uma junta de sete membros que atuaria sob inspeção do governo da província. A comissão deveria ser composta por um presidente e seis representantes que atuariam por *caridade*, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, nomeados de três em três anos pelo presidente da província. Sobre as obrigações da comissão, os membros deveriam se reunir para deliberar sobre os negócios da colônia, constituir o patrimônio do asilo por meio de consignações no orçamento provincial, auxílio do governo geral, doações e outros meios. Além disso, ficava a cargo da comissão dispensar e nomear os empregados, assim como providenciar a colocação e emprego dos órfãos que concluíssem a sua educação. Todos os anos, as propostas elaboradas pela comissão deveriam ser submetidas a autorização do governo da província, apresentando o relatório de estado da colônia acompanhando balanço de receitas e despesas. A comissão nomeada pelo presidente da província era composta por Luiz Ribeiro da Cunha como presidente, Amarílio

³⁴ Livro de Matrículas da Colônia Orfanológica Cristina. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará.

de Olinda Vasconcelos, Amaro Cavalcante, Guilherme Studart, Henrique Theberge, João Joaquim Simões e Manoel José de Oliveira Figueiredo³⁵.

Segundo o relatório escrito pela *Mesa Protectora da Colônia Orphanológica Christina* e destinado a presidência da província, naquele mesmo ano, se contabilizaram 302 entradas de crianças, 3 expulsões, 6 evasões, 47 casos de saída para tutela ou companhia de parentes, 16 falecimentos e 15 saídas por casamento. Naquela ocasião, haviam 25 pessoas trabalhando na instituição, dentre elas, o diretor, escrivão, regente, professores, mordomo, cozinheiro, comprador, cargueiro, enfermeira, mestre de bordado, costureira, padeiro, serventes, ajudantes, entre outros ³⁶. Além dos órfãos da seca de 1877-79, a colônia também acolhia as filhas livres de mulheres escravizadas e filhos de pais que pagavam pela educação (Souza JL, 1999).

No dia 19 de setembro de 1882, em matéria do jornal *O Cearense* com o nome *Colônia Orphanológica Christina*, o secretário M. Theberge anuncia a extinção da colônia orfanológica, lançando edital para as famílias das órfãs.

Tendo de extinguir-se em breve por ordem do Exm. Sr. Presidente da Província, o recolhimento dos orphãos que existem actualmente n'aquelle Estabelecimento - a respectiva Mesa Protectora chamar a attenção d'aquellas pêssoas que tiverem parentes no mesmo Estabelecimento, e as quizerem tomar sob sua tutela, a virem requerer a esta Mesa a entrega das mesmas órphãs, dentro do prazo de trinta dias, a contar da data do presente edital - findo o qual prazo, não apparecendo parentes, aos quais dá preferencia a Mesa, serão ellas entregues a tutela de particulares³⁷.

No dia 10 de dezembro de 1882, o jornal *O Cearense* publica relatório provincial do presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, contendo informações sobre o atual estado de ocupação da colônia orfanológica e a decisão da *Mesa Protectora* sobre o destino das remanescentes pós edital.

[...] recomendou a Mesa Protectora que procurasse por sua iniciativa e intervenção do juiz de orphãos retirar d'alli as orphãs existentes, entregando-as a seus parentes ou dando-as a particulares de reconhecida moralidade mediante as garantias legais.

Inspirando-se n'este sentimentos assim procedeu a Mesa Protectora, até que ficando reduzidas aquellas orphãs ao número de 17 que não tinham

³⁵ Relatório com Exm. Sr. Senador Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Ceará passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna 1º vice-presidente, no dia 26 de dezembro de 1881. in *O Cearense*, Fortaleza, 6 de Janeiro de 1882. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

³⁶ Relatório da Mesa Protectora da Colônia Orfanológica Christina, 31 de maio de 1882. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará.

³⁷ Jornal *O Cearense*, Fortaleza, 19 de Setembro de 1882. Item: *Colônia Orphanológica Christina*. p.3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

parentes nem quem as quizesse tomar pelo incommodo e dificuldades de ir buscal-as habilitando-se no juízo de orphãos da Pacatuba, trouxe ao meu conhecimento semelhante resultado que promptamente providenciei mandando que fossem ellas transferidas provisoriamente para Santa Casa de Misericórdia d'esta capital, onde com a intervenção que chamei do Dr. Juiz de Direito da 2º Vara, espero conseguir-lhes prompta e conveniente collocação³⁸.

As meninas que saíam em razão de tutela eram empregadas no serviço doméstico sem remuneração, não podendo ser empregadas em atividades externas às residências. A adoção era incentivada através da isenção da contribuição pecuniária para as famílias que tutelavam as órfãs, que “deveriam fornecer informações a cada semestre acerca das condições física e moral das tuteladas” (Madeira, 2003, p. 3).

Sobre as crianças órfãs da seca de 1877-79, José Weyne de Freitas Souza (2004) afirma que a criação da *Colônia Orfanológica Cristina* foi motivada pela grande quantidade de meninos *vadios* nas ruas da capital e pela denominada *Companhia Russega*³⁹, considerada uma ameaça ao patrimônio público e privado. Embora esta não seja a primeira instituição criada com objetivo de recolhimento da infância pobre, Ana Cristina Pereira Lima (2019) aponta que a *Colônia Cristina* simboliza “uma mudança de sentimento em relação à miséria das crianças, resultado cultural da seca”, na qual, através da política de isolamento e trabalho forçado nas obras públicas, se objetivava afastar os *retirantes* do centro urbano. Nesse sentido, entende-se a construção dessa instituição como um importante marco histórico, apesar de seus poucos anos de funcionamento.

As razões históricas que justificam a prática do trabalho infantil têm origem em meados do século XIX, onde a utilização da mão de obra de crianças consolidou-se como projeto de assistência à orfandade e a pobreza em diversas províncias brasileiras. Os discursos que justificavam essa prática alinhavam-se aos interesses de modernização do Império. Com esse intuito, começaram a surgir instituições com o objetivo de promover o ensino profissional. Essas instituições possuíam caráter correccional e de combate à mendicância. Entretanto, as consequências desse tratamento dado à infância pobre desencadearam num processo de exclusão e preconceito de classe e racial (Lima ACP, 2019). Em Fortaleza, a partir da Seca de 1877-79, o sentimento em relação à infância *desvalida* passa a se reconfigurar, intensificando-se a rejeição e a expulsão dos *órfãos da seca* dos centros urbanos, através do alistamento nas obras públicas e do isolamento em asilos, sendo considerados,

³⁸ Jornal *O Cearense*, *Colônia Orphanológica Christina*, Fortaleza, 10 de Dezembro de 1882. p.1. Biblioteca Nacional Digital.

³⁹ Russega era o nome dado ao instrumento utilizado para retirar dos sacos amostras de grãos (Neves, 2013).

pelas elites e autoridades da época, uma ameaça à ordem pública e à segurança da sociedade. Anos depois, com o fechamento dessas instituições, consideradas prejuízos aos cofres públicos, os meninos e meninas órfãos e pobres, no século XIX, eram quase sempre entregues à Companhia de Aprendizes Marinheiros e ao trabalho doméstico, respectivamente (Souza JWF, 2004).

Mesmo para as meninas órfãs que eram acolhidas por viúvas sobreviventes da seca ou para as moças pertencentes a lares muito pobres, restava para as famílias a tentativa de “proteger as meninas e moças do vexame da fome e da mendicância” (*idem*, 2015, p. 208), entregando suas filhas para residências de famílias mais abastadas, com a promessa de casamento ou de emprego no serviço doméstico em troca de abrigo e comida.

Segundo Ariès (1981), essa concepção que atualmente conhecemos da infância como alvo de proteção é uma construção da modernidade. Dessa forma, o hábito de utilizar a mão de obra barata e infantil perdura por décadas em Fortaleza, o que explica o fenômeno de deslocamento de diversas crianças do interior cearense até a capital em busca de trabalho. As consequências dessa prática do passado ainda se refletem no presente em forma de preconceito e exclusão social. Para Sarmento (2002) os espaços estruturais que influenciam nesse processo de exclusão da infância podem ser quatro: o espaço da produção, o espaço doméstico, o espaço da cidadania e o espaço comunitário, ou seja, o trabalho infantil, a pobreza entre gerações, a problemática da escola como único meio de exercer cidadania e as desigualdades sociais podem ser vistos como desencadeadores de preconceito e da exclusão social de crianças pertencentes a um contexto de vulnerabilidade econômica.

Além disso, não se pode desconsiderar que tal tratamento e a criação de lugares de isolamento e controle para *retirantes*, em sua maioria órfãos, mulheres e viúvas, pretas e pardas, tenham sido resultado de estratégias políticas embasadas na ideologia eugenista, que no final do século XIX e início do século XX, foi largamente defendida por cientistas conservadores. Os *retirantes* das secas representavam uma população predominantemente mestiça e, sob uma perspectiva eugenista, eram considerados como uma “raça inferior”. Esse pensamento resultou na “coisificação dos flagelados” que iam sendo levados cada vez mais distante dos olhos das elites e do Estado (Araújo, 2021, p. 15). O pensamento eugênico causou impactos que perduram até os dias atuais, sobretudo, por meio das desigualdades sociais e do racismo.

Em um inventário datado de 17 de dezembro de 1892, - já com a possível extinção do asilo para órfãos - a comissão responsável pelo levantamento afirma serem péssimas as

condições de conservação das casas da colônia, onde duas se encontravam em completo estado de degradação. Segundo o inventário, as casas eram todas de taipa, cobertas de telha, com exceção da casa do diretor, onde se alojavam os colonos, que possuía parte de alvenaria. Próximo a estação da linha de Ferro de Baturité, ainda se encontrava em funcionamento a escola pública do ensino primário da região da *Canafistula*⁴⁰.

Naquela ocasião, a colônia estava sob direção do coronel Sebastião Simões Branquinho e a comissão do inventário era composta por Raimundo Olympio Gonçalves de Freitas e Ismael Pordeus Costa Lima. No inventário consta a existência de uma casa para o diretor e colonos, uma edificação que ficava a frente da casa do diretor, uma fábrica e um anexo, duas edificações próximas a estrada, a escola primária, uma construção próxima a via férrea, um antigo alojamento de colonos, a casa do vaqueiro e um tanque de alvenaria⁴¹.

O relatório da comissão apontava que a colônia se encontrava em “estado de aniquilamento” (p. 39), sendo antes “um patrimônio de particulares do que uma propriedade do Estado” (p. 39) e um desperdício de dinheiro público. As atividades que se realizavam ali eram, principalmente, de fornecimento de lenha para a Estrada de Ferro de Baturité, os animais serviam para transporte da madeira cortada e a fábrica servia para o descaroçamento do algodão.

Em 1894, a Colônia Cristina tornou-se uma *Colônia Correccional Agrícola*, decretada pela lei nº 158 de 10 de setembro de 1894, pertencente ao sistema correccional cearense (Ferreira ANG, 2011, p. 134). Logo após, em 1906, foi autorizada a construção de uma Estação Agronômica no local. Em 1915, foi inaugurada a *Escola Prática Agropecuária Luiz Ribeiro*, em Canafistula, próximo à estrada de Ferro de Baturité. Em 1925, a antiga *Colônia Orfanológica Christina* tornou-se a *Primeira Prisão Agrícola do Estado* (Souza JWF, 2004).

⁴⁰ Relatório da Comissão de Exame da Colônia Orfanológica Christina em Canafistula e Inventário procedido nos bens da Colônia Christina, 17 de dezembro de 1892. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará.

⁴¹ *ibidem*.

Figura 37: Croqui - Mapa da Colônia Orfanológica Cristina.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará, sd.

Figura 38: Colônia Christina: Marco do Jatobá (Justa, O.)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.

Figura 39: Colônia Christina (Justa, O.)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, s.d.

Figura 40: Colônia Christina (Justa, O.)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, sd.

Já no dia 1º de agosto de 1928, foi transformada na primeira *Colônia de Leprosos no Ceará*, com o nome de *Colônia Leprosaria Canafistula*. O projeto foi viabilizado pela doação da quantia de cem contos de réis pelo industrial Antônio Diogo de Siqueira, em 1926 (Costa SS, 2014). Além disso, para esse fim, uma série de doações foram feitas pelos acadêmicos de direito. Naquele mesmo ano, foram construídas 32 casas para os internos (Pinheiro, 2019).

Desde 1867, o historiador e médico Barão de Studart dava notícias dos primeiros 32 casos de *lepra* no Ceará⁴². Anos mais tarde, os dados levantados pela Diretoria de Higiene, em 1917, contabilizavam 68 casos de *lepra* apenas na cidade de Fortaleza. Em 1918, o médico Carlos Ribeiro, diretor de Higiene do Ceará, alertou em *Relatório da Inspeção de Higiene*, a urgente necessidade em combater a doença, propondo o isolamento compulsório, sem exceções, dos enfermos em colônias ou em ilhas e afirmando que a doença era altamente contagiosa. No ano seguinte, em relatório da Diretoria de Higiene, Carlos Ribeiro registrou 70

⁴² Jornal *Correio do Ceará*, Domingo, 22 de janeiro de 1928.

casos da doença em Fortaleza (Pinheiro, 2019). De acordo com a historiadora Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro (*ibidem*), as iniciativas e pesquisas de Carlos Pinheiro foram pioneiras e influenciaram as medidas de combate à *lepra* no estado.

Através de uma parceria entre a Diretoria de Higiene do estado do Ceará e o governo federal, em 1919, é criado o *Serviço de Profilaxia Rural* (SPR), resultando na criação do dispensário de leprologia Oswaldo Cruz (*ibidem*). O dispensário, que funcionava nas dependências do SPR, era responsável pelo levantamento dos casos em Fortaleza e no interior do estado, além disso, era onde se realizavam as distribuições de medicamentos para tratamento domiciliar (Lima ZMM, 2007).

No Morro do Croatá, atual Moura Brasil, foram construídas algumas barracas para instalar os enfermos, que saíam pelas ruas para pedir trabalho e comida (Lima F, 1988). A partir de 1920, a imprensa, sobretudo através do jornal da Arquidiocese de Fortaleza, *O Nordeste*, iniciaram uma série de cobranças direcionadas ao SPR sobre o combate à *lepra* (Pinheiro, 2019).

No dia 22 de janeiro de 1928, o jornal *O Ceará* publica matéria intitulada *O Problema da Lepra*, de autoria do médico sanitarista Belisário Penna, a matéria alerta para as péssimas condições de tratamento da *lepra* adotadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, afirmando que a criação de dispensários era insuficiente para o tratamento da doença. Nesse sentido, Belisário Penna afirma ser necessário a “construção ou aquisição de abrigos, onde os morpheticos fossem segregados da sociedade”⁴³. Para ele, as medidas tomadas resultaram na migração de enfermos do interior para as capitais, aumentando as chances de contágio.

E assim, Manaus, Belém, S.Luiz, Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, S. Paulo, que adotou o mesmo systema e esta capital, estão inçadas de leprosos procedentes de localidades de populações escassas do interior, em condições portanto de contágio mais difficil, do que nessas grandes e densas agglomerações humanas, onde as probabilidades de contaminação se multiplicam consideravelmente, quando em liberdade os doentes⁴⁴.

Nessa conjuntura, Belisário Penna era inspetor de Propaganda e Educação Sanitária (Santos RA, 2012). Naquele mesmo ano, no dia 1º de agosto, foi inaugurado a *Colônia Leprosaria Canafistula*, dois anos após a doação de Antônio Diogo.

O jornal *O Ceará*, no dia 3 de agosto de 1928, anunciou a inauguração que contou com a presença de numerosa comitiva.

⁴³ Jornal *O Ceará*, *O Problema da Lepra*, 22 de janeiro de 1928. p. 10. Biblioteca Nacional Digital.

⁴⁴ *ibidem*.

Faziam parte da comitiva os srs. dr. José Matos Peixoto, presidente do Estado; dr. Demosthenes de Carvalho, chefe do saneamento; dr. Carvalho Junior, secretário do Interior; dr. José de Pontes Medeiros, secretário da Fazenda; dr. Mozart Catunda, chefe de polícia; Alvaro Weyne, prefeito municipal; dr. Waldemar Carneiro, dr. Livino de Carvalho, dr. José Sombra, dr. João Lobo, dr. Eliezer Studart, Euclides Ayres, presidente da Phenix; dr. Rocha Lima; dr. Atualpa Barbosa Lima, dr. Monteiro Gondim, dr. Cesar Cals, dr. Humberto Monte, dr. Moraes Corrêa, Monsenhor Tabosa Braga, coronel Antônio Diogo, Raul Braga, dr. José Caminha Muniz, commandante da Escola de Aprendizizes Marinheiro; capitão do Porto, dr. Enéas Carneiro; dr. José Acyoli, dr. Hélio Góes, dr. Fernandes Távora, dr. Almeida Filho, dr. Demócrito Rocha, pelo *O Povo*; Perboyre e Silva, pela *Gazeta de Notícias*; Nery Camello, pelo *Correio do Ceará*; Luiz Sucupira, pelo *O Nordeste*; e Virgílio Firmeza, pelo *Diário do Ceará*; além de muitas outras pessoas gradas⁴⁵.

No dia 09 de agosto de 1928, chegaram os primeiros doentes para o asilo, transportados em um vagão isolado pela RVC (Costa SS, 2014). Naquele contexto, a colônia era composta de

vila com 64 casinhas isoladas, com cômodos para 180 enfermos, do pavilhão para administração e estada das irmãs franciscanas, que eram as pessoas encarregadas pelo tratamento dos enfermos, da capela com compartimentos especial para os doentes, da casa do Cura d'almas e do administrador, que ainda estava em fase de conclusão (Costa SS, 2014, p. 25).

Entre os anos de 1927 e 1930, o engenheiro inspetor do IFOCS ordenou a criação de poços profundos na região do antigo leprosário, levando abastecimento de água para a colônia, onde até então a água era trazida por meio da tração animal.

Com efeito, de ordem do eminente chefe da I.F.O.C.S, já foi levantado orçamento para a construção de dois bueiros na estrada carroçável, ligando a Leprosaria à Estação, e de uma cisterna com a capacidade de 216.000 litros d'água, bastante para suprir com 9 litros diários por individuo, durante 12 meses, uma população de 200 habitantes, superlotação da Colônia. (Lima F, 1988, p.27)

Em 1930, é inaugurada uma creche no leprosário para os filhos dos internados. No ano seguinte, foi inaugurada a Enfermaria Samuel Uchoa. No dia 31 de julho de 1937, foi anunciada a chegada de iluminação elétrica na colônia (Costa SS, 2014). A colônia foi mantida pelo cel. Antônio Diogo até seu falecimento em 1932 (Nóbrega, 2005), e esteve sob administração das irmãs missionárias Capuchinhas até 25 de maio de 1940, quando a

⁴⁵ Jornal *O Ceará*, *Inaugura-se a Leprosaria de Canafistula*, 3 de agosto de 1928. Biblioteca Nacional Digital.

instituição passou a ser mantida pelo Governo do Estado subordinada ao Departamento Estadual de Saúde, em consequência da criação do *Serviço de Profilaxia da Lepra* através do Decreto de Lei No 686, de 13 de março de 1940, quando o Interventor Federal do Estado, Dr. Francisco de Menezes Pimentel encampou o *Leprosário Antônio Diogo*, passando a se chamar *Colônia Antônio Diogo* (Souza Araújo, 1956). Por lei, o fim do isolamento compulsório para doentes de hanseníase ocorreu por meio do Decreto nº 968 de 1962, entretanto na prática, os ex-pacientes permaneceram isolados. Em 1977, a Colônia veio a tornar-se o *Hospital de Dermatologia Sanitária Antônio Diogo*. A partir de 1981, com a fundação nacional do *Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase* (MORHAN), as iniciativas de ressocialização possibilitaram aos ex-pacientes que voltassem para suas famílias ou locais de origem, contudo, anos de isolamento social e preconceito causaram danos permanentes para os internados da colônia, onde dificilmente conseguiram restabelecer laços familiares ou com a sociedade. Atualmente, a colônia é o *Centro de Convivência Antônio Diogo*, administrado pela Secretaria de Saúde do Estado, e abriga os antigos pacientes que foram curados e seus familiares, que não puderam ou quiseram abandonar o local (Feitosa, 2008).

Figura 41: *Leprosário Antonio Diogo, Ceará. Lotação de 300 doentes.*



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.

Figura 42: *Leprosário Antonio Diogo, Ceará, onde nunca foi resolvido o problema da água.*



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.

Figura 43: *Leprosário Antonio Diogo, Ceará. Vista geral aérea.*



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, 1938.

Figura 44: *Outro aspecto do Leprosário Antonio Diogo, Ceará, a 80 km de Fortaleza.*



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, sd.

No contexto da Seca de 1877-79, além da *Colônia Orfanológica Cristina*, mais dois asilos foram idealizados para recolhimento dos *flagelados da seca* que se encontravam na capital cearense. Eram estes o *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* e o *Asilo de Mendicidade*.

A concepção de um *asilo de alienados* para a capital cearense antecede ao período das grandes secas no Ceará, entretanto, segundo a historiadora Oliveira (2021), foi com a chegada da Seca de 1877-79, que a necessidade dessa construção ganhou um novo sentido, uma vez que “a construção do asilo para alienados representou não necessariamente o recolhimento dos *loucos*, mas de um leque maior de pessoas, que, dentro de um cenário de miséria e desespero, poderiam ser identificadas como tal” (*ibidem*, p. 102). Além disso, a disponibilidade de mão de obra *retirante* na capital tornava o momento favorável para início das obras.

O *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* esteve vinculado à Santa Casa de Misericórdia, e inicialmente, sua construção foi pensada para localizar-se nas proximidades da Santa Casa, entretanto o discurso da medicina especializada desfavorecia a proximidade com os enfermos e com os núcleos urbanos. Nesse sentido, a Santa Casa de Misericórdia consultou a Câmara Municipal para que a construção do asilo fosse efetivada no povoado de *Arronches*,

onde existia o antigo matadouro público de gado, no atual bairro da Parangaba. A localização era considerada conveniente pela proximidade com a Estrada de Ferro de Baturité e a *Lagoa da Porangaba* (*ibidem*).

O *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* foi fundado em 1º de março de 1886, sob administração da Irmandade da Misericórdia, que também administrava a Santa Casa da Misericórdia e o Cemitério São João Batista (*ibidem*). A obra do asilo se concretizou com o trabalho dos refugiados da seca e os primeiros internos do *asilo de alienados* foram recolhidos da Santa Casa de Misericórdia e da Cadeia Pública.

Ao analisar os *Mapas Demonstrativos do Movimento do Asilo São Vicente de Paula* - registro da entrada e saída de pacientes -, sobre a divisão de gênero dos internos, a historiadora Cláudia Freitas de Oliveira (2012) afirma que as mulheres se mantiveram como maioria durante todo o período investigado (1886 - 1990); sobre a condição social, eram pessoas recolhidas das ruas que não possuíam nenhum vínculo de parentesco ou mesmo moradia, sendo encaminhados através de ofícios dos chefes de polícia.

Nesse sentido, o *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* revelou-se como uma instituição de combate à mendicância através do sequestro social de *retirantes*, articulando-se com autoridades e a polícia local. O grande número de mulheres internas, parece revelar sob que ótica as mulheres em condições de extrema pobreza, eram vistas e tratadas pela sociedade da época.

Já o *Asilo de Mendicidade* foi iniciativa de Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba, em razão da Grande Seca. Com intuito de ver o projeto realizado, fez a doação de dez contos de réis e do terreno para fundação do edifício que foi instalado no bairro *Outeiro*, atual bairro Aldeota. Outros donativos elevaram o valor a quinze contos de réis. Grande parte dos operários dessa obra eram refugiados da seca, que também trabalhavam na fabricação dos materiais de construção⁴⁶.

⁴⁶ Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Item: Saúde Pública, p. 37.

Figura 45: Vista do Colégio Militar de Fortaleza, onde foi construído o primeiro *Asilo de Mendicidade*.



Fonte: Fortaleza em Fotos, sd.

As obras do asilo foram iniciadas em 1878 e concluídas em 1889. Apesar disso, nunca funcionou com tal utilidade. Um decreto de 1890 anulou a doação do edifício ao bispado (Freitas, 2011). Atualmente, o prédio abriga o Colégio Militar de Fortaleza. Em 1905, um novo *Asilo de Mendicidade* foi projetado, sob administração da maçonaria, para recolhimento dos refugiados das secas ocorridas no início do século XX. O asilo que se localizava no bairro Jacarecanga, ganhou o nome de *Lar Torres de Melo* em 1979, se consolidando como lugar de acolhimento e atendimento a idosos.

Diferentemente do *Asilo de Mendicidade* da Jacarecanga, as instituições de combate à pobreza em Fortaleza, estiveram marcadamente associadas à administração da Igreja Católica, através das irmandades e organizações religiosas. Nesse sentido, os asilos para órfãos e moças pobres instruíam as meninas para o trabalho doméstico e para o casamento de acordo com a moral cristã. Com esse intuito, duas outras instituições criadas já na República, se aproximam dos moldes de disciplinamento e instrução moral da *Colônia Orfanológica Cristina*: o *Patronato Maria Auxiliadora* e o *Asilo Bom Pastor*.

O *Patronato Maria Auxiliadora* ou *Patronato das Moças Pobres*, foi inaugurado no dia 24 de junho de 1921, na atual avenida Imperador do bairro Centro, sendo fundado e

mantido pela *Liga das Senhoras Católicas Brasileiras do Ceará*⁴⁷. O patronato tinha por finalidade instruir as moças pobres ao serviço doméstico. Inicialmente, ofereciam-se “aulas gratuitas de cozinha” para aquelas que desejassem trabalhar em “casas de família”⁴⁸. Já em 1931, sob supervisão da irmã Margarida Breves, o asilo possuía três seções: de encadernação, de lavanderia e de culinária. As moças pobres aprendiam bordado e costura, confeccionavam ornamentos e flores, preparavam enxovais para crianças e noivas. Além da instrução do trabalho doméstico, elas aprendiam a ler e escrever. (Ferreira ANG, 2019).

No dia 22 de julho de 1925, no bairro Jacarecanga, é inaugurada outra instituição para internato das moças pobres, o *Asilo Bom Pastor*, sob administração das religiosas da *Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor*. A instituição funcionou até o ano de 2013 em três fases. Entre os anos de 1925 a 1958, o asilo funcionou como escola correcional doméstica de recolhimento das órfãs, moças pobres e mães solteiras. Nos anos de 1958 e 1979, abrigou uma escola técnica e funcionou como apoio para o Presídio Feminino do Estado do Ceará. Em sua última fase, nos anos de 1979 a 2013, funcionou como instituição filantrópica de apoio à infância e à adolescência, entretanto, diante das instituições públicas de amparo social e organizações não governamentais laicas mantidas com recursos de políticas públicas, o asilo tornou-se menos necessário, encerrando suas atividades (Vasconcelos, 2014).

Essas instituições para moças pobres foram criadas sob os efeitos das grandes secas e das migrações de *retirantes* em busca dos socorros públicos. A Seca de 1915, conhecida pelo romance *O Quinze* de Rachel de Queiroz, resultou na criação de um dos primeiros *campos de concentração* de Fortaleza, o *Campo do Alagadiço*, sob o governo de Benjamin Liberato Barroso. No mês de dezembro daquele ano, a construção improvisada do *Campo do Alagadiço* foi desativada (Rossi, 2019). Mas as mulheres e crianças *retirantes* que ficavam na capital cearense passavam a se tornar uma preocupação para as autoridades locais e elites urbanas. Naquele contexto, os jornais locais frequentemente denunciavam e estampavam a vida das *meretrizes* de Fortaleza, “além dos escândalos provocados pela bebedeira, a intranquilidade que causavam nos locais consagrados ao *rendez-vous*⁴⁹” (Sousa, 1997, p. 17).

⁴⁷ STUDART, G. Ephemerides Cearenses, 1921. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. p. 94- 96.

⁴⁸ Jornal O Nordeste, 10 de agosto de 1922. p.4.

⁴⁹ O termo "rendez-vous" é originário do francês, e significa "encontro marcado".

Figura 46: Asilo Bom Pastor.



Fonte: Acervo Nirez, sd.

É possível, que tais instituições de caráter asilar e de instrução moral para moças pobres fossem idealizadas para “salvar-las da prostituição”, preparando-as para o casamento ou para o trabalho doméstico, ou simplesmente, para afastar do convívio social as moças consideradas de má conduta.

Semelhantemente a *Colônia Orfanológica Cristina*, o *Asilo Bom Pastor* teve longo período de existência como lugar de isolamento social e instrução correcional. Os usos como escola correcional para crianças e adolescentes pobres, e prisão agrícola/feminina de forma seguida, possuíam caráter punitivo através da instrução profissional e do ensino religioso. Ao que parece, para as autoridades locais e idealizadores, existia uma associação entre a ideia de *pobreza e crime*.

Para a historiadora Viviane Borges (2023), no final do século XIX e início do século XX, a América Latina foi fortemente influenciada pelas teorias racistas e discriminatórias, uma vez que atendiam aos interesses das elites em manter a ordem social. Nessa conjuntura, no Brasil, “o pensamento criminológico, especialmente o de orientação positivista-lombrosiana, regulou a discussão médico e jurídica a respeito das percepções acerca do crime e de como tratar os criminosos” (*ibidem*, p. 129).

Cesare Lombroso, foi um criminologista e médico nascido em Verona, na Itália, em 1835. É considerado um dos precursores da escola positivista da criminologia. Em 1876, Lombroso publicou o livro *L’Uomo Delinquente*⁵⁰, defendendo a ideia de existência de um

⁵⁰ *O Homem Delinquente*, em italiano.

criminoso nato justificado por questões psicológicas e biológicas, sendo características manifestas nos primeiros anos de vida dos indivíduos. Para Lombroso, uma das características do *delinquente nato* era o ócio, que foge das atividades laborais, e por essa razão, é dificilmente disciplinado (Santos MC, 2024). Lombroso defendia a criação de abrigos permanentes para menores com *tendências criminosas*, segundo ele, “a educação pode impedir os que nasceram bons de passarem da criminalidade infantil transitória para a habitual. Os que nasceram maus nem sempre se conservam maus” (Lombroso, 2007, p. 86).

As instituições asilares para refugiados das secas, sobretudo para menores, podem ter sido influenciadas pelo pensamento lombrosiano, que teve suas repercussões no Brasil a partir de 1880 (Santos MC, 2024). Para Borges (2023), esse pensamento criminológico orientou as práticas institucionais da época.

Isso se traduziu no padrão arquitetônico adotado pelas instituições que foram criadas, no perfil dos profissionais que foram contratados, nos tipos de exames realizados, nas formas de registro de tais exames e nos diagnósticos que eram elaborados e, ainda, nas prescrições adotadas para os internos (Borges; Salla, 2023, p.101).

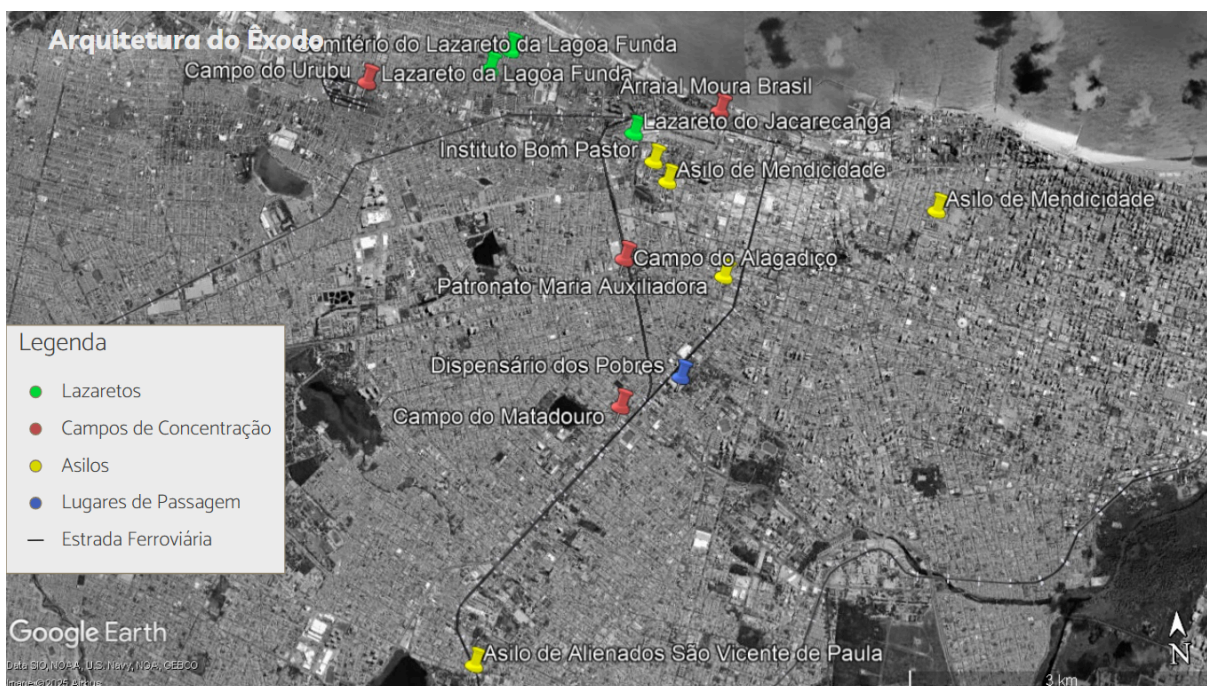
Nesse sentido, os discursos oficiais, o padrão arquitetônico e as dinâmicas de funcionamento da *Arquitetura do Êxodo*, revelaram ideais de isolamento, disciplinamento e extermínio da população pobre e mestiça.

Através do mapeamento da *Arquitetura do Êxodo*, construída entre os anos de 1877 - 1932, é possível perceber como esses lugares de isolamento e esquecimento foram sendo distribuídos nas proximidades das estações ferroviárias. Os internos do *Asilo de Alienados São Vicente de Paula* e os órfãos da Colônia Cristina ficavam em áreas mais afastadas, estes últimos rompendo os limites com outro município.

Para as construções efêmeras, como os *campos de concentração*, também foram consideradas as localizações aproximadas das antigas estações, pois facilitavam o confinamento e a distribuição dos *retirantes* nas obras públicas.

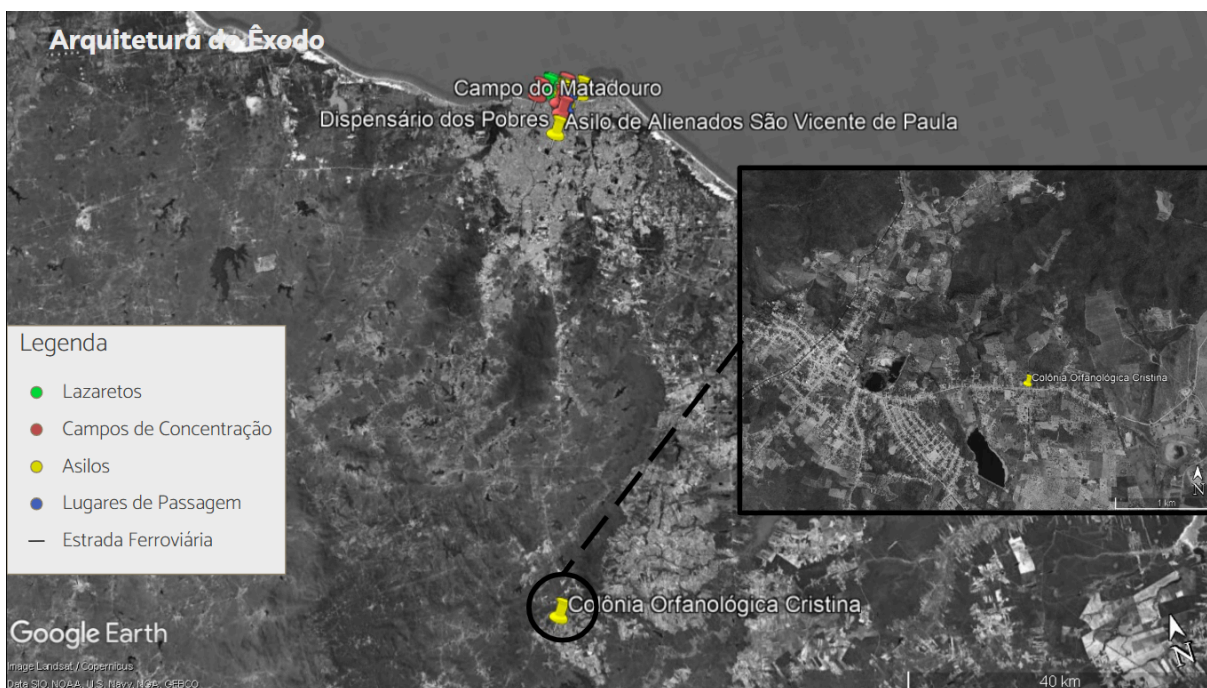
Vale destacar, que as elites urbanas estavam centralizadas e distantes da região litorânea, onde a população mais pobre foi estabelecendo moradia. Os bairros Jacarecanga, Moura Brasil, São Gerardo e Pirambu, são algumas das regiões periféricas próximas ao mar onde essas construções existiram, se desenvolvendo de forma desassistida de políticas públicas.

Mapa 1: Arquitetura do Êxodo



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Mapa 2: Arquitetura do Êxodo (Colônia Orfanológica Christina)



Fonte: Desenvolvida pela autora.

Memorial Leprosaria Canafistula

O processo de memorialização do CCAD se inicia em 2009 quando se estabelece em portaria a comissão responsável pelo trabalho de musealização do espaço. Com apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará (UECE), inicia-se o processo de inventariar e organizar o patrimônio material da instituição “composto de centenas de prontuários médicos, fichas de entrada e saída de pacientes, fotografias, mobília, objetos médicos” (Jucá; Lima, 2014, p. 69). O projeto contou com o apoio do diretor Francisco de Assis Duarte Guedes, de funcionários da instituição, da Secretaria de Cultura, subordinada à Prefeitura de Redenção, que forneceu transporte e alimentação para professores e alunos, e do Museu do Ceará, que forneceu o material para o inventário dos documentos. Em 2011, o professor e pesquisador Gisafran Nazareno Mota Jucá passou a fazer parte do grupo de iniciação científica, usando a metodologia da história oral para o estudo do patrimônio imaterial através da realização de entrevistas com funcionários do setor administrativo, antigos pacientes e seus familiares.

Entretanto, é somente em 2018, com a comemoração dos 90 anos da instituição, onde se realizou uma mostra temática com o acervo histórico coletado no decorrer dos anos, que esse projeto viria a se materializar. Naquela ocasião, a instituição contava com o apoio do antropólogo Rafael Antunes Almeida, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) (Nolasco, 2022). Tal mostra temporária logo se tornou permanente e a exposição foi atingindo maiores dimensões, ocupando o espaço de sete salas do prédio administrativo e passando a se chamar de *Memorial Leprosaria Canafistula*. A instituição que esteve sob os cuidados das irmãs missionárias Capuchinhas até os anos 1990, atualmente administrada pela Secretaria da Saúde do Ceará (SESA), contou com o investimento do órgão pertencente ao Governo Estadual para execução do projeto de musealização do antigo *leprosário*.

Já em 2019, a professora e pesquisadora da Unilab, Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro, passa a coordenar um projeto de extensão voltado ao tratamento de arquivos do Centro de Convivência Antônio Diogo (Dias, 2024).

O *Memorial Leprosaria Canafistula*, um museu instalado no prédio onde funcionava a administração e os serviços médicos do antigo leprosário, é composto por sete salas que, através de acervo documental, fotográfico e objetos, narra a história das pessoas acometidas pela hanseníase que sofreram isolamento compulsório.

A primeira sala com o título de *Do Pânico quanto ao Contágio à Fundação do Leprosário: Os anos 20* traz em seu centro o maquinário antigo do relógio da torre. Além disso, apresenta banners com recortes de jornais da época que narram o medo das classes mais abastadas quanto ao contágio da *lepra*. Em uma matéria do jornal *O Ceará* com o título “Fortaleza ameaçada de ser invadida por morpheticos” datada de 07 de abril de 1929 está escrito

[...] se providencias efficazes não forem tomadas com urgencia breve, esta capital será invadida pelos leprosos que pelas ruas mais centraes, estenderam à mão repugnante a caridade publica. Fortaleza que já se encontra invadida pelas legiões de famintos, terá no rosário de suas misérias, mais uma praga⁵¹.

Em um dos painéis é possível ler sobre o primeiro uso da instituição, a *Colônia Orfanológica Cristina* e sua fundação, em 1880. Entretanto, como o título desta primeira sala destaca, a exposição trata do início dos anos 20 e a fundação do *Leprosário Canafistula*, não se aprofundando em temáticas anteriores a esse período.

Figura 47: Sala *Do Pânico quanto ao Contágio à Fundação do Leprosário: Os anos 20*.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A segunda sala, nomeada de *Terror da Internação: Memórias e Documentos*, traz os documentos da administração da Colônia de 1928 até 1994. Nesses registros encontram-se informações sobre admissões dos enfermos, nascimentos, batismos, casamentos, fugas e óbitos. Entre os livros expostos, também é possível acessar relatórios sobre as questões financeiras da instituição.

⁵¹ Jornal *O Ceará*, *Fortaleza ameaçada de ser invadida por morpheticos*. 07 de abril de 1929.

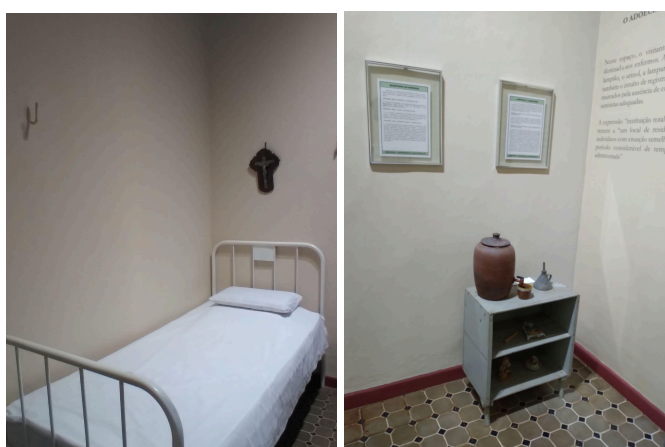
Figura 48: Sala *Terror da Internação: Memórias e Documentos*.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A sala denominada de *O adoecimento em uma Instituição Total: Enfermaria* é a terceira sala. Este espaço foi decorado conforme eram os antigos quartos individuais existentes no leprosário, com o mobiliário original. Os objetos pessoais encenam a ausência de energia elétrica no primeiros anos de fundação e a precariedade das instalações sanitárias e hidráulicas no antigo *leprosário*, perceptíveis pelos objetos que são expostos: uma lamparina, uma quartinha⁵², um urinol e uma cama de enfermaria. Nessa sala, também encontramos fotografias antigas que mostram a lotação das enfermarias e a escassez da alimentação fornecida aos moradores da colônia que viviam de doações.

Figura 49: Sala *O adoecimento em uma Instituição Total: Enfermaria*.

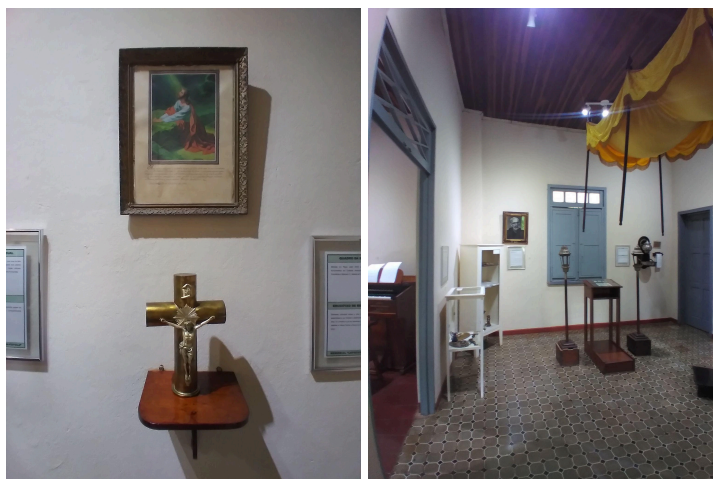


Fonte: Acervo da autora, 2023.

⁵² Pote de barro, onde se coloca água para beber.

O quarto ambiente intitulado de *A presença Religiosa no cotidiano da Colônia: Sala Sacra* tem os objetos sacros expostos, as vestimentas religiosas e as fotografias das cerimônias e celebrações.

Figura 50: Sala *A presença Religiosa no cotidiano da Colônia: Sala Sacra*.



Fonte: Acervo da Autora, 2023.

A quinta sala é chamada de *Assistência à Saúde e Trajetórias para a Cura*. Nesta sala se encontram os vários adereços médicos utilizados na colônia, sendo equipamentos odontológicos, oftalmológicos, de laboratórios e das enfermarias, com fotografias antigas que demonstram sua utilização.

Figura 51: Sala *Assistência à Saúde e Trajetórias para a Cura*.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A sala com nome de *Sala dos Pacientes* é a sexta e penúltima sala, sendo idealizada pelos moradores e funcionários para ser um espaço que representa a experiência do isolamento sob a perspectiva dos antigos internos do *leprosário*. Nas paredes encontramos retratos dos antigos pacientes, uma poesia escrita por seu *Manelão*, morador do CCAD, que narra

Quando abriram este hospital / Foram chegando devagar / Uns já estão com Deus / E outros já foram embora / E não querem voltar / Era tristeza profunda / Logo no chegar / Depois se acostumava / Começava a brincar / Mas nunca se esqueciam / Do seio familiar / Foram momentos difíceis / Foram momentos de glória / E aqui hoje estamos / Para contar essa história

Além disso, nesta sala se encontram ilustrações reproduzidas por um artista local, que representam os desenhos de outro morador. Em uma das paredes, também encontramos uma escultura com rostos desconhecidos, que simboliza os filhos separados de suas famílias. Nessa sala, existe ainda um pendente expositivo com luminárias e fotografias das experiências vividas na colônia.

Figura 52: *Sala dos Pacientes*.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

O último espaço, chamado de *Sala Interativa*, é um ambiente que simula o isolamento compulsório e a ressocialização enfrentados pelos antigos pacientes, através de uma experiência sensorio-motora para os visitantes.

O *Memorial Leprosaria Canafistula*, seu acervo e o próprio conjunto arquitetônico que abriga o *Centro de Convivência Antônio Diogo*, sob uma perspectiva do patrimônio material, deve ser tratado não apenas como *objeto histórico* (Menezes, 1998, p. 93), mas

como *documento histórico (ibidem)*, sendo uma manifestação cultural através da materialidade, carregado de identidade e valor simbólico atribuído e interpretado pela memória individual e coletiva.

Nesse sentido, a criação do *Memorial Leprosaria Canafistula* possibilitou a discussão ainda pouco debatida no campo do patrimônio no Ceará: as memórias de sofrimento relacionadas a lugares de isolamento e sequestro social. Ao mesmo tempo em que traz à tona as vivências de milhares de pessoas acometidas pela hanseníase isoladas compulsoriamente, revela as camadas de excluídos que foram, anteriormente, isolados em um mesmo plano de assistência social.

Em se tratando de lugares que testemunham o sofrimento humano, independentemente da natureza das experiências dolorosas produzidas por políticas autoritárias, há uma tendência contemporânea em fazer frente ao esquecimento. Nesse processo, o reconhecimento patrimonial dos lugares, como o tombamento e a criação de dispositivos memoriais, tem por objetivo evitar a ocultação do passado doloroso e promover uma reflexão, juridicamente embasada nos direitos humanos e moralmente pautada na empatia, pois o patrimônio doloroso que os bens testemunham torna-se ícone dos crimes cometidos e do sofrimento das vítimas (Bezerra, 2019, p. 220).

Além disso, a musealização do *Centro de Convivência Antônio Diogo* possibilita reflexões e questionamentos sobre grupos, antes esquecidos, silenciados ou subalternizados, abrindo caminho para que esses grupos e indivíduos tornem-se protagonistas de suas próprias vivências nesses espaços de memória e consciência.

Entretanto, apesar de suas diversas funções e usos no decorrer dos anos, o museu *Memorial Leprosaria Canafistula* resgata as memórias vivenciadas a partir de 1928, com a criação do *leprosário*. Mesmo havendo aparente interesse por parte da instituição em criar um memorial que abranja toda a trajetória da colônia, o que parece ter acontecido ao longo dos anos, foi um processo de esquecimento, que segundo o pensamento de Paul Ricoeur (2007), não se refere a ausência de memória, mas uma ação humana de reconstrução da memória, que pode envolver perdas e repressões, na tentativa de reorganizar a forma como se compreende o passado. Para Ricoeur (*ibidem*), o processo de esquecimento faz parte fundamental da memória, uma vez que se seleciona o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado. Nesse sentido, pouco se tem informação sobre a documentação histórica referente às antigas instituições e aos relatos das pessoas que de forma direta ou indireta estiveram ligadas a este lugar. Entretanto, conforme afirma o historiador austríaco Michael Pollak (1989, p. 5) as

lembranças traumatizantes são capazes de sobreviver por décadas, pois permanecem no presente e “esperam o momento propício para serem expressas”.

Paul Connerton (2008), antropólogo britânico da Universidade de Cambridge e autor do artigo *Seven Types of Forgetting*⁵³, aponta a existência de pelo menos sete tipos de esquecimento: o apagamento repressivo, quando há destruição intencional da memória, como nos regimes totalitários; o esquecimento prescritivo, quando se esquece por convenção social; o esquecimento constitutivo na formação de uma nova identidade, quando há o descarte da memória em prol da construção de novos valores; o esquecimento por anulação, quando o excesso de informação leva a eliminação do supérfluo; a amnésia estrutural, quando a cultura determina o que a sociedade deve lembrar/esquecer; o esquecimento por obsolescência planejada, quando por influência do sistema capitalista se é levado constantemente a consumir as novidades do mercado; e o esquecimento como silêncio humilhado, quando se ignora a memória traumática para evitar o sofrimento.

Se por um lado, os *órfãos da seca* que estiveram na *Colônia Orfanológica Cristina* representam uma camada dos esquecidos diante das políticas de instrução moral que objetivavam moldar indivíduos “civilizados”, por outro, os internos da *Colônia Antônio Diogo*, representam outra camada de esquecidos, sequestrados do convívio social e silenciados. Esses dois grupos estiveram excluídos do discurso hegemônico sobre a história urbana do território cearense, uma vez que, existiu grande empenho do poder público e das elites fortalezenses, desde o final do século XIX, em expulsá-los para onde não pudessem ser vistos.

Ao que parece, as memórias desse território estiveram sujeitas a um processo de *amnésia social*, que para Russell Jacoby (1977), pode ser definido como o processo de “esquecimento e a repressão da atividade humana e social que faz e pode refazer a sociedade” (p. 19), ou seja, esse fenômeno ocorre através da criação de uma história oficial em substituição às memórias coletivas de sofrimento, na tentativa de reconstruir a sociedade.

O conjunto histórico de edificações localizado no atual município de Redenção, no Ceará, se destaca pelos múltiplos usos e sentidos que suas instalações viriam a abrigar ao longo de mais de um século, quase sempre relacionados a memórias traumáticas associadas a ações de isolamento e sequestro social. Nessa esteira, a memória de diferentes camadas sociais está representada na arquitetura e no território da *Colônia Orfanológica Cristina*, que

⁵³ Sete Tipos de Esquecimento.

funcionou por mais de um século, como um *palimpsesto de memórias e de esquecimento* voltado a políticas de isolamento no estado do Ceará.

A preservação da memória através do *Memorial Leprosaria Canafistula*, está associada às experiências individuais e coletivas de sofrimento dos antigos internos acometidos pela hanseníase e seus familiares. Nessa perspectiva, a arquitetura e as experiências transmitidas pela oralidade são testemunho da “ressonância” (Gonçalves, 2005, p. 18) que esse patrimônio possui diante de seu público.

O sofrimento físico e moral vivido por muitos dos internos perpassa o espaço asilar, ressoa em suas paredes, como se as edificações do hospital fossem também responsáveis pelas sequelas causadas pela doença e pelo destino que a profilaxia da época deu a estas existências. Preservar tais espaços significa preservar memórias ligadas a esta experiência, memórias marcadas pela experiência do sofrimento (Serres; Borges, 2015, p. 255).

Entretanto, os patrimônios associados a memórias traumáticas não carregam valores intrínsecos em si, esses valores e simbolismos são atribuídos pelos grupos sociais que se relacionam com o território. Apesar das modificações arquitetônicas advindas com os diferentes usos, o território onde existiu a *Colônia Cristina* possui valor simbólico e identitário para diferentes grupos que podem atribuir diferentes significados ao sítio histórico.

O conceito de memória traumática aqui apresentado alinha-se ao que Menezes (2018, p. 4) define como “face de maior força de nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste”, ou seja, a memória traumática está associada a manifestações e lugares que ressignificam experiências individuais ou coletivas de dor e sofrimento, sendo conhecidos como patrimônios de sofrimento, de dor, sombrios, dissonantes, difíceis, invisíveis ou sensíveis. Esses lugares revelam dilemas estruturais da sociedade, como os de gênero, raça, tolerância, minorias étnicas, violações de direitos, abusos do poder do Estado e desigualdades sociais (Cymbalista, 2017).

Dentro dessa categoria, há ainda os “patrimônios marginais” assim denominados pelo grupo de pesquisa Arquivos Marginais da Universidade do Estado de Santa Catarina por serem “lugares e experiências vinculados a instituições de sequestro social, as quais dificilmente são reivindicadas por aqueles diretamente envolvidos”, ou seja, devido ao desconforto e ao estigma que essas memórias carregam, esses patrimônios são pouco reclamados pelos envolvidos ou seus familiares (Arquivos Marginais, sd).

Segundo Michael Pollak (1989)

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 5).

Nesse sentido, o silêncio sobre o passado e a existência de “memórias subterrâneas” subordinadas à uma “memória oficial” estão ligados a um “fenômeno de dominação”, onde “grupos minoritários” se adequam ao modo de vida de “sociedades englobantes”. Apesar disso, os patrimônios dissonantes resistem na paisagem, assim como as “lembranças dissidentes” nos núcleos familiares e de amizades. Como afirma Thompson (1998, p. 204), “a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, ao considerar o que significam os silêncios. O que é tipicamente reprimido também está tipicamente presente”.

Figura 53: CCAD, pátio do bloco administrativo.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 54: CCAD, portão interno.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 55: CCAD, entrada principal.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 56: Fachada bloco administrativo.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 57: Torre do relógio.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Nos últimos anos, grupos de ativistas e moradores de Fortaleza têm reclamado diante do poder público o reconhecimento da memória dos *retirantes* das secas. A exemplo disso, houve ocasião em que grupo de moradores das imediações do antigo *Campo do Alagadiço*, no bairro São Gerardo, solicitou a construção de um memorial para as vítimas das secas na antiga estação ferroviária que dava para o *campo de concentração*, a Estação Otávio Bonfim (Paulino, 2024).

O prédio original da estação foi demolido pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1979 e, anos depois, a estação foi parcialmente demolida. Segundo reportagem do jornal *Diário do Nordeste*, do dia 10 de setembro de 2024, os moradores locais defenderam a recuperação da estação para abrigar o memorial. Um dos vagões da antiga estação permanecia no bairro sobre os trilhos. Em 2018, a estrutura foi cedida pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) para a Prefeitura de Fortaleza, que demonstrou interesse em transformar o vagão em uma biblioteca, mas o vagão foi abandonado e o projeto não chegou a se concretizar (Damasceno, 2024).

No dia 15 de dezembro de 2024, os jornais locais anunciaram que o vagão abandonado foi destruído por incêndio, cuja causa não foi identificada. A estrutura de madeira foi perdida, restando apenas a armação metálica. Na capital cearense, o vagão era um dos símbolos remanescentes da memória dos *retirantes* associada a história dos *campos de concentração* e da via férrea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de isolar *retirantes* no passado carrega um legado de milhares de mortos e as consequências ainda se refletem no presente em forma de silenciamento, preconceito e exclusão social, uma vez que aqueles que sobreviveram às grandes secas foram afastados nos subúrbios, onde as desigualdades sociais ainda são contrastantes.

O presente trabalho buscou, através de levantamento dos lugares de isolamento para refugiados da seca no Ceará, entre os anos de 1877 e 1932, refletir sobre as construções discursivas que legitimaram o isolamento, disciplinamento e extermínio da população *sertaneja*.

O recorte temporal desta investigação, considerou os deslocamentos em massas de *retirantes* e uma maior concentração de políticas assistencialistas associadas a ações do poder público e de filantropia, iniciando com a construção de instituições de combate à mendicância no contexto da Grande Seca e encerrando com as construções dos *campos de concentração*, amplamente difundidos pelo Estado no Ceará durante a Seca de 1932.

Considerando as migrações para a capital cearense, o levantamento se deu a partir das construções que tinham por objetivo resolver os problemas sociais que se apresentavam em Fortaleza, apesar disso, é importante destacar que nessa conjuntura, outras edificações assistencialistas foram construídas em diferentes localidades do Ceará. Nesse sentido, embora a *Colônia Orfanológica Cristina* estivesse localizada em outro município, sua concepção e fundação esteve diretamente ligada ao contexto social de Fortaleza.

Sabe-se que os períodos de estiagem no Semiárido brasileiro estão associados a questões climáticas extremas que ocorrem periodicamente. Entretanto, nesta investigação buscou-se discutir a dimensão social e política das secas. Com esse objetivo, identificou-se que diferentes atores estiveram envolvidos na construção discursiva sobre as secas, dentre elas: autoridades locais, a elite urbana, intelectuais e a Igreja Católica. Para esses grupos, a instrução moral, o controle social e o disciplinamento de *retirantes* representava o desenvolvimento urbano e progresso material do Ceará.

A *Arquitetura do Êxodo* materializou os interesses e os discursos desses diferentes grupos que detinham poder. A exploração da mão de obra *sertaneja* em troca de poucas condições de sobrevivência, deixou um saldo de milhares de mortos, apesar de não se terem estimativas precisas. Além disso, os operários da seca se tornaram protagonistas no processo

de urbanização do estado do Ceará, viabilizando a Estrada de Ferro de Baturité, a modernização da capital cearense e inúmeras obras de irrigação pelo estado.

Diante dos impactos sociais dessas políticas de exploração e extermínio, o poder público optou por isolar os refugiados das secas em asilos distantes dos centros urbanos e de poder, onde as comunidades estavam sujeitas ao esquecimento e silenciamento. Nesse cenário, alguns perfis se mostraram mais vulneráveis às políticas de isolamento em asilos de combate à pobreza e à mendicância: as mulheres, viúvas, mães solteiras e meninas órfãs, em sua maioria, pretas e pardas. Essas instituições pertenciam a um contexto de ampla difusão de teorias eugenistas no Brasil, cujos efeitos ainda perduram nos dias atuais através do racismo e das desigualdades sociais.

Identificou-se que a arquitetura do isolamento, sobretudo no caso da *Colônia Orfanológica Cristina*, possuiu diferentes usos e sentidos com o passar dos anos que seguiam os ideais de segregação social das autoridades locais. Possivelmente, por essa razão, esses lugares permanecem sujeitos ao desconhecimento generalizado. Apesar disso, nos últimos anos, os grupos historicamente marginalizados têm reclamado seus direitos de memória e protagonizado suas narrativas através dos movimentos sociais de direitos humanos e de reconhecimento dos patrimônios sensíveis. Nessa perspectiva, o *Memorial Leprosaria Canafistula* possibilita a reflexão sobre os lugares de isolamento e sequestro social no Ceará, abrindo o caminho para diferentes grupos sociais reivindicarem suas memórias.

A difusão dessas narrativas representa a não perpetuação do discurso hegemônico sobre a história do Ceará e sobre o processo de urbanização brasileiro. Criar *lugares para memória*⁵⁴ que proporcionem protagonismo às narrativas silenciadas pode representar a etapa inicial para o reconhecimento dessas narrativas diante da sociedade e pelo poder público. A importância desse processo está na reparação dos grupos historicamente subalternizados, através do direito à memória, do direito à cidade e à cidadania.

Desta forma, nesta investigação se buscou desconstruir estereótipos e estigmas sobre os *retirantes*, sobre as secas e o Nordeste, problematizando os discursos e sujeitos que detinham visibilidade e poder. Além disso, o trabalho propôs um diálogo com bibliografia especializada produzida por pesquisadores brasileiros, esperando que este estudo sirva de material para que outras pesquisas possam aprofundar a temática das secas e dos patrimônios difíceis.

⁵⁴ FERREIRA, M. L. M.; SERRES, J. C. P. A difícil memória: musealização do hospital Colônia Itapuã, RS, Brasil. Cadernos de Sociomuseologia, v. 50, n. 6, 31 Out. 2015.

Pela ótica da memória social e do patrimônio cultural, esta investigação refletiu sobre o *Patrimônio das Secas* e a *Arquitetura do Êxodo* como heranças de um passado traumático e esquecido, que não desaparece no presente e que deve ser compreendido a fim de ampliarem-se as discussões sobre os patrimônios difíceis, as violações de direitos humanos e o reconhecimento dos silenciamentos, ressignificando a forma como essas memórias são narradas e buscando formas de reparação pelos abusos praticados pelo poder público.

FONTES

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do retirante:** sertão, sofrimento dos corpos e história do Brasil I História do Brasil TV. 28 de junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E91blZ3L_2s. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

ALVES, Valdecy. **Campos de Concentração Patu, Cariús e Buriti.** 23 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2FX8aTakjQ>. Acesso em: 13 de março de 2025.

ARQUIVOS MARGINAIS. **Patrimônios Marginais.** s.d. Disponível em: <https://arquivosmarginais.com/patrimonio-cultural/#marginais>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

INSTITUTO MIRANTE. **Museu Ferroviário Estação João Felipe.** s.d. Disponível em: <https://www.institutomirante.org/museu-ferroviario-joao-felipe/>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DAMASCENO, Gabriel. Vagão que restou da antiga Estação Otávio Bonfim está abandonado. **O Povo Online.** 28 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/05/28/vagao-que-restou-da-antiga-estacao-otavio-bonfim-esta-abandonado.html>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

PAULINO, Nicolas. Vagão de trem queimado no Otávio Bonfim era último símbolo de estação construída há mais de 100 anos. **Diário do Nordeste,** 18 de setembro de 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/vagao-de-trem-queimado-no-otavio-bonfim-era-ultimo-simbolo-de-estacao-construida-ha-mais-de-100-anos-1.3559099>. Acesso em: 06 de março de 2025.

REBOUÇAS, André. **As secas nas províncias do Norte.** Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger e Filhos, 1877.

STUDART. Tomo II. Colônia Cristina. Coleção Biblioteca Básica Cearense, Fortaleza, 2001. p. 270.

_____. Extrangeiros e Ceará (continuação). Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1922. p. 381 - 389.

_____. Ephemerides Cearenses, 1921. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. p. 94-96.

Croqui - Mapa da Colônia Orfanológica Cristina. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Jornal Gazeta de Notícias, Folhetim: Viagens ao Norte. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1878 - 12 de setembro de 1878. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Besouro, Sermão de Lágrimas, 4 de maio de 1878. p. 35 e 38. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Besouro, Páginas Tristes. Scenas e aspectos do Ceará, 20 de Julho de 1878. p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Ceará, O Problema da Lepra, 22 de janeiro de 1928. p. 10. Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Ceará, Inaugura-se a Leprosaria de Canafístula, 3 de agosto de 1928. Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Cearense, Fortaleza, Colônia Orphanológica Christina, 19 de Setembro de 1882. p.3. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Nordeste, 10 de agosto de 1922. p.4.

Jornal O Retirante, 1º de julho de 1877, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Retirante, Crime Horrroso, 2 de fevereiro de 1878, p. 2. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O Retirante. As Palhoças Retirantes, 12 de Agosto de 1877, p. 3. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Jornal O POVO. O Efetivo dos Campos de Concentração dos Flagelados. Fortaleza, 20 de junho de 1932.

Livro de Matrículas da Colônia Orfanológica Cristina. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Falla com o Ex.mo Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa Presidente da Província do Ceará abriu a 2º sessão da 23º Legislatura da Respectiva Assembleia no dia 2 de Julho de 1877.

Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1878.

Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de julho de 1880, Colônia Orphanologica, p. 30.

Relatório com Exm. Sr. Senador Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Ceará passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna 1º vice-presidente, no dia 26 de dezembro de 1881. in O Cearense, Fortaleza, 6 de Janeiro de 1882. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Relatório da Mesa Protectora da Colônia Orfanológica Christina, 31 de maio de 1882. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Relatório da Comissão de Exame da Colônia Orfanológica Christina em Canafístula e Inventário procedido nos bens da Colônia Christina, 17 de dezembro de 1892. Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste apresentado ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública em 30 de Agosto de 1933. Escrito por Dr. J. Bonifacio P. da Costa – Chefe da Comissão. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & Cia. 1936/ Acervo DNOCS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. P. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. As imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, jan/abr 2017. p. 225-251.

ALVES, Joaquim. **História das Secas: séculos XVII A XIX**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de; LOGATTO, Rosângela. **Imagens da Seca de 1877-78: uma contribuição para o conhecimento do fotojornalismo na imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vol 114, de 1994, p. 71-83.

ARAÚJO, A. A. P. de. **Campos de Concentração das Secas no Brasil e a Política Eugenista: biopoder, biopolítica, racismo de estado e exclusão social**. Fortaleza, 2021.

ARANTES, Adlene Silva. **Educação de Crianças Negras em Instituições Orfanológicas do Século XIX**. Memória e História. Associação Nacional de História, ANPUH. Recife, 2004.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO José Levi Furtado. **Pensamento geográfico das secas, dos trilhos e dos braços: Ferrovia Baturité (1870-1889) Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 9, núm. 19, maio-agosto, 2010, pp. 77-86. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Magia e Técnica**. Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet; Prefácio de Jeanne Marie Gagnein. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.115-119. (Obras escolhidas,1)

_____. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica**. Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet; Prefácio de Jeanne Marie Gagnein, São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221. (Obras escolhidas,1)

_____. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Magia e Técnica. Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet; Prefácio de Jeanne Marie Gagnein, São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221. (Obras escolhidas,1)

BEDIAGA, Begonha. **Educação para o trabalho rural**: o “Asilo Agrícola” do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, v. 16, n. 3 (42), p. 103-123, jul./set. 2016.

BEZERRA, Daniele Borges. **A ressonância afetiva das memórias como meio de transmissão para um patrimônio difícil**: monumentos em antigos leprosários. 2019. 520f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural)-Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BORGES, Viviane. O arquivo e a prisão: a premissa de inferioridade dos indivíduos incômodos (Brasil, 1930 – ao tempo presente). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023. p. 123 - 144.

_____; SALLA, Fernando. Aspectos da gestão da menoridade em Florianópolis e São Paulo (1930-1940). **História Unisinos**, vol. 22, núm. 1, 2018, -, pp. 100-110.

CÂNDIDO, T. A. P. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Curitiba: Appris, 2019.

_____. **Os trilhos do progresso**: episódios das lutas operárias na construção da estrada de ferro de Baturité (1872-1926). *Trajeto Revista de História UFC*. Fortaleza. v. 1. n. 2, p. 83-101. 2002.

_____. **Trem da Seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. 123p.

CARNEIRO, A., SAFT, J., PIZA, J. **Entre a teoria e a prática**: Uso de conhecimentos vernaculares indígenas na arquitetura. In: Encontro Nacional De Tecnologia do Ambiente Construído, 17., 2018, Foz do Iguaçu. Anais [...] Porto Alegre: ANTAC, 2018.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, 1994. p. 43-90.

CAVALCANTE, E. de O. **Os meandros do habitar na metrópole**: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017. 271p.

CLEMENTE, M. E. A. Lampião e o Cangaço: Trajetórias de vida, Histórias como um Flagelo (1920 - 1938). **Revista Escritas do Tempo** - v.2, n.4, mar-jun/2020. p. 108 - 132.

COSTA, M. C. L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004.

COSTA, SS. **A Hanseníase no Ceará: A Construção da Sociabilidade na Colônia de Antônio Diogo (1928 - 1940)**. Monografia. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Instituto de Humanidades e Letras. Bacharelado em Humanidades. Redenção, 2014. 72 p.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. **Memory Studies** 1, n. 1. p. 59 - 71. Janeiro de 2008.

CYMBALISTA, Renato. **Lugares de Memória Difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento**. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHLMANN, Beatriz (Orgs.). Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas. 1º ed. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p.231-236.

DIAS, N. S. As Camadas da Memória e do Esquecimento: Reflexões a partir da Construção do Memorial Leprosaria Canafistula, em Redenção - CE. In: Carmem G. Burgert Schiavon, Olivia Silva Nery, Vivian da Silva Paulitsch, Wagner Feloniuk e Laiana Pereira da Silveira (Org.). **Patrimônio Cultural em Debate: Reflexões Contemporâneas**. Iled. Porto Alegre (RS): Editora Casalettras, 2024, v. , p. 14-25.

GARCIA, Ana K.M. **Fortaleza, Habitação e Higiene de 1877 a 1880**. Proj. História, São Paulo, (32), p. 305-311, jun. 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

FARIAS, Jalon Nunes de. **O Assistencialismo na Assistência Social Brasileira**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 22, n. 2, 2013. p. 155 - 168.

FREITAS, Roberta Kelly Bezerra de. **Órfãos, pobres e loucos**. O espaço asilar e a ordem disciplinar. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho 2011. P. 1 - 14.

FEITOSA, Adila M. M. **Institucionalização da Hanseníase no Ceará: do Leprosário de Canafistula ao Centro de Convivência Antônio Diogo**. Tese (Mestrado). UECE, Fortaleza, CE, 2008.

FERREIRA, Antônio Nelorracion Gonçalves. **Lazarópolis: a lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935)**. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-Ce, 2011.

_____. **A Miséria da Piedade: O Governo da Pobreza no Dispositivo da Caridade (Fortaleza, 1880-1930)**. 2019. 257f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2019.

FERREIRA, M. L. M.; SERRES, J. C. P. A difícil memória: musealização do hospital Colônia Itapuã, RS, Brasil. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 50, n. 6, 31 Out. 2015.

FERREIRA, N. S. A. . Pesquisas denominadas estado da arte: possibilidades e limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 1, n.79, p. 257-274, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 288 p.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 276.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JACOBY, Russell. **Amnésia social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

JUCÁ, G. N. M. LIMA, Z. M. M. Patrimônio Material e Imaterial da Hanseníase: A Colônia de Antônio Diogo em Redenção e a sua memória social. In: SOARES, Menezes Igor e SILVA, Ítala Byanca Moraes. (Org.). **Cultura, Política e Identidades: Ceará em Perspectiva I**. 1 ed. Fortaleza: IPHAN, 2014, v. I, p. 65-84.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

LIMA, A. C. P. **Infância e recolhimento** : a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

LIMA, Francisco. **60 Anos em busca do Sol**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

LIMA, M. L. H. **Sempre há esperança após a cerca e a seca**: A patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu – CE. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

_____; SOUZA, H. A. X. **Caminhada da Seca**: Memória, cultura e cidadania. In: FORTES, Gabriel Barroso; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; ALBUQUERQUE, Newton Menezes de. (Org.). Direitos culturais, memória e verdade. Fortaleza: IDB Cult, 2016. v. 1, p. 711-722. (Coletânea Conflitos Culturais: Como resolver? Como conviver?).

LIMA, Zilda Maria Menezes. **O grande polvo de mil tentáculos**: a lepra em Fortaleza (1920-1942). 2007.293f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIRA NETO. **O poder e a peste**: a vida de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **A Educação pela Caridade no Império em Fortaleza**: O abrigo de órfãos na Colônia Cristina. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH. João Pessoa, 2003. p. 1-7.

MARTINS, H. de L. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda**: Varíola, Poder e Assistência na cidade de Fortaleza (1820 - 1880). Dissertação, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.

MENDES, M.S.; SILVA, Â.M.F. da. A rede ferroviária em Fortaleza: uma contextualização para o século XXI. **Revista C & T**. Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza/CE, v. 1, n.3, p.101-116, jul./dez. 2019.

MENESES, Ulpiano. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 89-104, 1998.

_____. **Os Museus e as Ambiguidades da Memória: A Memória Traumática**. Encontro Paulista de Museus - Memorial da América Latina. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

MOURA, J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan.-abr. 2016.

NEVES, F. de C. Estranhos na Belle Époque. A Multidão Como Sujeito Político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajeto**s. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, n" 6, 2005.

_____. O nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança**: revista eletrônica de história, memória & cultura, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 6-24, out. 2012.

_____. O Discurso Oculto dos Retirantes da Seca. **Raízes**, v.33, n.2, jul-dez, 2013.

NOBRE, Leila. **Escola Jesus Maria José**. Fortaleza Nobre, 12 de junho de 2010. Disponível em:<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/06/escola-de-jesus-maria-jose.html#:~:text=A%20Escola%20de%20Jesus%2C%20Maria,Jos%C3%A9%20Vieira%2C%20Bispo%20do%20Cear%C3%A1>. Acesso em: 05 de março de 2025.

NÓBREGA, Maria Carmelita de Aguiar. **Colcha de Retalhos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

NOLASCO, Marcio. Memorial Leprosaria Canafístula in: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde com arte / Ministério da Saúde**, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. – Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2022. 48 p.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, C. F. **A Institucionalização da Loucura no Ceará: o asilo de alienados São Vicente de Paula (1871-1920)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

_____. **Mulheres e homens alienados no Ceará: o perfil dos internos do São Vicente de Paula**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS, 1., 3-6 set. 2012, Fortaleza (CE). Anais ... Fortaleza: UECE, 2012.

PAIVA, Fabrício. **Campos de concentração no Ceará**. São Paulo: Gênio Editorial, 2020.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **Médicos, Políticos e Católicos: Os Primeiros Discursos e Ações de Combate à Lepra no Ceará (1918-1928)**. 30º Simpósio Nacional de História, ANPUH. Recife, 2019. 13 p.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.

QUEIROZ, M. V. D. de. **Arquitetura, cidade e território das secas: ações da IFOCS no semiárido do Brasil (1919-1945)** / Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2020.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Editora José Olympio, 93ª edição. Rio de Janeiro, 2012.

RICOEUR, P. 1913. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução: Alain François. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os párias da modernidade na “terra da luz”**: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877 - 1912). 2018. 403f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

ROSSI, Marina. Quando a seca criou os ‘campos de concentração’ no sertão do Ceará. **El País**. Senador Pompeu, 04 de julho de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html. Acesso em: 12 de março de 2025.

SANTOS, Mayne Coelho dos. A caracterização do criminoso nato e a violência policial fundada na necropolítica. *Revista Avant*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 423–439, 2024. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/7320>. Acesso em: 18 de março de 2025.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930**. *Dynamis*, v. 32, p. 45-68, 2012.

SARMENTO, M. J. (2002). Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. **Revista Educação & Sociedade**, 23(78), 265-282.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886)**. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, p. 119-133, jan/jun, 2000.

SERRES, Juliane Conceição Primon. BORGES, Viviane Trindade. Leprosários ao sul do Brasil: de locais de sofrimento a lugares de memória. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 252-263, jul./dez. 2015.

SILVA JUNIOR, Roberto. **Instituto Carneiro Mendonça: Histórias, Memórias e Práticas Educativas**. Tese (Doutorado). Fortaleza, 2018.

SOUSA, Francisca Ilnar de. O território do Prazer: A Gênese da Prostituição em Fortaleza. **Educação em Debate**, Fortaleza, 1997. ANO 19, N° 34. p. 13-23

SOUZA, José W. de F. **Artífices, criadas e chicos**: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. O Projeto Pompeu Sinimbú e o desequilíbrio econômico entre Nordeste e Centro Sul do Brasil (1877-1901). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 49-67, jul./set., 2019.

_____. **Secas e Socorros Públicos no Ceará**: Doença, Pobreza e Violência (1877-1932). Projeto História, São Paulo, n.52, pp. 178 – 219. Jan – Abr, 2015.

_____. **Plano de Assistência aos Desvalidos das Secas na Região Nordeste do Brasil** (1878 - 1915). Projeto História, São Paulo, v. 73, pp. 329-356, Jan.-Abr., 2022.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928). Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1999.

SOUZA ARAÚJO, H.C. **História da lepra no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

TEÓFILO, R. **Varíola e Vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. **A Fome**: cenas da sêcca do Ceará. Editor: Gualter R. Silva. Fortaleza, 1890.

_____. **A Seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VASCONCELOS, Ana Lúcia da Silva. **Instituto Bom Pastor Fortaleza/Ceará**: heterotopia, educação corretiva, autobiografia e memória. 2014. 152f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.